

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**NATÁLIA DE PAULA NARCISO ROCHA**

**RAÍZES, MARCAS E COLONIALIDADE:**  
**O PADRÃO DE BELEZA E AS MULHERES RACIALIZADAS**

**MONTES CLAROS – MG**

**Dezembro/2022**

**NATÁLIA DE PAULA NARCISO ROCHA**

**RAÍZES, MARCAS E COLONIALIDADE:  
O PADRÃO DE BELEZA E AS MULHERES RACIALIZADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS - da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - pela aluna Natália de Paula Narciso Rocha como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Felisa Cançado Anaya  
(PPGDS/ Unimontes)**

**Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Andréa Moreira Lima  
(Centro Universitário UNA)**

**MONTES CLAROS – MG**

**Dezembro/2022**

R672r Rocha, Natália de Paula Narciso.  
Raízes, marcas e colonialidade. [manuscrito]: o padrão de beleza e as mulheres racializadas / Natália de Paula Narciso Rocha. – Montes Claros, 2022.  
105 f. : il.

Bibliografia: f. 93-100.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Felisa Caçado Anaya.  
Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Moreira Lima.

1. Colonização. 2. Aculturação. 3. Raças. 4. Mulheres. 5. Beleza feminina (Estética). 6. Autopercepção em mulheres. I. Anaya, Felisa Caçado. II. Lima, Andréa Moreira. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: o padrão de beleza e as mulheres racializadas.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS**

NATÁLIA DE PAULA NARCISO ROCHA

**RAÍZES, MARCAS E COLONIALIDADE:  
O PADRÃO DE BELEZA E AS MULHERES RACIALIZADAS**

Dissertação intitulada **Raízes, Marcas e Colonialidade: o padrão de beleza e as mulheres racializadas**, de autoria de Natália de Paula Narciso Rocha, apresentada à banca examinadora em 09 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Felisa Cançado Anaya (Orientadora)  
PPGDS/Unimontes

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Andréa Moreira Lima (Coorientadora)  
Centro Universitário UNA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. – Tayane Rogéria Lino (Examinadora)  
Centro Universitário UNA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. – Yetzy Urimar Villarroel Peña (Examinadora)  
Universidad Simón Bolívar de Venezuela

**MONTES CLAROS – MG**

**Dezembro/2022**

*ventos do norte não movem moinhos*

*(...)*

*minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos*

*meu sangue latino, minha alma cativa.*

*( João Ricardo e Paulinho Mendonça)*

*Brasil, meu nego,*

*deixa eu te contar,*

*a história que a história não conta*

*O avesso do mesmo lugar,*

*na luta é que a gente se encontra.*

*(Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola,*

*Mamá, Deivid Domênico, Danilo Firmino)*

*À todas as mulheres racializadas que  
começaram a pintar seu próprio reflexo num  
espelho branco.  
Para minha irmã, Juliana e minha sobrinha  
Moana.*

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi elaborada por muitas mãos, por isso agradeço a todas as mulheres que contribuíram com ela. Agradeço primeiro à minha orientadora Felisa Anaya e à minha coorientadora Andréa Moreira Lima, que construíram esta pesquisa junto comigo, com compreensão, afeto e paciência. Tive a sorte de conviver e aprender com excelentes professoras e pesquisadoras, sempre dispostas a ensinar e enriquecer o trabalho, sem elas, certamente, essa pesquisa não seria o que é. Agradeço também a todas que concederam as entrevistas orais, Arlete, Letícia, Leninha e Célia e a todas as mulheres que responderam aos questionários. Todas as autoras/escritoras que me acompanharam nos dias e nas noites de leitura e escrita. Não estive sozinha.

Agradeço em especial à minha orientadora e professora Felisa Anaya, que com muita paciência me ajudou em todos os momentos do mestrado, sempre muito animada com um sorriso dizendo “Vambora Nati”. Agradeço à Professora Maria da Luz, que esteve presente na qualificação e deu luz aos novos debates desta pesquisa, não apenas nas aulas em que estive presente no PPGDS, mas também no estágio docente sendo uma inspiração. À Yetzy Villarroel, pelas indicações de leituras, pelos comentários transformadores na pesquisa e por aceitar fazer parte da banca deste trabalho novamente.

À minha família, minha mãe, Andréa, pelo companheirismo em casa e na universidade (que foi em casa por 2 anos reclusas), dividindo os anseios da pós-graduação e me apoiando em tudo. Ao meu pai, Fábio, por sempre enxergar que eu posso ir muito além do que penso que sou capaz. À minha irmã, Juliana, por dividir a vida comigo, caminhamos sempre juntas. Ao meu irmão, Mateus, por sempre se preocupar, pelos diversos conselhos e companheirismo. À minha sobrinha, Moana, por ela ser exatamente quem ela é. Meu amor é todo de vocês.

Agradeço à minha família que sempre esteve junto, minha cunhada Mariani, minhas tias, Alcione, Ana Paula, Noriko e Amanda, meus tios, Ronan e Fabrício e ao meu avô Ari Rocha, pela certeza de sempre me apoiarem. Agradeço à minha avó Abigail Narciso (*in memoriam*), meu avô Ulysses de Paula (*in memoriam*), e em especial a minha avó Maria Luiza (*in memoriam*) que nos deixou este ano e me ensinou nos últimos tempos a importância de estar junto. Saúdo meu passado com a certeza de que eles constroem meu presente.

Agradeço às minhas amigas, Milena, Thaisa, Júlia e Yandra e meus amigos Gabriel, Daniel e Lucas, pelo afeto, amizade e trocas nesses anos, aos amigos que mesmo longe se mantiveram presentes, Guilherme, Pablo, Gustavo e Zé. E aos novos amigos que conheci nessa caminhada

intensa que é a pós-graduação e nos fazem lembrar que a academia vai muito além da pesquisa, Adinei, Calvin, Kika, Mari, Mary, Carine e Renan.

Aos professores que participaram da minha formação desde a graduação na Universidade Federal de Uberlândia e continuaram como inspirações presentes nesta pesquisa. Aos professores do PPGDS que tive a honra de aprender e conviver.

Ao PPGDS e à Unimontes, pelo apoio na pesquisa e pelas descobertas durante as disciplinas, aos professores, funcionários e colegas que estiveram, nesses difíceis 2 anos, juntos na luta por uma educação de qualidade dentro e fora da sala de aula.

A todos autores afro-latino-americanos que estão nesta pesquisa, pelas novas leituras, por me ajudarem a reler o passado e descobrir um novo futuro.

Escrevo ainda com a esperança de novos tempos. Encerro esta dissertação com o resultado das eleições de 2022 no Brasil. Tiramos do poder um projeto aniquilador para as populações pobres e racializadas. Finalizo com a expectativa de que a mudança não venha apenas para o Brasil, mas para toda América Latina que clama por novos ventos de transformações, paz, justiça, união e esperança.

*Mi norte es el sur.*



## RESUMO

O processo de colonização nos países do Sul Global resultou em transformações profundas nas relações de poder, dominação e subordinação de distintos povos e sociedades existentes. O conhecimento eurocêntrico impôs um único modo de racionalidade que se perpetuou pelos países colonizados padronizando ideais e experiências diversas. Por outro lado, a insubordinação epistemológica dos povos subalternizados resultou em debates fundamentais sobre suas diferenças sociais, culturais e de saberes que contribuíram para a emergência de lutas por descolonização. O padrão eurocêntrico de beleza enquanto ideal estético e modelo civilizacional durante o processo de colonização das Américas, serviu como instrumento de dominação dos corpos negros e trouxe profundas consequências nas suas subjetividades. No caso das mulheres não-brancas, tal espelho reflete um Outro que não corresponde a este padrão nos revelando uma universalização da beleza, assim como as raízes estruturais do racismo. Esse trabalho tem como objetivo discutir as universalizações resultantes do processo da colonização e seus vínculos com o padrão de beleza eurocêntrico baseado na ideia de raça. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de investigação teórica sobre decolonialidade, raça e gênero, traçando suas relações com o padrão estético imposto. Foi também utilizada a aplicação de entrevistas em mulheres racializadas, formulários e entrevistas semiestruturadas que nos possibilitaram compreender as dimensões do padrão de beleza na vida dessas mulheres. Demonstrando como o processo da hegemonia branca no mundo produziu e produz padrões de beleza brancos gerando consequências para as mulheres racializadas.

**Palavras-chave:** colonização, raça, branquitude, mulheres, beleza.

## ***ABSTRACT***

The colonization process in the countries of the global south resulted in far-reaching changes in the relations of power, domination, and subordination of the different existing peoples and societies. Eurocentric knowledge imposed a single mode of rationality that was perpetuated throughout the colonized countries, standardizing ideals and diverse experiences. On the other hand, the epistemological insubordination of subalternized peoples resulted in fundamental debates about their social, cultural, and knowledge differences that contributed to the emergence of struggles for decolonization. The Eurocentric standard of beauty as an aesthetic ideal and model of civilization during the process of colonization of the Americas served as an instrument of domination of black bodies and brought profound consequences to their subjectivities. In the case of non-white women, such mirror reflects an Other who does not correspond to this standard, revealing to us a universalization of beauty, as well as the structural roots of racism. This paper aims to discuss the universalizations arising from the colonization process and its links to the Eurocentric standard of beauty based on the idea of race. For this purpose, a bibliographic research of theoretical investigation was carried out on decoloniality, race and gender, tracing their relations with the imposed aesthetic standard. Interviews with racialized women were also used, forms, and semi-structured interviews that allowed us to understand the dimensions of the standard of beauty in the lives of these women. It demonstrates how the process of white hegemony in the world produced and produces white beauty standards generating consequences for racialized women.

**Keywords:** colonization, race, whiteness, women, beauty.

## ***RESUMEN***

El proceso de colonización en los países del sur global dio lugar a profundas transformaciones en las relaciones de poder, dominación y subordinación de los diferentes pueblos y sociedades existentes. El conocimiento eurocéntrico impuso un único modo de racionalidad que se perpetuó en los países colonizados estandarizando ideales y experiencias diversas. Por otra parte, la insubordinación epistemológica de los pueblos subalternizados dio lugar a debates fundamentales sobre sus diferencias sociales, culturales y de conocimiento, que contribuyeron al surgimiento de las luchas por la descolonización. El estándar eurocéntrico de belleza como ideal estético y modelo de civilización durante el proceso de colonización de las Américas sirvió como instrumento de dominación de los cuerpos negros y tuvo profundas consecuencias en sus subjetividades. En el caso de las mujeres no-blancas, dicho espejo refleja a un Otro que no se corresponde con este estándar revelándonos una universalización de la belleza, así como las raíces estructurales del racismo. Este artículo pretende discutir las universalizaciones resultantes del proceso de colonización y sus vínculos con el estándar eurocéntrico de belleza basado en la idea de raza. Para ello, se realizó una búsqueda bibliográfica de investigación teórica sobre decolonialidad, raza y género, rastreando sus relaciones con la norma estética impuesta. También se utilizó la aplicación de entrevistas con mujeres racializadas, formularios y entrevistas semiestructuradas que nos permitieron comprender las dimensiones del estándar de belleza en la vida de estas mujeres. Demostrar cómo el proceso de hegemonía blanca en el mundo produjo y produce estándares blancos de belleza generando consecuencias a las mujeres racializadas.

**Palabras clave:** colonización, raza, blancura, mujeres, belleza.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Boletim de Eugenia.....	P.53
<b>Figura 02:</b> A redenção de Cam.....	P.55
<b>Figura 03:</b> Vênus Hotentote.....	P.58
<b>Figura 04:</b> Impudica/Typo negro brasileiro.....	P.59
<b>Figura 05:</b> Máscara de Marquardt.....	P.63
<b>Figura 06:</b> Arlete Alves de Almeida.....	P.74
<b>Figura 07:</b> Arlete Alves de Almeida.....	P.74
<b>Figura 08:</b> Marilene Alves de Souza, Leninha.....	P.79
<b>Figura 09:</b> Letícia Imperatriz.....	P.83
<b>Figura 10:</b> Célia Xakriabá.....	P.84

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Autodeclaração de Identificação Étnico-Racial.....	P.71
<b>Gráfico 02:</b> Faixa Etária.....	P.71
<b>Gráfico 03:</b> “Você acredita que existe um padrão de beleza?”.....	P.72
<b>Gráfico 04:</b> “Você considera ser uma mulher que está dentro do Padrão de Beleza.....	P.72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID19 - Coronavírus Disease 2019

ISAPS – Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers e mais.

PPGDS – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social

SBCP – Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## ANEXOS

<b>Anexo 01:</b> Roteiro Semiestruturado de Entrevista Oral.....	P.101
<b>Anexo 02:</b> Questionário de Perguntas.....	P.102
<b>Anexo 03:</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	P.104

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – A UNIVERSALIZAÇÃO: HERANÇAS DA HISTÓRIA .....	25
1.1 Colonização e a construção da noção de raça.....	25
1.2 O sujeito universal e a branquitude.....	32
1.3 Feminismos, discursos, colonialismo e as mulheres racializadas.....	38
CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DA BELEZA.....	47
2.1 O padrão de beleza: notas sobre o belo e o feio.....	47
2.2 “Uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e bellos”: miscigenação, eugenia e a idealização do feio.....	51
2.3 A máscara de Marquardt, a “neutralidade” da ciência e a invisibilidade das pessoas racializadas.....	60
CAPÍTULO 3 – “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” .....	66
3.1 Mulheres racializadas nortemineiras: o norte de Minas Gerais.....	67
3.2 A (re)construção da beleza por mulheres racializadas nortemineiras.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS.....	101

## INTRODUÇÃO

*Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto  
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto  
É que Narciso acha feio o que não é espelho*  
“Sampa” - Caetano Veloso

Reivindicar o lugar na beleza. Este é um estudo que pretende reivindicar uma pluriversalidade da beleza, um estudo que pretende demonstrar que os espelhos estão viciados em refletir uma só imagem e ela é branca, por esta razão as mulheres racializadas precisam ser escutadas e as maneiras como conhecemos a beleza precisam ser alteradas e ampliadas.

O mito de Narciso conta a história do filho do Deus do rio Cefiso e da ninfa Liríope, Narciso nasceu muito bonito, esse era seu fardo e nunca tinha se visto até que um dia, ao chegar na beira de um rio, se aproximou da água e enxergou seu reflexo, apaixonando-se por ele. Narciso ficou obcecado com sua própria imagem e morreu encantado por ele mesmo. Depois de sua morte, foi transformado em uma flor e em uma contraditória ironia, a flor de Narciso possui mais de 400 espécies diferentes, não é a mesma de sempre.

Assim como no mito de Narciso, o espelho que acessamos hoje, o padrão de beleza, determinado pelas imagens da televisão, das propagandas, das mídias sociais, novelas e filmes, reflete uma mesma imagem, construída e modificada ao longo dos anos; uma imagem imposta e que causa exclusão, desconfortos, distorções e insatisfação, principalmente em mulheres.

O ideal de beleza feminina sempre existiu. Na época renascentista, as mulheres “curvilíneas” eram retratadas como o padrão de beleza do período, no século XVIII, as mulheres usavam espartilhos para evidenciar suas cinturas mais finas. Mas é no século XXI que a indústria da beleza surge com grande força, como um mercado influenciado pelo desejo feminino de beleza ideal. A indústria, o mercado e uma sociedade essencialmente patriarcal, não mais controlando as mulheres no espaço doméstico, criaram ao longo dos anos padrões de beleza inalcançáveis, com o objetivo de atribuir valor à aparência física feminina, incentivando a competição entre as mulheres e controlando os seus corpos e suas vivências.

Umberto Eco em seu livro “História da Feiura” (2007), organiza uma série de imagens e histórias sobre o que foi considerado belo e feio na sociedade. O autor demonstra que tudo aquilo que foi considerado belo e/ou feio era relacionado simultaneamente com as pessoas as

quais ocupavam as posições de poder na sociedade. A noção do belo e do feio muda conforme a cultura, o tempo, a sociedade e a classe dominante.

O feio é também um fenômeno cultural. Os membros das classes “altas” sempre consideraram desagradáveis ou ridículos os gostos das classes “baixas”. Poderíamos dizer, é certo, que os fatores econômicos sempre pesaram nestas discriminações (...). Mas muitas vezes o fator discriminante não era o econômico, mas cultural. (ECO, 2007, p.394).

Existe, por exemplo, o padrão mais propagado pela mídia que é o da mulher branca, alta, magra e loira (MACHADO, 2018), esse é o padrão de beleza estampado nas capas de revistas, nos filmes, nas novelas, nos comerciais e nas mídias sociais. Esses padrões de beleza atingem todas as mulheres, a cobrança para que a mulher seja magra, tenha o cabelo liso, possua traços finos, não possua rugas, não tenha celulites, estrias e pelos, é um ideal de beleza que exige a juventude da mulher, sua submissão a procedimentos estéticos, cirurgias, dietas e à moda. Todas essas dinâmicas persuasivas são formas de controle da mulher e formas de transformar a frustração das mulheres em lucro.

O Brasil é o país onde mais se realiza cirurgias plásticas em adolescentes no mundo, de acordo com a reportagem de Helena Borges (2019) para o site da revista Época. De acordo com Andressa Machado (2018), 77% das adolescentes em São Paulo (2014), apresentavam predisposição para desenvolver algum distúrbio alimentar como anorexia, bulimia ou compulsão alimentar. Cirurgias, procedimentos e distúrbios que demonstram a insatisfação da mulher desde cedo com suas características, com suas marcas, com seu próprio corpo.

Dentre os outros dados, 85% afirmaram acreditar que existe um padrão de beleza socialmente imposto, 46% disseram que mulheres magras são mais felizes e 55% gostariam que fosse possível acordar magras. Outro balanço do mesmo órgão apontou que, em média, a cada dois dias uma pessoa é internada por anorexia ou bulimia somente nos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em São Paulo. (MACHADO, 2018)

Em 2020, o mundo foi acometido pela pandemia da COVID-19, um vírus que matou mais de 6 milhões de pessoas em todo mundo e que se fez necessário o distanciamento social, novos hábitos e a uma quarentena que deixou milhões de pessoas em suas casas. Foi também nos anos de 2020 e 2021 que a busca por cirurgias plásticas teve um aumento de 50%, de acordo com a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), a maior parte dos procedimentos realizados em mulheres. O Brasil é o líder mundial no ranking de cirurgias plásticas realizadas em jovens e a justificativa se dá pela insatisfação com a própria imagem.



Divididos entre pretos e pardos, de acordo com o censo IBGE 2012-2019, último censo divulgado, os negros e pardos representam 56,2% da população de 205,5 milhões de habitantes no Brasil, sendo 57% de uma população racializada, somando-se com a população indígena e a amarela (1,1%). As mulheres representam 51,7% da população total do país. Apesar dos dados do censo IBGE, os grupos apresentados, negros e mulheres, representam um grupo minoritário, isto é, um grupo que está em desvantagem em relação a outro grupo dominante. Seguindo o entendimento de Umberto Eco, a discriminação do que é considerado feio pode vir de um fator, além de econômico, cultural. A cultura negra foi considerada por muito tempo, pelos brancos, como uma cultura “errada”, assim como suas religiões de matriz africana, suas músicas, sua estética, sua beleza e sua identidade. Procuramos, neste trabalho, utilizar a categoria raça enquanto uma categoria sociológica construída social e historicamente e que determina as posições ocupadas por pessoas brancas e não-brancas na sociedade.

Acompanhando o entendimento de Dia Sekayi (2003), que realizou uma pesquisa sobre o impacto da beleza europeia sob as mulheres negras nos Estados Unidos, a autora conclui que o modelo europeu de beleza feminino, da pele clara, cabelos lisos, corpos pequenos, boca e nariz finos e olhos claros, afeta diretamente as mulheres negras. Na pesquisa realizada, 46% das mulheres entrevistadas desejavam um corpo menor, 32% estão insatisfeitas com a textura do seu cabelo natural e 26,7% estão insatisfeitas com seu corpo em geral.

O padrão de beleza é universal e cria desconfortos em todas as mulheres, mas o ideal de beleza é também racista, as mulheres racializadas possuem raízes diferentes das mulheres brancas, o que faz que o padrão de beleza seja mais cruel com essas mulheres (SEKAYI, 2003). As formas que o ideal de beleza e os padrões de beleza se comportam na sociedade são múltiplas, mas, durante anos, a prática de considerar as raízes, as marcas e as identidades dos povos racializados “feios” ou “errados” foi uma tentativa de apagar a história desses povos.

A partir de uma análise histórica, percebe-se que o ideal de beleza do corpo feminino foi sendo modificado. Assim como os padrões de beleza foram criados, propagados e modificados com o tempo, a mulher começou a ser submetida a um sistema de controle sobre seu próprio corpo. As discussões acerca do ideal de beleza e como ele influencia a vida das mulheres cresceram significativamente nos últimos anos. Houve intensos debates nas redes sociais e até mesmo a mídia convencional começou a abordar o tema sobre o padrão de beleza imposto às mulheres e sobre a aceitação do corpo feminino.

Considerando que os padrões de beleza afetam diretamente a vida da mulher e que eles são múltiplos e socialmente articulados, este trabalho buscou realizar uma pesquisa que

provocasse a discussão sobre os ideais de beleza estabelecidos, apresentar o pensamento decolonial e o padrão de beleza, identificar como o padrão de beleza se relaciona com o pensamento decolonial e as mulheres racializadas e descrever a percepção das mulheres racializadas sobre a colonização do padrão de beleza.

## **APROXIMAÇÃO AO TEMA**

O despertar para esse tema se deu junto à transição capilar que fazíamos minha irmã e eu. Somos mulheres birraciais, filhas de uma mulher branca e um homem negro e fazemos parte de uma família que nasceu da miscigenação e, portanto, crescemos sendo pardas. A concepção de beleza, que sempre me assombrou, era tão distante que o sofrimento fazia parte desse conceito, assim como o processo de alisar o cabelo por mais de dez anos, o medo de pegar sol e ficar mais escura do que era, e o medo de ser chamada de negra. Esses medos e anseios não foram criados pelos meus pais ou ensinados por alguém, mas me atingiam de maneira que não consigo explicar. Não sei em que momento começaram a fazer parte de mim, mas me acompanharam por uma boa parte da vida.

Peço licença ao leitor para contar uma breve história que, depois de alguns anos conversando com outras amigas racializadas, descobri que é uma história que se repete, não é incomum e muito menos exclusivamente minha. Quando adolescente, morando em Pirapora, uma pequena cidade do Norte de Minas, próxima a Montes Claros, talvez eu estivesse na 8ª série do ensino fundamental, estudava em uma escola particular e era uma jovem negra, com a pele mais retinta que atualmente, cabelo cacheado e com todas as inseguranças de uma adolescente de 12 anos. Lembro-me que os meninos da turma, em um dia de aula comum, resolveram classificar as garotas mais bonitas da turma e, em 1º lugar, estava uma menina alta, branca de olhos claros e cabelo ondulado. Não me lembro ao certo quem ficou em último, mas me recordo de um menino vir até mim e dizer que eu estava entre as mais “feias” da turma... não tive reação nem contei a ninguém. Aquela lista, criada por meninos de 12-13 anos, acabou com toda a autoestima de uma menina em desenvolvimento. Não os culpo por essa “brincadeira”; de fato, ninguém sabe o que está fazendo no ensino médio. Mas essa história, como disse, se repete com outras mulheres não-brancas. Esse lugar do não pertencimento à beleza e, principalmente, episódios que escancaram esse não pertencimento a elas, ocorrem desde muito novas.

Ressignificar o olhar e o que se entende por beleza não é fácil e, por vezes, compreender a estética como algo que atravessa as singularidades do indivíduo pode parecer até fútil, mas

apenas quando reconheci que eu era negra, comecei a me aproximar das literaturas feministas negras e das histórias das mulheres negras, compreendi que quando somos excluídas do processo, este é um processo que nos machuca e que, portanto, nos atravessa. Este trabalho surgiu de um profundo incômodo com as universalizações e padrões que nos perseguem. Em uma aula da disciplina de Teorias do Desenvolvimento Social I, no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, foi apresentada a literatura decolonial, que me inspirou a pensar neste trabalho a partir de uma epistemologia que buscasse questionar as universalizações e tornasse possível a discussão entre o universal da supremacia branca, o padrão de beleza e as mulheres racializadas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVO(S) DA PESQUISA**

Para a construção deste trabalho, em função dos nossos objetivos de pesquisa, adotamos a metodologia qualitativa como método principal e a metodologia quantitativa para enriquecer o debate teórico provocado. Assim contribuindo para dar maior profundidade à análise do objeto de estudo, permitindo estabelecer diálogos entre as vivências das mulheres entrevistadas e a literatura de aporte, sustentada pela aproximação entre as teorias e a experiência empírica, atentando-nos às conexões entre estes para a análise do fenômeno social.

O levantamento bibliográfico foi fundamental para construir o estado da arte sobre os eixos temáticos, contribuindo para obter conhecimento do que já foi estudado através de teses, dissertações e monografias, bem como livros, artigos, entre outras bibliografias. Esse levantamento possibilitou a construção de um arcabouço teórico sobre o tema, orientou as análises das entrevistas realizadas e dos dados coletados através do formulário google.

O trabalho utilizou como técnica de pesquisa a documentação indireta e direta (MARCONI E LAKATOS, 2003) e foi construído em três capítulos, que correspondem aos três momentos da pesquisa. Nos dois primeiros momentos, o trabalho limita-se a uma revisão bibliográfica com fontes primárias e secundárias que auxiliaram na discussão dos temas propostos e, no último capítulo, a pesquisa realizou uma análise das entrevistas orais e questionários, dialogando com os autores presentes nas discussões.

Maria Minayo (2002), estabelece que a metodologia é o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade da pesquisa, a metodologia enquanto um conjunto de técnicas deve ser capaz de dispor um instrumento claro, coerente, elaborado e capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática da pesquisa. A abordagem qualitativa,

metodologia utilizada nesta pesquisa, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são pesquisados.

A autora defende que o objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, que as “sociedades existem numa formação e configuração específicas, vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (MINAYO, 1994, P.13). Por isso, julgamos a retomada histórica construída nesta dissertação essencial para a compreensão das questões relacionadas a raça, feminismos, beleza e feiura, sendo necessário olhar o presente a partir de uma configuração do passado.

Ressaltamos que a pesquisa qualitativa foi a principal metodologia para construção desta dissertação. Por outro lado, o uso do formulário enquanto técnica de amostragem quantitativa contribuiu para obter maior alcance na comprovação da hipótese que os padrões de beleza influenciam a vida das mulheres racializadas. Logo, essa pesquisa teve como objetivo central compreender por meio da pesquisa bibliográfica, da realização de entrevistas e aplicação de formulários, *como as mulheres racializadas são afetadas pelo padrão de beleza hegemônico*.

Nosso esforço analítico, para pensar criticamente e construir uma interpretação de uma realidade social complexa, dinâmica e multifacetada, ampara-se em opções dentro do diverso arsenal de abordagens epistemológicas e metodológicas existentes. Nossos objetivos foram centrados em discutir o pensamento decolonial para pensar a história do Brasil e a construção da noção de raça que provoca uma série de universalizações, como o sujeito universal e o apagamento das mulheres racializadas no feminismo. Articulamos sobre os significados da beleza para além da estética, relacionando, também, com o resgate histórico do Brasil e da população racializada. Por fim, analisamos as entrevistas de mulheres racializadas com o que foi discutido na pesquisa.

No caso das entrevistas, estas foram construídas fundamentadas na história oral, metodologia muito utilizada no campo das pesquisas qualitativas. De acordo com Regina Weber (1996), a história oral busca por meio de entrevistas com roteiro, estruturado ou semiestruturado, captar as narrativas, as histórias, relatos, depoimentos, de indivíduos ou de um grupo que constituirá a pesquisa. Esse recurso metodológico foi utilizado para a construção e análise das entrevistas com as mulheres racializadas no norte de Minas Gerais e teve como objetivo valorizar seus relatos articulando-os à pesquisa bibliográfica. Como critério de seleção para as entrevistas, escolhemos mulheres não-brancas e com trajetórias construídas nas práticas sociais e políticas da região. Foram quatro mulheres entrevistadas: uma indígena e três negras; dentre as mulheres

negras, uma mulher transsexual. Apesar de serem de municípios localizados no interior do norte de Minas Gerais, todas as entrevistas foram realizadas no município de Montes Claros, tendo como contexto a articulação de candidaturas eleitorais para o ano de 2022. Somente uma entrevista foi realizada de forma remota. No que se refere à construção das questões, estas foram utilizadas com objetivos distintos e com roteiros diferenciados para o roteiro semiestruturado das entrevistas orais e para o formulário compartilhado nas redes sociais.

As entrevistas semiestruturadas buscaram compreender a percepção destas mulheres sobre si mesmas, seu corpo, o ideal de beleza e os efeitos e influência deste ideal de beleza sobre elas e sua vida. Tais entrevistas contribuíram para compreender se tais mulheres reconheciam a existência de padrões de beleza, se estes padrões de beleza interferiam em suas vidas, se já se sentiram representadas nas mídias e se já realizaram algum procedimento para modificar o próprio corpo. Importante salientar que a pesquisa e as entrevistas, em especial, foram realizadas em contextos atípicos, como a pandemia de Covid-19 e o período eleitoral do ano de 2022. Tais fatos influenciaram nos resultados das análises, no tempo das entrevistas, na acessibilidade às entrevistadas e no tempo para o encerramento da pesquisa. Portanto, por limitações de tempo e pesquisa, compreendemos que os resultados das entrevistas poderiam ter sido mais aprofundados, necessitando de mais pesquisas nessa área e mais resultados qualitativos e quantitativos sobre o tema.

O trabalho apresenta discussões a respeito do pensamento decolonial, da criação do sujeito universal e, a partir de uma abordagem histórica apresenta a divisão da sociedade em raças, com início na colonização das América, dissertamos sobre o mito da democracia racial no Brasil. Para essas discussões, utilizamos autores como, Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Franz Fanon, Maria Aparecida Bento, entre outros autores importantes no pensamento decolonial e nos estudos sobre raça, tanto no Brasil quanto no Sul Global.

A decolonialidade, ou a teoria decolonial, é uma epistemologia relativamente nova no campo acadêmico brasileiro. De acordo com a autora Luciana Ballestrin (2013), os estudos do pensamento decolonial começaram a surgir no final dos anos 1990, com o grupo Modernidade/Colonialidade formado por intelectuais latino-americanos. O objetivo do grupo era o de realizar análises e estudos críticos às epistemologias dominantes existentes; assim, a teoria decolonial propunha uma desobediência epistemológica dos países latino-americanos e do continente África, para criar saberes que possam compreender e reaprender os povos e a história do sul global. A decolonialidade conta hoje com diversas pesquisas, não apenas no campo das

ciências sociais, mas da interdisciplinaridade, no direito, na letras, na saúde e na psicologia. Diversos são os autores do pensamento decolonial, entre eles, fundamentais nessa pesquisa: Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Maria Lugones, Lelia Gonzalez, Aimé Césaire, entre outros, que vão estruturar e amparar a compreensão da pesquisa.

Utilizamos a raça nas discussões aqui formadas, como uma categoria sociológica, social e historicamente construída. Assim como afirmam e utilizam os autores, Silvio Almeida (2018) e Lia Schucman (2020), a raça passou de uma categoria biológica dedicada para o credenciamento de plantas e animais, para uma categoria sociológica, com o advento da colonização. A separação e a hierarquização dos indivíduos de diferentes povos em raças distintas configuraram um novo significado à palavra raça. Nos estudos das ciências sociais, a raça é fundamental para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só em um aspecto global, mas também local. A ideia de raça permeia diferentes experiências sociais, como as relações culturais, de poder, econômicas, subjetivas etc., e produz efeitos concretos para os indivíduos e as sociedades (SCHUCMAN, 2020). Por isso, tratamos também da discussão a respeito da branquitude, que abrange o grupo de pessoas brancas, privilegiadas pela estrutura do Estado racista que os confere poder político, econômico e cultural.

Para a discussão do que é beleza, utilizaremos autores como Naomi Wolf (2019), com seu livro “O Mito da Beleza”, que descreve como o ideal de beleza é utilizado para controlar mulheres; Umberto Eco (2007), que discute em seus livros “História da Feiura” e “História da Beleza” como em diferentes épocas a imagem do que era considerado belo e feio foi sendo modificado, o que nos ajuda a compreender os padrões de beleza; Amanda Braga (2020), autora do livro “História da beleza negra no Brasil” auxiliará na construção do debate sobre beleza. Assim como Giovanna Xavier (2021), autora do livro “História Social da Beleza Negra”, outros autores também foram fundamentais para a elaboração deste capítulo e para compreensão do processo de construção da beleza.

O processo histórico da construção da beleza é de suma importância nesta pesquisa, para tanto, abordamos também o processo da eugenia, movimento científico que dominou discursos no Brasil no período pós abolição e intensificou estereótipos de raça e a busca por uma hegemonia branca, reafirmando o sujeito branco como um sujeito universal.

A literatura de autoras feministas e que discutem as mulheres racializadas, foi de extrema importância, como a autora Dia Sekayi, que elabora um estudo sobre o impacto do ideal de beleza europeu sobre as mulheres negras. Utilizamos, também, autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Lia Schucman, Maria Aparecida Silva Bento, bell hooks, Ângela

Davis, e Grada Kilomba, que são referências nos estudos de gênero e raça. Quando utilizamos o termo *racializadas(os)*, neste trabalho, nos referimos às populações, homens e mulheres, *não-brancos*, ou seja, pessoas negras, pardas, amarelas e indígenas. Nas literaturas raciais de língua inglesa, é possível encontrar a expressão ``*people of color*``; no português, *peessoas de cor*, para se referir a esse mesmo grupo de pessoas não-brancas. Contudo, preferimos utilizar o termo *racializadas ou não-brancas*, como já utilizam diversas autoras que discutem raça no Brasil e na América Latina, com o objetivo de incluir mais mulheres no estudo e nas discussões.

As etapas metodológicas percorridas foram: a) a revisão bibliográfica, realizada nos dois primeiros capítulos da pesquisa. Recorremos a bibliografias da história e das ciências sociais, em geral, respeitando a interdisciplinaridade que não só o curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Social propõe, mas que também a pesquisa aborda; b) Brandão (2007) sustenta que o trabalho de campo é uma vivência, um trabalho de produção de conhecimento que perpassa por uma dimensão de subjetividade, em que, para a construção de um trabalho científico, é necessário estabelecer uma relação social e afetiva com os atores da nossa pesquisa. e então, o trabalho de campo foi realizado com as análises e discussões proporcionadas pela revisão bibliográfica. As entrevistas foram realizadas de forma online e presencial, em razão da Pandemia de COVID-19. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, sob o número do parecer: 4.891.746.; c) Após as realizações das entrevistas, foi feita a transcrição e análise delas e dos questionários aplicados de forma online, construindo gráficos e dados que auxiliaram no entendimento da relação entre as mulheres racializadas, o padrão de beleza e a hegemonia branca. Após realizarmos as entrevistas com as mulheres participantes da nossa pesquisa, fizemos a análise, organização e sistematização dos dados obtidos em campo inter-relacionando com o referencial teórico estudado, elencando as informações, descobertas e o conhecimento produzido.

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A pesquisa foi construída por: introdução, três capítulos correspondentes ao desenvolvimento da pesquisa e pelas considerações finais. O capítulo 1, “A Universalização: heranças da história”, tem como proposta apresentar a discussão sobre o processo de colonização e a ascensão da hegemonia europeia no mundo, impondo-se como um sistema de poder, através das universalizações, dos sujeitos, das epistemologias, dos sistemas e conseqüentemente, da beleza. A universalização do “mundo branco” que afeta diretamente os sujeitos racializados, em

especial, as mulheres racializadas.

O segundo capítulo, de nome “A Construção da Beleza”, destina-se à elaboração dos entendimentos sobre o belo e o feio. Discutimos como o processo de miscigenação e a eugenia estão relacionados com o que conhecemos como beleza e pela qual os processos de racismo e discriminações dos indivíduos racializados junto a uma dita ciência neutra dominante é e foi usada para excluir as mulheres racializadas do sistema da beleza. A beleza, como já pontuamos acima, possui diversos significados de acordo com o tempo vivido. Como a conhecemos hoje, ela faz parte de um processo de construção social, histórico e econômico, que privilegia brancos e grupos dominantes. Nesta parte da dissertação, relacionamos essa construção do padrão de beleza com os padrões de poder, racismo e colonialidade vividos pelas mulheres racializadas. Neste capítulo, recorreremos, também, ao uso de reportagens, que são essenciais para o tema da beleza e dos procedimentos estéticos, fornecendo dados importantes para a pesquisa.

No terceiro capítulo, “E eu não sou uma mulher?”, apresentamos a discussão dos resultados das entrevistas estruturadas (Google Forms) em diálogo com a literatura sobre o que é o padrão de beleza, como ele é propagado, a indústria da beleza e a relação com as mulheres racializadas. Apresentamos a análise dos dados coletados em entrevistas com as mulheres racializadas e com os formulários via google. Discutimos, a partir da empiria, percepções dessas mulheres sobre a colonização do padrão de beleza, racismo, raça, etnia, autoestima e representatividade, bem como sua relação com o ideal construído sobre padrões de beleza e a mulher negra. Neste capítulo, utilizamos fontes secundárias que são as publicações avulsas, jornais, revistas, livros, pesquisas e monografias, que auxiliaram na realização da pesquisa.

A partir das análises realizadas nos capítulos e os resultados alcançados com as entrevistas e questionários, a última parte da pesquisa destina-se a realização das Considerações Finais, com análises e reflexões sobre os resultados encontrados.



## CAPÍTULO 1 – A UNIVERSALIZAÇÃO: HERANÇAS DA HISTÓRIA

*O que os livros escondem, as palavras ditas libertam.*

*E não há quem ponha um ponto final na história*

Conceição Evaristo, 2017.

### 1.1 – COLONIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE RAÇA

Em 1492 a América tem seu simulacro de “descoberta”. Sem identidade, sem nome e cobiçada pelas possibilidades de ganhos com o ambiente que foi “encontrado”, o ano que marcou a descoberta das Américas pelos europeus, é também o início de mudanças irreversíveis aos povos latino-americanos. Impulsionado pelo desejo de encontrar ouro e mais riquezas para a Europa, Cristóvão Colombo *descobriu* a América, mas não só o continente, ele entrou em contato com o outro; ‘o outro’ são todos os povos indígenas que habitavam as terras do continente americano. Os colonizadores classificaram os indígenas como selvagens e que realizavam trocas de materiais que tinham muito valor por objetos sem valor algum, andavam nus e não tinham propriedades privadas. Eduardo Galeano (2020), narrou que Cristóvão Colombo morreu acreditando que havia alcançado a Ásia e quando pisaram pela primeira vez nas areias das Bahamas, o almirante acreditou que eram terras do Japão.

De acordo com o historiador Tzvetan Todorov (2010), o século XVI, século da conquista das Américas, foi o período marcado pelo maior genocídio da história da humanidade, através da colonização, que anunciou uma identidade presente, da Europa junto aos povos colonizados.

Como Colombo pode estar associado a estes dois mitos aparentemente contraditórios, um em que o outro é um “bom selvagem” (quando é visto de longe), e o outro em que é um “cão imundo”, escravo em potencial? É porque ambos têm uma base comum, que é o desconhecimento dos índios, a recusa em admitir que sejam sujeitos com os mesmos direitos que ele, mas diferentes. Colombo descobriu a América, mas não os americanos. (TODOROV, 2010, p.68).

O autor, escreve que Colombo desconsiderava os indígenas como povos, e, portanto, que não tinham cultura. Como não compreendiam a linguagem e o sistema social daqueles povos, Colombo adotava um sentimento de superioridade, empregava então dois mitos, o do “bom selvagem” que são os índios que obedecem aos europeus e o do “escravo em potencial” quando são forçados a obedecer.

Outro importante autor, Frantz Fanon (2005), ao dialogar sobre raça e relações coloniais,

discute que o colono e o colonizado são “velhos conhecidos”, pois foi o colono quem *fez* e continua a *fazer* o colonizado. No sistema colonial, onde o colonizador acredita que os nativos e os povos negros são sem cultura e sem civilização, eles criam o colonizado e sua inferioridade, os dominando, escravizando, cristianizando, colonizando. O processo da colonização proporcionou com que novas identidades sociais e geopolíticas fossem criadas; o negro, o índio, o mestiço, o amarelo, uma classificação entre os povos ditos civilizados e os primitivos. Foi um processo violento que resultou em profundas transformações nas relações sociais, econômicas, epistemológicas e subjetivas de distintos povos do Sul Global e foi viável, de acordo com Quijano (2021), porque a ideia de raça foi disseminada e a classificação dos povos permitiu a dominação e ascensão de um povo sobre o outro.

Acompanhando o entendimento de Aníbal Quijano (2021), e outros autores do pensamento decolonial, a noção de raça conhecida até hoje é então fruto da classificação combinada com o controle do trabalho, da autoridade e da subjetividade de diversos povos colonizados, a distribuição de novas identidades foram e ainda são instrumentos de dominação. É nessa perspectiva que alguns povos passaram a ser racializados, enquanto os povos que racializavam, os europeus, se consolidavam como universais.

El colonialismo fue el escenario y el marco que permitió la constitución de la idea de raza como el instrumento universal de clasificación social básica de toda la población del planeta. Y esa clasificación probó ser, hasta ahora, el más eficaz mecanismo de dominación dentro del poder mundial capitalista. De esa manera el patrón mundial de poder capitalista se constituyó en su carácter de colonial/moderno. Cuando el colonialismo fue eliminado, la relación colonial de dominación entre "razas" no sólo no se extinguió al mismo tiempo, sino que se hizo en muchos casos mucho más activa y decisiva en la configuración del poder, desplazándose de una institucionalidad (el colonialismo) a otra (países independientes y/o estados-nación) y en consecuencia rearticulándose a escala global. De eso da cuenta el concepto de colonialidad del poder. (QUIJANO, 2020, p.47)<sup>1</sup>

O negro precisou ser racializado para ser dominado. Segundo Mbembe, o negro não existe como tal, ele foi produzido, como um vínculo social de submissão e como um corpo de exploração, um corpo que era exposto a vontade do senhor. (MBEMBE, 2018). O autor do livro “Crítica da razão negra”, Achille Mbembe (2018), explica que a racialização, a criação do negro

---

<sup>1</sup> Tradução livre: “O colonialismo foi o cenário e o marco que permitiu a constituição da ideia de raça como instrumento universal de classificação social básica de toda a população do planeta. E essa classificação provou ser, até agora, o mecanismo de dominação mais eficaz dentro da potência mundial capitalista. Dessa forma, o padrão mundial de poder capitalista se estabeleceu em seu caráter colonial/moderno. Quando o colonialismo foi eliminado, a relação colonial de dominação entre "raças" não só não terminou ao mesmo tempo, mas em muitos casos tornou-se muito mais ativa e decisiva na configuração do poder, passando de uma institucionalidade (colonialismo) para outra (países independentes e/ou estados-nação) e, conseqüentemente, se rearticulando em escala global. É isso que explica o conceito de colonialidade do poder.”(QUIJANO, 2020, p.47)

pelo sistema colonial, provoca a manifestação da questão da raça.

A escravidão que foi imposta aos negros africanos e aos povos indígenas nas Américas trouxe consequências que até os dias atuais não foram extintas. Quijano (2021), com o termo *colonialidade do poder*, explica um padrão de poder eurocêntrico existente em todo mundo e que perdura. O colonialismo, de acordo com o autor, foi o cenário que possibilitou a constituição da ideia de raça como instrumento universal de classificação social de toda população do planeta:

Europa se hizo, en esas condiciones, también el centro de la elaboración intelectual de la experiencia colonial/moderna del conjunto del capitalismo. El resultado fue el eurocentrismo, una perspectiva de conocimiento tributaria por igual de las necesidades capitalistas de desmistificación del pensamiento sobre el universo y de las necesidades del Blanco de legitimar y perpetuar su dominación/explotación sobre las demás razas como superioridad natural. Eso incluía la apropiación de las conquistas intelectuales y tecnológicas de los pueblos colonizados. Pero, sobre todo, un modo de imponer sobre ellos un distorsionante espejo que les obligara a verse con el ojo del dominador. El eurocentrismo ha tenido plena hegemonía mundial, aunque siempre contestada dentro y fuera de Europa. (QUIJANO, 2000, p.48)<sup>2</sup>

A colonialidade do poder, é a afirmação da hegemonia europeia sobre os outros países do mundo, a perpetuação das relações de poder e dominação baseados na raça como afirmação de um povo superior surgidos com o processo da colonização presente na atualidade.

A concepção de *raça*, de acordo com Silvio Almeida (2018), é de um termo não estático, portanto dinâmico e o seu sentido está atrelado às circunstâncias históricas, trata-se de um conceito relacional e histórico. O autor compreende que a noção de *ser humano* se relacionava ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa e com o advento da colonização, a transformação da noção de *ser humano*, no *homem universal europeu*. Os autores convergem que o negro e a raça são sinônimos para as sociedades europeias, o branco vê a raça como o outro e o negro como aquele que ele mesmo criou.

Durante vários séculos, o conceito de raça – que sabemos advir inicialmente da esfera animal – serviu, em primeira linha, para nomear as humanidades não europeias. O que então se chamava “estado de raça” correspondia, assim se pensava, a um estado de degradação e a uma defecção de natureza ontológica. A noção de raça permitia representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior. (MBEMBE, 2018, p.33).

---

<sup>2</sup> Tradução livre: “A Europa tornou-se, nessas condições, também o centro da elaboração intelectual da experiência colonial/moderna do capitalismo como um todo. O resultado foi o eurocentrismo, uma perspectiva de conhecimento tributária tanto da necessidade capitalista de desmistificar o pensamento sobre o universo quanto da necessidade do branco de legitimar e perpetuar sua dominação/exploração sobre outras raças como superioridade natural. Isso incluiu a apropriação das conquistas intelectuais e tecnológicas dos povos colonizados. Mas, sobretudo, uma forma de lhes impor um espelho distorcido que os obrigaria a ver-se pelos olhos do dominador. O eurocentrismo teve plena hegemonia mundial, embora sempre tenha sido desafiado dentro e fora da Europa.” (QUIJANO, 2000, p.48)

A universalização é uma das características do sistema de colonização, a universalização dos sistemas políticos, econômicos, epistemológicos, do gênero, da hierarquização dos povos e do sujeito, a universalização é também a perpetuação do colonialismo, a colonialidade do poder. O colonialismo é “uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta e outras vezes sangra.”, afirma Grada Kilomba (2019). o colonialismo para além das dominações que desenvolveu, criou também uma dominação epistemológica, recusando outros saberes que não fossem os produzidos pela Europa e na chamada modernidade, produzido pelos países ditos desenvolvidos.

A configuração do poder capitalista, que se inicia entre os séculos XI e XV e marca o fim da sociedade feudal, o capitalismo se consolidou como um padrão de poder e dominação mundial e a Europa se torna um grande centro hegemônico que estabelece também um padrão de dominação, modernidade e colonialidade sobre outros países nacionais. No século XX, os Estados Unidos da América, buscando também consolidar sua hegemonia política e econômica no mundo, inicia um processo do imperialismo capitalista, da dependência estrutural, uma relação de dominação entre países, dividindo os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Para autores latino-americanos, como Esteva (2000) e Quijano (2014), o debate sobre o desenvolvimento ocorreu após a II Guerra Mundial e foi uma das formas de expressão da reconfiguração do poder capitalista. Em 20 de janeiro de 1949 o então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, proferiu um discurso utilizando a palavra “subdesenvolvido”, classificando os países do globo em desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com Esteva, os Estados Unidos buscavam consolidar sua hegemonia política, militar e econômica no mundo, por isso o discurso do presidente Truman e o debate sobre os planos de desenvolvimento foram e ainda são, essenciais para que se classifique os países.

Neste dia, 20 de janeiro de 1949, não estava em plano apenas um projeto de desenvolvimento para os países, mas, segundo Gustavo Esteva (2000), nesse mesmo dia mais de dois bilhões de pessoas passaram a ser consideradas subdesenvolvidas. O discurso do desenvolvimento retirou todas as particularidades e identidades de diversos povos subalternos, principalmente do sul do Globo e os homogeneizaram, os tornando todos subdesenvolvidos. Os países ditos desenvolvidos eram modernos, racionais e protestantes enquanto os países subdesenvolvidos eram tradicionais, não protestantes com a racionalidade pré-moderna, considerados como primitivos.

Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. (...) deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila. (ESTEVA, 2000, p.60).

O termo *desenvolvimento*, de acordo com Aníbal Quijano (2014), é um termo de perigosa biografia na América Latina, pois ele vem mudando de identidade e sobrenomes, mas continua com seu objetivo, da consolidação hegemônica dos Estados Unidos e da Europa no mundo. Quijano (2014), argumenta que: o que se desenvolve não é o país, mas um padrão de poder, o padrão de poder capitalista e o capitalismo necessitam das relações de poder que foram construídas na colonização para operar. A raça, de acordo com o autor, é a estrutura que permitiu, na colonização, e permite, no sistema capitalista, a categorização e a dominação da população humana entre povos inferiores e superiores.

O desenvolvimento passou a ser encarado como um discurso universal, os países subdesenvolvidos precisavam de um plano de desenvolvimento, havia um só caminho, o desenvolvimento, e os países desenvolvidos, isto é, os países ricos, se tornaram o padrão daquilo que eles mesmos criaram. O sistema da colonização “precisou” categorizar e classificar os povos para dominá-los e o sistema capitalista, herdeiro desse processo das relações de poder, perpetua essa colonialidade e as universalizações que foram criadas.

O processo da colonização e da escravidão, corresponde a aproximadamente quatro quintos da história do Brasil, mais de 350 anos de um sistema que favoreceu sujeitos brancos e que causou o genocídio de populações indígenas e a brutal desumanização por meio da escravidão de pessoas negras. Um sistema cruel que deixou heranças na sociedade brasileira. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), o desenvolvimento econômico no Brasil foi o resultado de um modelo de “modernização conservadora excludente”, um desenvolvimento econômico desigual. Esse modelo de desenvolvimento econômico é resultado de uma divisão racial do trabalho, pois forma uma massa marginal que diz respeito, segundo Gonzalez, à força de trabalho que incide principalmente na população negra, assim como o desemprego e subemprego, uma divisão racial do trabalho.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado,

manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALEZ, 2020, p.26)

A divisão racial do trabalho, ao qual a autora faz referência, é resultado de mais de 500 anos de um processo de colonização e escravização dos povos não brancos no Brasil. De acordo com o autor Clóvis Moura (2020), o Brasil foi o país que mais “importou” negros africanos, chegando a uma média de 55 mil importações de escravos anualmente e a “massa escrava”, como escreve o autor, não ficou concentrada em uma só região do país, mas foi distribuída nacionalmente, em proporções variadas.

(...), os senhores criaram uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Assim como na escravidão clássica os escravos eram chamados de *bárbaros*, e com isso, justifica-se a sua escravização, na escravidão moderna, pelo fato de os escravos serem índios, inicialmente, e, depois, negros, povos divergentes dos padrões estéticos europeus dominantes, a mesma estratégia justificadora foi empregada. (MOURA,2020, p.20).

Foi o trabalho escravo e a colonização que construíram a sociedade brasileira, dando o status de elite dominante aos brancos europeus, segundo Moura, a colonização foi baseada na estratégia do racismo. Abdias Nascimento (2016), explica que o negro africano foi decisivo para o início do desenvolvimento econômico do Brasil, sem o escravo, sem o sistema da escravidão, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O autor relata que no Brasil, desde o começo do comércio escravo por volta de 1550, chegava a aproximadamente ao número de 4 milhões de africanos importados e distribuídos da seguinte forma: 38% para o porto do Rio de Janeiro de onde foram redistribuídos para os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; 25% para o estado da Bahia, 13% para o estado de Pernambuco, 12% para o estado de São Paulo, 7% para o estado do Maranhão e 5% para o estado do Pará.

A abolição da escravidão no Brasil, último país da América Latina que decretou o fim desse sistema, não teve outra finalidade se não a segregação do negro na sociedade. No dia 13 de maio de 1888, os negros se viram libertos de suas correntes de ferro e continuaram aprisionados a um sistema de desigualdades e opressões, sem direitos a um pedaço de terra, a um trabalho assalariado, a moradia, ao estudo, foram obrigados a servir os senhores que ainda permaneciam por aqui e a perpetuar o processo de divisão racial do trabalho. Para Abdias Nascimento (2016), a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja,

não havia solidariedade ou justiça social com os negros recém libertos.

Para Clóvis Moura (2019), após a abolição e no início do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, se inicia também uma campanha de branqueamento do país, que surge quando o trabalho escravo negro se encerra e é substituído pelo assalariado. Nesse período, acreditava-se que o Brasil deveria ser “Branco e Capitalista”, o negro representava então o passado, o atraso, a animalidade e o branco era o símbolo do progresso, do desenvolvimento, do trabalho. Um intenso processo de imigrações de brancos europeus é iniciado para constituir a nova sociedade brasileira, trabalhadora e cultural, enquanto os negros foram deixados as *margens sociais*, ocupando trabalhos com baixa ou nenhuma remuneração e habitando as periferias territoriais.

Florestan Fernandes (2013), explica que o processo de miscigenação durante muito tempo serviu para aumentar a “massa da população escrava” no país e para embranquecer a população. De acordo com Florestan, a integração das raças tinha o objetivo da fusão e da igualdade racial entre os negros, mulatos e brancos, mas como aponta o autor, já havia marcada uma desigualdade racial, pois aquele mundo foi construído pelo branco e para o branco. O trabalho livre como denomina o autor, servia para designar o trabalho assalariado, quando era conquistado elevava o negro e o mulato socialmente, não se buscava apenas a ascensão social, mas a hegemonia da classe dominante, do branco e uma perpetuação das dominações raciais.

Os negros recém libertos e em busca da integração social, não conseguiam disputar o trabalho com os imigrantes europeus, pois a dominação racial ainda era vigente.

A universalização do trabalho livre não beneficiou o “negro” e o “mulato” submersos na economia de subsistência (o que, aliás, também aconteceu com os “brancos” que fizessem parte desse setor); mas, nas condições em que se efetuou, em regra prejudicou o “negro” e o mulato” que faziam parte do sistema de ocupações assalariadas, mais ou menos vitimados pela competição com o emigrante. O resultado foi que, três quartos de século após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos da “população de cor” que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem. (FERNANDES, 2013, p.47)

Portanto para o autor o mito da democracia racial surgiu para justificar a não inserção do negro e do mulato na sociedade, eximindo a culpa do branco, as oportunidades que surgiam não eram favorecidas para o negro, mas para o grupo que estava localizado como raça dominante, não houve uma democratização de renda, poder e prestígio social.

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que

foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O “negro” teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele – não do “branco”. Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. (FERNANDES, 2013, p.48).

A colonização foi e ainda é um sistema que permitiu uma série de universalizações, como o sujeito universal, a hegemonia europeia no globo, a supremacia das epistemologias europeias e ocidentais, e conseqüentemente o epistemicídio, como é chamado pelo autor Boaventura de Souza Santos e pela autora Sueli Carneiro, enquanto o apagamento das epistemologias dos povos subalternos do Sul Global por meio da imposição do ponto de vista dos grupos que têm poder sobre o ponto de vista dos grupos excluídos (SANTOS, 2018).

## **1.2 O SUJEITO UNIVERSAL E A BRANQUITUDE**

A colonização produziu uma série de conseqüências sociais, econômicas e epistemológicas para os países do Sul Global, as relações de poder, dominação e subordinação dos diferentes povos baseados na ideia de raça produziu privilégios e a universalização de um povo, proporcionando a criação do racismo e a exploração dos povos racializados até os dias de hoje. Originou-se com o processo da colonização, o sujeito universal, o homem branco.

O sujeito branco possui até hoje formas de privilégios dentro da sociedade, inclusive quando falamos de racismo como um problema do negro, mesmo quando esse foi gerado pelo branco. Os trabalhos acadêmicos que hoje discutem a branquitude, discutem também as relações de poder que os brancos possuem e como esse grupo possui uma identidade branca relacionada aos diversos campos de poder sociais. No campo teórico, os estudos sobre branquitude avançaram significativamente nos últimos anos, estudar a diversa identidade racial do branco enquanto grupo é o tema de estudos de vários pesquisadores no Brasil e no mundo.

Enxergamos esse sujeito universal como a representação da dominação epistemológica, social, econômica e subjetiva das pessoas brancas sobre as pessoas racializadas, esse sujeito é a conseqüência e a causa dos processos de racialização e universalização do branco e da Europa no mundo, produto direto do processo colonizador.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe, o mais rapidamente possível o



mundo branco, (...). Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco reconhecer minha humanidade. (FANON, 2008, p.94)

Frantz Fanon (2008), discute em seu livro “Pele negra, máscaras brancas”, como as relações entre os colonizados e os colonizadores são essenciais para entender as subjetividades entre os brancos e os negros. Fanon reivindica o fim da ideia de raça, o autor destaca como o negro enxerga uma necessidade em ser branco, em se aproximar do colonizador e o branco se vê como um ser humano único, estabelecendo uma hegemonia da supremacia racial branca. O autor afirma que a rejeição que o negro sente por si próprio, a negação a própria cor, a própria imagem é resultado dos processos da idealização da raça que se manifesta em um racismo que favorece os brancos no âmbito cultural, social, político e econômico.

A trajetória da tentativa de erradicação da cultura das populações negras se inicia desde o processo das longas viagens que eram realizadas com o tráfico negreiro. A autora negra norte americana, bell hooks<sup>3</sup> (2020), no livro “E eu não sou uma mulher?”<sup>4</sup>, aponta como as experiências das jornadas da escravidão foram traumáticas para os homens e mulheres negras.

A fim de tornar seu produto vendável, o escravizador precisava garantir que nenhuma criada negra recalcitrante envenenasse a família, matasse crianças, incendiasse a casa ou oferecesse resistência de qualquer outra forma. A única garantia que ele poderia dar era baseada em sua habilidade de domar a pessoa escravizada. Sem dúvida, a experiência vivida no navio negreiro tinha um impacto psicológico tremendo nas mulheres negras e nos homens negros. A rota da África para a América era tão horrível que somente sobreviviam as mulheres e homens que conseguiam manter o desejo de viver, apesar da condição opressora em que estavam. (hooks, 2020, p.44).

Os navios negreiros eram o espaço de preparação das pessoas africanas para o mercado de escravos, esse longo trajeto trazia a destruição da dignidade humana, a eliminação dos nomes e status, dispersão dos grupos para que não pudesse haver uma língua em comum entre eles e a

<sup>3</sup> bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkin, o nome escolhido pela autora faz referência a sua avó materna e é escrito em letras minúsculas, de acordo com a própria autora, para dar enfoque ao seu conteúdo e não especificamente a sua pessoa.

<sup>4</sup>A expressão “E eu não sou uma mulher?” que dá nome ao livro de bell hooks e ao terceiro capítulo desse trabalho, tem origem no discurso proferido por Sojourner Truth em 1851 em uma convenção de direitos das mulheres nos Estados Unidos. Sojourner foi a primeira mulher negra escravizada a conseguir a condenação de um senhor de escravos na justiça. Na convenção, homens brancos discutiam sobre os direitos das mulheres e as colocavam como frágeis e que não aguentavam o serviço pesado, Sojourner questiona se ela que, mulher negra escravizada e forçada a realizar serviços pesados, se ela não era uma mulher, ela diz: “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?” (SOJOURNER, 1851). Sojourner deixa claro que as mulheres que são discutidas na convenção, não dizem respeito a ela, mulher negra e escravizada.

retirada de qualquer sinal evidente da herança africana nos povos, além das torturas e castigos constantes que eram submetidos os escravizados. Esse processo nos mostra a tentativa de erradicação da cultura africana dos povos que eram arrancados de suas terras e trazidos para as Américas a fim de produzir riqueza beneficiando a Europa.

É compreendido que foi esse sistema, de colonização, que proporcionou uma supremacia branca no mundo, para Mills (1999), autor da tese do contrato racial, o contrato racial é político, moral, epistemológico e histórico, e foi o contrato racial, baseado na filosofia do contrato social dos filósofos contratualistas, que permitiu uma exploração global da Europa e o privilégio racial branco. O contrato racial, de acordo com o autor, define os papéis sociais, políticos, econômicos, em um sistema que estrutura a sociedade racialmente, o autor analisa que além da cor da pele, o ser branco significa um conjunto de relações políticas e sociais baseadas no poder, fato que nos explica também a branquitude, esse grupo de pessoas brancas que, querendo ou não, ocupam lugares de poder e de privilégio social, político, econômico e cultural.

É de suma importância compreender o que foi a colonização e a escravização dos povos para que possamos discutir a branquitude no Brasil, pois, a branquitude como a identidade branca e sinônimo de relações de poder e privilégios dentro da sociedade brasileira é uma das consequências da dominação dos negros e indígenas que foram ou exterminados e, ou colocados à margem da sociedade como quando anunciado o “fim” da colonização e da escravidão.

A branquitude é o termo utilizado nos estudos sobre a identidade do branco, a categoria é estudada por diversos autores brasileiros, embora os estudos sobre branquitude tenham se popularizado principalmente nos Estados Unidos na década dos anos noventa do séc. XX, no Brasil esses estudos ganham força a partir dos anos 2000 e nos revelam a importância de estudar o branco e o problema do branco, como escrevem as autoras Maria Aparecida Silva Bento e Lia Vainer Schucman. Definir a branquitude não é uma tarefa fácil, Lia Schucman (2020), argumenta que o “ser branco” não é definido apenas pela genética, especialmente no Brasil, onde o branco pode ter sangue negro.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN, 2020, p.61)

O ser branco no Brasil está ligado à aparência, ao fenótipo do indivíduo, diferente do ser branco em outros países, por isso estudar a branquitude é estudar um grupo de indivíduos

categorizados enquanto brancos e relacionar suas relações de poder políticos, sociais e econômicos e os lugares de poder que esse grupo ocupa. A autora do livro “Aqui ninguém é branco”, Liv Sovik (2009), inicia seu texto afirmando que no Brasil sabemos que existe o negro, mas que não afirmamos se existe o branco, ela explica que o motivo para isso é a valorização da mestiçagem e o discurso do mito da democracia racial, além de uma recusa em racializar o indivíduo branco.

A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática — é a prática que conta — que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento. (SOVIK, 2009, p.50)

A dificuldade de se definir o branco no Brasil é a dificuldade de assumir também o racismo e o poder que a identidade branca possui. Por essa razão, Sovik pontua que ser branco no Brasil não é uma questão genética, mas, de imagem, o papel social do branco e os lugares que por eles são ocupados. Portanto, não somente marcados pele branca, o branco também vai herdar posições e privilégios dentro da sociedade, a branquitude como afirma a autora Bento (2022), é um conjunto de práticas culturais e sociais, construídas historicamente que constituem um grupo em posição de privilégios.

A ideia de miscigenação, que possibilitou o “surgimento” do pardo no Brasil, foi outro fator que não extinguiu com o racismo, dificultando identificar o que é ser negro e ser branco no país. O mestiço, o pardo, foi *criado* como um símbolo da identidade nacional brasileira, com o propósito de extinguir com as identidades dos povos negros e indígenas, as elites alastraram a tese da democracia racial no Brasil. Segundo Abdias Nascimento (2016), o mito da democracia racial foi disseminado por muitos anos no Brasil e surgiu como forma de retirar a identidade do negro brasileiro e criar a ilusão de várias raças e de uma igualdade social que era inexistente.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação social grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade

do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 2016, p.11)

A democracia racial, portanto, foi uma teoria criada no período dos processos de miscigenação que aconteciam no Brasil, difundida e conhecida pelas obras do autor Gilberto Freyre. De acordo com Sueli Carneiro (2020), o processo de miscigenação foi realizado por meio da violência para apagar a “mancha negra” deixada no país pelo processo do sistema escravocrata, esse processo foi um instrumento para o branqueamento da população, criando uma identidade no imaginário da sociedade. Uma identidade que se afastava da ideia do negro e se aproximava com os ideais brancos existentes, como os traços físicos mais finos, a pele mais clara, o mestiço se tornou um produto da identidade nacional.

No imaginário e simulacro social tudo aquilo que é próximo ao branco e distante do negro, é tido como aceitável e por isso junto ao processo de miscigenação e da teoria de democracia racial, foi construído uma preeminência do branco em detrimento do negro, tanto nas subjetividades do ser, como nos sistemas político, econômico e social.

[...] o que parece é que nossa sociedade se apropriou dos significados compartilhados sobre superioridade e pureza racial e, dessa forma, desenvolveu um sistema hierárquico silencioso e camuflado de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção direta em que elas se afastam do modelo ideal de brancura, representado aqui nos depoimentos dos sujeitos como: tom de pele muito claro, cabelos lisos e loiros, traços finos, olhos claros e ascendência norte-europeia. [...] Assim, esse ideal de branco, internalizado por todos aqueles com diferentes “graus” de brancura, opera para favorecer os mais fenotipicamente “brancos” em detrimento dos “menos brancos” em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoa do que esse sistema generalizado de atribuição de status define como belo, desejável ou admirável. (SCHUCMAN, 2020, p.157)

A autora Cida Bento (2022), explica que muito é discutido sobre as heranças da escravidão para a população negra, seus aspectos negativos e a construção de uma sociedade desigual e racista, mas pouco se discute sobre as heranças desse período e seus impactos positivos para a população branca, o que reflete, segundo Bento, a vida concreta e simbólica das gerações que herdaram posições de poder, terras, dinheiro, empresas, fruto do sistema da

colonização e do trabalho escravo. É como se a supremacia branca, os cargos políticos, econômicos e sociais de poder que são ocupados majoritariamente por pessoas brancas fossem adquiridos por méritos próprios e não por uma continuidade de um sistema racista que começou há 500 anos.

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos. O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas a escravidão. (BENTO, 2022, p. 25).

O pacto ao qual a autora se refere é o que ela mesma denomina de *Pacto da Branquitude*, um pacto silencioso e não organizado explicitamente, mas um “pacto público” entre os sujeitos brancos que gozam de seus privilégios e os compartilham com outros sujeitos brancos, são os brancos dentro das empresas que apenas contratam outras pessoas brancas, são grandes corporações públicas e privadas que transmitem posições de poder de sujeitos brancos para sujeitos brancos, constroem imaginários sociais do pertencimento branco e da supremacia branca, formando a branquitude, esse grupo de sujeitos brancos pertencentes de privilégios e espaços de poder estabelecidos historicamente.

Michael Foucault (1993), nos explica que o poder deve ser analisado como algo que circula em cadeia, o poder não é algo que pertence a alguém, aqui ou ali, o poder é algo que se exerce através de uma organização que forma redes, os indivíduos se beneficiam dessas redes de poder, mas não sozinhos, “el individuo es un efecto del poder y al mismo tiempo, o justamente en la medida en que es un efecto suyo, es el elemento de composición del poder”<sup>5</sup> (FOUCUALT, 1993). Portanto, seguindo o entendimento de poder de Foucault, não devemos estudar a branquitude imaginando que um único sujeito branco é detentor do poder, ou dos privilégios que

---

<sup>5</sup> Tradução livre: “o indivíduo é efeito do poder e ao mesmo tempo, ou precisamente na medida em que é efeito dele, é elemento de composição do poder” (FOUCUALT, 1993).

o atravessam, mas há um grupo que se beneficia desses espaços de poder, do poder e dos privilégios de ser branco, um grupo que é construído histórico e socialmente.

Compreendemos que a construção do sujeito universal foi possível por causa dos vários processos sofridos pela população racializada, a consolidação da hegemonia europeia ao redor do globo e os legados da colonização para a população branca fazem com que tenhamos uma supremacia do sujeito branco, o tornando universalizado. A manutenção dos sistemas de privilégios sociais, políticos, econômicos são consequência de uma série de eventos mundiais que favorecem os sujeitos brancos e os países colonizadores.

Nesse contexto de estratificação racial, faremos a discussão das mulheres racializadas, iniciaremos realizando uma breve reflexão sobre o feminismo entre os discursos e o colonialismo.

### **1.3 FEMINISMOS, COLONIALISMO E AS MULHERES RACIALIZADAS**

Existem muitas histórias, memórias e vozes não contadas e escutadas ao redor do mundo, a história do feminismo não é a mesma história de todas as mulheres. O feminismo é conhecido como um movimento teórico e prático que surge com a luta das mulheres contra as opressões que as acompanhavam por séculos. Para Céli Pinto (2010), autora do artigo “Feminismo, história e poder”, apesar de sempre terem existido na história, mulheres que se rebelaram contra suas condições, a primeira onda do feminismo é conhecida no final do século XIX, onde as mulheres na Inglaterra se organizaram para lutar por seus direitos, principalmente pelo direito ao voto. Esse movimento ficou conhecido como “as sufragetes”, as mulheres fizeram manifestações e greves em Londres onde diversas delas foram presas e somente em 1918 o direito ao voto foi concedido. Ainda segundo a autora, no Brasil o movimento das mulheres também se iniciou pela luta ao voto em 1910, liderado por Bertha Lutz.

Esse movimento feminista inicial perde força e só a partir de 1960 ganha força novamente, de acordo com Pinto (2010), conhecido como a Segunda Onda do Movimento Feminista, marcado pelo livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir. Em um período marcado por mudanças políticas e sociais, os Estados Unidos da América (EUA) e os países da Europa se destacaram nas lutas feministas. O feminismo ficou conhecido como um movimento libertário, que buscava a igualdade entre homens e mulheres, reivindicavam o espaço da mulher no mercado de trabalho e a autonomia de decidir sobre o próprio corpo.

No século XIX, início dos intensos movimentos de luta pelo fim da escravidão no mundo, a autora Ângela Davis (2016), escreve em seu livro “Mulheres, raça e classe”, sobre o

movimento antiescravagista nos Estados Unidos que contou com a adesão de mulheres brancas nos movimentos de homens e mulheres negras pela liberdade. O que a autora chama atenção na aliança entre as mulheres negras e brancas é o momento das reivindicações em 1830, mulheres brancas começaram a lutar pelo direito à educação e pelo trabalho fora de casa.

Segundo Davis, eram frequentes as comparações entre as explorações que as mulheres brancas sofriam, mesmo que livres, com a condição de escravizadas que as mulheres negras eram submetidas. As mulheres brancas eram oprimidas e exploradas tanto em seus trabalhos com relação aos seus baixos salários quanto em seus casamentos, havia então uma “afinidade” entre as mulheres brancas e os escravizados, eram aprisionados seja pelos chicotes e correntes, seja pelos homens brancos e pela instituição do casamento, como escreve Ângela Davis (2016).

As primeiras feministas podem ter descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra principalmente devido ao poder impactante dessa comparação – temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse. Entretanto, elas aparentemente ignoravam que a identificação entre as duas instituições dava a entender que, na verdade, a escravidão não era muito pior do que o casamento. Mesmo assim, a implicação mais importante dessa comparação era a de que as mulheres brancas de classe média sentiam certa afinidade com as mulheres e homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes. (DAVIS, 2016, p.47).

A autora bell hooks (2020), explica que as mulheres brancas nessa ocasião, período das reivindicações abolicionistas, não estavam apoiando uma mudança de fato na hierarquia social, mas somente o fim da escravidão, motivadas por sentimentos religiosos, elas não buscavam o fim do racismo. A aliança entre as mulheres negras e brancas foi se disseminando quando os homens brancos concederam o direito ao voto ao homem negro. De acordo com hooks, a partir desse momento as mulheres brancas viram manter uma hierarquia sexual, maior que a racial e se uniram aos homens brancos para a não inserção de pessoas negras na sociedade, a fim de manter seu status social.

O feminismo que surge do movimento de mulheres que reivindicavam seu direito ao voto e ao mercado de trabalho, enquanto havia outras mulheres em condição de escravidão, é um movimento de mulheres brancas, majoritariamente da classe média. O movimento das mulheres negras é um movimento diferente, como explica bell hooks, é um movimento que contou com a participação dos homens negros, eles eram aliados na busca pela liberdade, para a autora é comum que as mulheres negras sejam esquecidas, ou invisíveis nas narrativas feministas.

No livro “O contrato sexual” de Carole Pateman (1993), a autora afirma que o contrato social, esconde um contrato sexual. As mulheres não nascem livres na sociedade, elas são um objeto do contrato, há uma submissão feminina. De acordo com Pateman, a nova sociedade que surge com o contrato social, é uma sociedade de ordem patriarcal e que, se o contrato social como é conhecido, conta a história da liberdade, o contrato sexual que é a história não contada, fala sobre submissão.

Pateman explica que o contrato sexual e o contrato social não são contratos distintos, eles dependem um do outro. A autora esclarece que o contrato social é para todos os filósofos contratualistas, com exceção de Hobbes, uma sociedade que se cria com o objetivo que os indivíduos criem contratos em troca de liberdade, ou como, Rousseau leu a sociedade, a troca da obediência pela proteção do Estado. As mulheres, portanto, não assinam o contrato, elas são o objeto do contrato, pois não se encontram como ‘indivíduos’ no meio natural (antes do contrato), não nascem livres como os homens.

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1993 ,p.21.)

A relação de subordinação vivida pela mulher no contrato sexual é comparada a escravidão sofrida pelos negros, a autora escreve que as feministas da época se viam como uma propriedade tal qual eram os escravizados. Subordinadas aos seus maridos por meio do contrato matrimonial, as mulheres tinham obrigações de servir seu marido, era uma condição de servidão:

Talvez uma mulher casada seja como um escravo civil. O contrato de casamento ainda pode, em princípio, durar pela vida toda, e o contrato de escravidão também vale para a vida toda. O problema dessa analogia é que o contrato de escravidão civil é uma extensão do contrato de trabalho, e um escravo civil é um tipo especial de trabalhador assalariado. Uma mulher casada, como as feministas têm continuamente enfatizado, não recebe um pagamento pelo seu trabalho: ela não é um empregado. Além disso, o emprego faz parte do mundo civil público, e uma mulher casada trabalha no lar privado. Talvez, então, apesar de o fato de a mulher casada não receber nenhum pagamento, ela seja mais como um servo, que também é um trabalhador doméstico. (PATEMAN, 1993, p.187).

“O contrato sexual”, escancara a relação de submissão que são impostas às mulheres, principalmente, no contrato matrimonial. Porém, é importante destacar que quando a autora utiliza a palavra “escravo(s)” em seu texto, não é especificado se são homens ou mulheres escravizados, assim como, quando utiliza a palavra “mulher(s)” está falando de mulheres



brancas. Quando se faz a comparação da subordinação das mulheres brancas com o sistema de escravidão, não é colocado onde as mulheres negras se encontram nesse papel social; onde elas estão inseridas?

Essa é uma das críticas realizadas pela autora bell hooks (2020), ela argumenta que a literatura feminista quando escreve sobre pessoas negras, o foco tende a ser homens negros e quando escreve sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas, a autora ainda destaca que as mulheres negras eram duplamente exploradas, pelo sexismo e pelo racismo.

hooks (2020), escreve que o movimento feminista reformista e as mulheres brancas integrantes desse movimento, em específico as mulheres brancas privilegiadas, quando começam a alcançar um certo poder econômico dentro da estrutura social existente, deixam de considerar algumas noções do pensamento feminista. O feminismo reformista se torna uma aliança entre as mulheres e o patriarcado. Alcançando o mercado de trabalho e se “libertando” da dominação masculina, as mulheres que possuíam esses privilégios não se preocuparam com as mulheres trabalhadoras e pobres que não possuíam esse poder econômico, era notório a existência de um poder de classe. Para a autora, o movimento feminista que sempre foi um movimento polarizado, está perdendo suas definições e seu poder revolucionário, transformador. É necessário, de acordo com hooks, recuperar as definições do feminismo e compartilhá-las.

Françoise Vergès (2020), faz uma análise das “mulheres que abrem a cidade”, as mulheres que fazem parte dos serviços de limpeza, a maioria mulheres não-brancas, que não recebem um bom salário, que trabalham em risco a saúde, na maioria das vezes de madrugada ou a noite, “Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo” (VERGÈS, 2020). Essas mulheres não são vistas, são superexploradas e consideradas descartáveis no capitalismo.

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. Consequentemente elas têm como passatempo discutir a legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser “incomodadas” no metrô ou aspirar a postos de liderança de grandes empresas. (VERGÈS, 2020, p.26).

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), a mulher negra no Brasil na época da colonização ocupava duas categorias na sociedade, a trabalhadora do eito e a mucama, as mulheres trabalhavam nas plantações e na casa grande onde faziam todos os serviços como “lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” da sinhazinha”,

essas mulheres escravizadas muitas vezes eram vítimas de estupro pelos senhores brancos. Gonzalez argumenta que ser mulher e negra no Brasil é estar no nível mais alto de opressão. Nos dias atuais as mulheres negras ocupam serviços de baixa remuneração e são vistas socialmente, geralmente, como domésticas e mulatas. A mulata, de acordo com a autora, é uma profissão exercida por jovens negras que submetem seus corpos, através do “rebolado” para os turistas e para a burguesia nacional. São vistas como símbolo da democracia racial e tratadas como objetos sexuais.

(...) o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica. O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”. (GONZALEZ, 2020, p.170).

Há um processo de exclusão e apagamento da mulher negra na história do feminismo, Gonzalez não nega a importância da luta e da literatura feminista que nos acompanha, mas alerta para as relações de poder que existem entre brancos e negros, herança do período da colonização. A autora denuncia como os discursos realizados pelas mulheres negras são “deixados de lado” ao serem considerados discursos emocionais, ou como uma forma de revanchismo e cobrança. Essa é uma consequência do racismo que trata os discursos como objetos e não como sujeitos. As pessoas negras que proferem o discurso são infantilizadas, não têm direito a voz própria, são excluídas do próprio discurso.

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. (...) Para nós, é importante ressaltar que a emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (GONZALES, 2020, p.43).

Grada Kilomba (2019), explica que a academia não é um espaço neutro e objetivo, mas um espaço de violência. A autora relata que é comum dizerem que o trabalho dela é interessante, mas não muito científico e que o seu discurso é subjetivo, pessoal, específico, emocional. Kilomba diz que esses comentários funcionam como uma máscara para silenciar as vozes assim que são faladas, é uma forma do sujeito branco colocar os discursos dos negros nas margens, como um conhecimento desviante, tornando o discurso do branco como o centro, como a norma,

o universal. Essa é uma forma, como ressalta a autora, que determina em uma hierarquia violenta de quem pode falar. (KILOMBA, 2019).

Gayatri Chakravorty Spivak (2010), autora do livro “Pode o Subalterno falar?”,

discute que o sujeito subalterno, aquele que não tem o reconhecimento da sua fala, é um produto colonial, esse sujeito não possui história e não pode falar. O sujeito subalterno feminino está inserido num contexto ainda mais obscuro dessa lógica. O silenciamento é uma tática violenta que permite o apagamento do outro, o não reconhecimento das histórias e das epistemologias que são consideradas subalternas.

Heloisa Buarque de Hollanda (2020), explica que nos anos 1990 o feminismo branco norte-americano europeu foi aceito e incorporado com facilidade na América Latina. Hoje há críticas a esse feminismo, devido ao pensamento feminista interseccional e decolonial, presente em determinados segmentos do movimento feminista, o que tem possibilitado uma consciência das violências e opressões dos processos de colonização e da continuidade desses processos atualmente. Uma categoria de análise relevante para a pesquisa e construção de ações políticas sobre as tentativas de invisibilidade das lutas das mulheres negras pode ser encontrada no conceito de interseccionalidade. Esse termo foi cunhado por feministas negras, mais especificamente, pela norte-americana Kimberlé Crenshaw (1990), para dar visibilidade às multidiscriminações e construir formas de enfrentamento sobre elas.

Atualmente, no Brasil, se destacam os estudos de Carla Akotirene sobre a importância do reconhecimento das intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade e outras formas de opressões como marcadores sociais da diferença que convertem, de forma particular, pessoas vulneráveis a diversas formas de discriminação. A leitura sobre a interseccionalidade das formas de opressão contribui para a constatação de que quando se está situada no meio de vários tipos de exclusão, a pessoa será afetada por todas essas formas de preconceito e discriminação. Tal conceito permite relacionar as estruturas e dinâmicas que conduzem as múltiplas formas de dominação, (AKOTIRENE, 2019).

A interseccionalidade pode ser considerada como um referencial teórico e metodológico para produção de estudos e intervenções nas formas como o gênero se intersecta com outras identidades e como estas intersecções contribuem para experiências únicas de opressão ou privilégio. Quer dizer, possibilitam a reflexão sobre a inseparabilidade estrutural do racismo, patriarcado, cis heteronormatividade e capitalismo, e as relações produzidas nesse processo que tornam determinadas pessoas mais expostas e vulneráveis a tais estruturas de desigualdade de poder (CRENSHAW, 2002).

Por isso, é preciso sempre dialogar e interrogar, sobre qual feminismo está sendo feito e para quais mulheres. María Lugones (2020), filósofa, professora e ativista feminista latino-americana, avançou no debate decolonial a partir de uma perspectiva feminista, onde buscou estabelecer uma crítica a universalidade eurocêntrica imposta, inclusive no próprio feminismo. A autora escreve sobre o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, explicitando que o autor compreende o poder estruturado do capitalismo moderno nas relações de dominação, o poder eurocêntrico e global organizado entre dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade e esses eixos ordenam disputas de controle em todas as áreas da vida, como o sexo, trabalho, autoridade coletiva, subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos, (LUGONES, 2020).

A autora afirma que embora Quijano compreenda que a colonialidade do poder atinja todas as esferas, seu olhar propõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre seu gênero e essa análise não demonstra como mulheres não-brancas colonizadas foram subordinadas e destituídas de poder. (LUGONES, 2020). Para a autora, assim como a raça, o gênero é uma imposição da colonialidade.

También es parte de su historia, que en el Occidente, sólo las mujeres burguesas blancas han sido contadas como mujeres. Las hembras excluidas por y en esa descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de la identificación de las mujeres blancas con la naturaleza, con los niños, y con los animales pequeños. Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres sin género, marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la femineidad. Las hembras racializadas como seres inferiores pasaron de ser concebidas como animales a ser concebidas como símiles de mujer en tantas versiones de mujer como fueron necesarias para los procesos del capitalismo eurocentrado global. (LUGONES, 2008, p.94)<sup>6</sup>.

A colonialidade, portanto, não se refere apenas à classificação racial, foi a colonização que retirou a subjetividade/intersubjetividade das mulheres não-brancas, impôs relações de poder, de ser e de saber que moldaram o pensamento dos povos colonizados a ponto desses povos temerem reconhecer suas próprias culturas.

---

<sup>6</sup> Tradução livre: “Também faz parte de sua história que, no Ocidente, apenas mulheres burguesas brancas tenham sido contadas como mulheres. As mulheres excluídas por e nessa descrição não eram apenas suas subordinadas, mas também eram vistas e tratadas como animais, num sentido mais profundo do que a identificação das mulheres brancas com a natureza, com as crianças e com os pequenos animais. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido profundo de serem seres sem gênero, marcados sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As mulheres racializadas como seres inferiores deixaram de ser concebidas como animais para serem concebidas como símiles de mulheres em tantas versões de mulheres quantas fossem necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global.” (LUGONES, 2008, p.94)

O movimento feminista ganha força nos anos de 1960 e 1970, principalmente nos EUA e na Europa, chamado de feminismo civilizatório, esse feminismo incluía as mulheres, mas quais são essas mulheres? Sobre quais mulheres estamos falando quando se reivindica o direito de trabalhar, quando mulheres negras já conhecem longas jornadas de trabalho? De quais mulheres estamos falando quando pensamos em um feminismo que reivindica melhores condições salariais quando mulheres racializadas ganham menos que mulheres brancas? De qual feminismo estamos falando quando mulheres negras e indígenas são animalizadas e sequer se enquadram na categoria “mulher”?

Realizando duras críticas ao feminismo ocidental branco, Françoise Vergès (2020), reivindica a palavra “feminismo”, a autora escreve que embora, o feminismo que é conhecido hoje, seja um feminismo que exclui mulheres não-brancas, é necessário que se reescreva a história do feminismo, incluindo as mulheres racializadas e alterando o propósito do feminismo.

A autora aponta que o feminismo civilizatório é um feminismo que não se preocupou e não se preocupa em romper com as estruturas de opressão e reivindica um feminismo decolonial, que rompa com as lógicas coloniais que ainda existem e que de fato, inclua todas as mulheres e homens explorados. Para a autora, o feminismo decolonial é um feminismo que não pretende apenas alterar o significado do feminismo branco colonial capitalista, mas também defender uma política decolonial, um feminismo que necessita ser antirracista, anticapitalista e que critique as imposições de gênero, rompendo com a colonialidade de poder que perdura.

Oyèrónké Oyewùmi (2020), explica que as feministas euro-estadunidenses assumem a categoria mulher e todas suas experiências como universais, elas se veem como sujeitos universais. A universalização é uma das características do processo de colonização, o pensamento decolonial busca romper com as amarras provocadas por esse processo, como as relações de poder, subalternidade e opressão que sofreram e ainda sofrem os povos colonizados.

A supremacia branca, alcançada com a colonização, nos dias de hoje, demonstram como os sujeitos universais, as mulheres e homens brancos que são dotados de privilégios e espaços sociais que os concedem universalizações, a compreensão como sujeitos únicos e a percepção dos discursos e epistemologias brancas como as únicas passíveis e possíveis do debate.

No Brasil, são muitas as autoras e pesquisadoras, junto aos movimentos negros que discutem a importância de um feminismo negro, ou como chama atenção a autora Sueli Carneiro, precisamos enegrecer o feminismo.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na

caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2011)

É preciso que se ocupe o feminismo, com novas epistemologias, vivências, mulheres. Nossa discussão privilegiou autoras negras para essa breve reflexão sobre o feminismo, apontamos agora como através de um padrão hegemônico de beleza construído através dos processos referenciados de colonialidade e feminismo foi perpetuando mais estratificações e subalternidades para as mulheres racializadas no contexto brasileiro.

A luta feminista deve ser compreendida em sua historicidade, contextualizando suas protagonistas e seus movimentos de transformação ao longo da história. À medida que as mulheres racializadas foram reivindicando novas demandas e pautas para o feminismo – em toda sua interseccionalidade com demais marcadores sociais da diferença, principalmente, na intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade – novos movimentos de mudanças dentro do próprio feminismo tem ocorrido.

Essas transformações não acontecem sem disputas discursivas e de relações de poder, porém todas elas fazem parte do processo democrático de apropriação e (re)significação do feminismo na sociedade, para o alargamento da sua compreensão, pluralidade e representatividade nos processos de construção da equidade social. O feminismo não é um dogma ou ação estática, ele se constrói todos os dias e a todo momento, é um movimento em aberto.

## CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DA BELEZA

*Não há nada tão condicional e limitado como nosso sentido da beleza. O que quer representar o belo abstraído do prazer que o homem produz no homem, perderá o equilíbrio em seguida, O belo em si é apenas uma frase, nem sequer uma ideia. O homem se toma a si mesmo como medida de perfeição no belo e em certos casos escolhidos, adora-se.*  
O crepúsculo dos ídolos, Friedrich Nietzsche

### 2.1 O PADRÃO DE BELEZA: NOTAS SOBRE O BELO E O FEIO

Ao longo de toda história conhecida, o conceito do que é belo foi elaborado e modificado de acordo com o tempo vivido, esse conceito acompanhou as transformações sociais, econômicas e históricas de um período. A beleza por muito tempo foi meramente associada a arte, as esculturas, pinturas, estátuas, deuses e deusas, a natureza, na literatura e comumente o belo era posto próximo a outras ‘virtudes’, como justo, elegante, rico, associado às elites, a beleza era imposta às rainhas, reis, príncipes e princesas, viam beleza nas guerras e nas danças. O belo era definido por aqueles que podiam definir algo, a classe dominante.

Para o autor Umberto Eco (2013), o belo e outras expressões similares, como bonito, gracioso, sublime, maravilhoso etc., indica algo que nos agrada, algo que é bom e em diversas épocas, aquilo que era considerado belo é igual aquilo que era considerado bom, definir algo como bom não é apenas aquilo que nos agrada de alguma forma, mas também algo que gostaríamos de ter e ser, aquilo que estimula nosso desejo. O feio, a palavra antagônica da beleza, representava o desprezível para a sociedade, o “sem cultura”, o desonesto, o enfermo, o escravo etc.; assim como o belo era considerado como algo bom, o feio era considerado como algo ruim, horrível. Friedrich Nietzsche (2001), compreende que da mesma forma que o homem adora a si mesmo, como no mito de Narciso, e se enxerga como medida de beleza, ele também despreza aquilo que o diminui e enxerga o feio como um sintoma de degeneração.

Do ponto de vista fisiológico todo o feio entristece e deprime o homem. Ele o faz pensar na decomposição, no perigo, na impotência. No feio perde indubitavelmente força; o efeito da feiura pode ser medido com o dinamômetro. Em geral, quando o homem se sente de qualquer modo deprimido, percebe a proximidade de algo feio. Seu sentimento da potência, sua vontade de potência, sua altivez, sua coragem, tudo isso diminui com a feiura e cresce com a beleza. Em ambos os casos *tiramos uma conclusão*; as premissas estão acumuladas abundantemente no instinto. Vemos no feio um sinal e um sintoma de

degeneração: o que lembra de perto ou de longe a degeneração provoca em nós o juízo "feio". Todo índice de esgotamento, de peso, de velhice, de cansaço; toda espécie de constrangimento como a convulsão ou a paralisia, 'e sobretudo o odor, a cor e a forma da decomposição, ainda que não seja em suas últimas atenuações, em forma de símbolo, provoca em nós a mesma reação: o juízo do feio. Nisso emerge um ódio; o que o homem odeia aí? Não há dúvida, o rebaixamento do seu tipo. (NIETZSCHE, 2001, P.67)

Ao feio não cabia virtudes, ou seja, não era feio apenas aquilo que fugia do moralismo estético dos homens, mas era feio também o ser desprezível e diminuído, o feio se tornava uma tentativa de erradicação daquilo que não agregava beleza e virtudes a sociedade. Importante destacar que o feio e o belo eram diferentes de sociedade para sociedade, o que para o ocidente era considerado bonito, para oriente poderia não ser, assim como nas diversas etnias e grupos diferentes presentes na sociedade.

Eco destaca que o dinheiro poderia comprar a beleza, os pintores eram pagos para melhorar os 'defeitos' daqueles que eram pintados, a posição social de um homem ou mulher também interferiria na posição sobre ser belo ou não, mas "dizer que o belo e o feio são relativos aos tempos e às culturas não significa, porém, que não se tentou, desde sempre, vê-los como padrões definidos em relação a um modelo estável." (ECO, 2013). A beleza e a feiura podem parecer conceitos vagos e abstratos criados pelos homens em diferentes sociedades, com diferentes significados, mas a partir da colonização e com o novo sistema capitalista, a beleza vira uma mercadoria, além de significar o desejo, ela também é mercantilizada e proporciona ao homem possuir o que se deseja, a beleza ultrapassa seu lugar apenas estético e se torna sinônimo de humanidade, assim como ser branco.

O século XX, segundo Denise Sant'Anna (2014), foi um período marcado pela necessidade do embelezamento, a ornamentação tornou-se uma característica de pessoas velhas e jovens, homens e mulheres, conquistar a beleza era sinônimo, não apenas de ser belo, ou desejado, mas também de se sentir limpo, adequado e decente. A autora ainda lembra que o embelezamento habita zonas no imaginário como o de se livrar de alguma doença ou escapar da morte, elementos que eram relacionados a feiura, como o indivíduo desviante da norma social, aquele que possuía doenças mentais, moradores de rua, pessoas racializadas, os pobres, esses não eram considerados belos.

Para as mulheres, o ideal de beleza sempre existiu, de acordo com Naomi Wolf (2019), no início dos anos 1970, as mulheres ocidentais começaram a conquistar direitos legais e



reprodutivos, como o direito ao uso da pílula anticoncepcional, o direito a educação e a entrada no mercado de trabalho, estamos falando sobre a segunda onda do movimento feminista, que surgiu principalmente, nos Estados Unidos e na França e buscava uma equivalência entre os sexos e maiores direitos as mulheres. É importante salientar que a saída das mulheres, especialmente mulheres brancas, do ambiente doméstico, só foi possível pela mão de obra das mulheres negras ao trabalhar nas casas das famílias brancas, e possibilitarem que o serviço doméstico fosse realizado para que as mulheres brancas pudessem reivindicar por seus direitos (VERGÈS, 2020).

Com a saída das mulheres do ambiente doméstico e os homens não mais as controlando, o controle dos corpos femininos começou a ser realizado pelo mercado de trabalho e pelo *mito da beleza*, o padrão de beleza e o mercado lucrativo da beleza, como enfatiza Wolf (2019).

A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão-ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (WOLF, 2019, P.29)

A indústria, o mercado e uma sociedade essencialmente patriarcal e colonial, não mais controlando as mulheres no espaço doméstico, criaram ao longo dos anos padrões de beleza inalcançáveis, com o objetivo de atribuir valor à aparência física feminina, por isso todas as mulheres sofrem com as pressões relacionadas ao padrão de beleza. Os corpos divulgados nas redes sociais e na mídia, representam um corpo irreal, na maioria dos casos retocados com a ajuda de ferramentas digitais que diminuem o corpo, o nariz, retiram manchas e eliminam as chamadas “imperfeições”. Contudo, destacamos aqui que o padrão de beleza se torna um fardo ainda maior para as mulheres racializadas, pelo fato de o sistema de universalização eurocêntrico colonial considerar os corpos brancos padrões de humanidade e de beleza.

No Brasil, o número de cirurgias plásticas cresceu mais de 140% no ano de 2021 em relação ao ano de 2016, o que tornou o país o líder em cirurgias em jovens com menos de 18 anos e o maior país a realizar cirurgias plásticas no mundo, ultrapassando os Estados Unidos. As mulheres são as que mais buscam por cirurgias e intervenções no corpo e no rosto, cerca de 85% dos procedimentos realizados. Os médicos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica relatam que esse aumento na realização das cirurgias se deu por causa do uso das redes sociais que ‘bombardeiam’ os usuários com imagens de corpos de homens e mulheres ‘perfeitas’ que recebem

milhões de likes todos os dias e a todo momento. De acordo com os especialistas, no momento que elas têm acesso aquela rede, é gerada uma insatisfação com a própria imagem. De acordo com a SBPC, os procedimentos mais realizados são a rinoplastia, cirurgia para correção e/ou modelação do nariz, a lipoaspiração, cirurgia para retirar gordura de alguma parte do corpo, e o implante de silicone, procedimento para aumentar os seios.

Existem no mercado diversos procedimentos estéticos para a mudança corporal, cirurgias, cosméticos, remédios, um grande mercado voltado para a venda da beleza. O padrão de beleza, mesmo que não seja divulgado como único e podendo mudar de sociedade para sociedade, foi construído historicamente, é nítida a existência de um padrão de beleza eurocêntrico tido como universal, o padrão de um corpo branco, magro, de traços finos, com cabelos lisos.

De acordo com a autora Giovanna Xavier (2021), ao normalizar a brancura como padrão universal, referência de limpeza, urbanidade e progresso, a indústria da beleza se torna um dos principais espaços de popularização dos valores de supremacia branca. A autora realizou uma extensa e detalhada pesquisa sobre as propagandas de beleza da virada do século XIX para o XX, principalmente nos Estados Unidos e demonstra como as indústrias de beleza buscavam vender o clareamento da pele negra e as características brancas como beleza, vendiam as bochechas rosas como símbolo de feminilidade, cremes que alisavam e faziam crescer os cabelos para as mulheres crespas e cacheadas e, cremes e ácidos que prometiam o clareamento da pele.

Em uma *dobradinha*, a imprensa e a cosmética negras impulsionavam o discurso da pele escura como “feia”, “manchada”, assinalando a importância de construir um “visual amigo”, oferecendo como alternativa o clareamento da complexão escura: a “única maneira de assegurar oportunidades iguais a de ascender no mundo do comércio e dos negócios”. Apesar de ser apresentada como uma nova descoberta inofensiva, maravilhosa e sem riscos, a aposta de transformar a aparência e a vida pelo uso de *bleachings*<sup>7</sup> era muito perigosa e dolorosa. À base de soda cáustica e outros abrasivos, de composição química desconhecida, esses clareadores, muitos de fabricação caseira e manuseados por crianças, feriram e mataram muitas pessoas. Principalmente, mulheres negras que, em busca de serem “admiradas”, “amadas” e “respeitadas”, sentiram na pele os altos preços da opressão capitalista, racial e de gênero. (XAVIER, 2021, P.92)

Passados os anos, os cremes clareadores ainda são uma realidade presente na vida das mulheres negras, disfarçados muitas vezes com o rótulo de uniformizador da cor da pele, os clareadores pertencem a um grande mercado, principalmente nos países da África. Como demonstra o documentário *Skin*<sup>8</sup> produzido por Daniel Etim Effiong e lançado em 2019,

<sup>7</sup> Bleachings eram os chamados produtos clareadores de pele, a palavra em inglês significa *clareamento*.

<sup>8</sup> “O filme nigeriano *Skin*, produzido pela Be Naya Productions, com direção de Daniel Etim Effiong e lançado em

evidenciando e denunciando um mercado milionário que lucra com o racismo presente nos padrões universais de beleza.

A beleza além de ser associada a estética, como demonstrado, é também um adjetivo das virtudes do ser, a inteligência, a fortuna, o status, a cultura e outras virtudes, ou seja, o belo além de ser físico, ele também é moral e por muitos anos a cultura negra e indígena foi identificada como culturas erradas e o negro e o indígena como seres que desviavam da norma social. O sujeito racializado se torna então um indivíduo que além de não se adequar às aparências físicas consideradas belas, também é considerado feio por não possuir as virtudes de ser belo. A beleza se torna, portanto, um conceito que determina posições e constrói imaginários sociais, assim parece difícil ao sujeito racializado fugir do conceito de feio, de sua idealização, por isso a busca constante por caminhos que façam alcançar a beleza, a aprovação e a admiração dos outros.

### **2.3. “UMA HUMANIDADE EQUILIBRADA, COMPOSTA DE INDIVÍDUOS FORTES E BELLOS”: MISCIGENAÇÃO, EUGENIA E A IDEALIZAÇÃO DO FEIO**

“A nacionalidade brasileira embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”, essa frase foi escrita por Renato Kehl, um dos mais conhecidos médicos eugenistas do Brasil e da América Latina, com mais de 30 livros publicados, entre eles “A cura da fealdade” (1923). Ele foi diretor da publicação mensal do Boletim da Eugenia no Brasil e membro responsável pela criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918 (a primeira sociedade eugênica da América Latina). Renato Kehl acreditava em uma seleção social e científica dos indivíduos, defendia uma raça pura e dividia a sociedade em indivíduos adequados e inadequados. Abaixo colocamos um trecho do Volume I, Número 4 do Boletim de Eugenia (1929)<sup>9</sup>, onde Renato Kehl resume o que a eugenia pretendia.

A EUGENIA tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens physica, psyquica e moralmente sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, - concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, mais moralizada, em summa, uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e bellos, elementos de paz e de trabalho. (KEHL, 1929, p.1)

De acordo com a autora Nancy Levis Stepan (2005), a palavra eugenia foi criada pelo

---

2019, é um interessante documentário que investiga a pele humana, mais especificamente, as diferentes tonalidades da pele negra e os impactos da imposição de padrões de beleza e estética eurocêntricos, estes que desconSIDERAM as particularidades negroides, como a cor da pele escura, por exemplo.” Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/3498-2/>.

<sup>9</sup> Boletim de Eugenia, disponível para consulta pública em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>

cientista britânico Francis Galton, primo do cientista evolucionista Charles Darwin, em 1883, a palavra originava-se do grego *eugen-s* e significava *bem-nascido*. O movimento eugenista acreditava que por meio da ciência e da educação social era possível um *aprimoramento* da raça humana, extinguindo eventualmente com os considerados degenerados e inadequados e preservando uma pureza racial e social do homem *bom e bello*.

O movimento eugenista, segundo Lilian Schwarcz (1993), começou a se formar no Brasil aproximadamente no ano de 1910 e indicava uma movimentação de uma elite que articulava política, social e economicamente com a Europa, lugar onde surgiram os movimentos eugênicos. De acordo com Thomas Skidmore (2012), quanto mais os brasileiros se informavam das teses raciais da Europa, mais era acreditado sobre a inferioridade dos negros e indígenas, entre os anos de 1888, ano da abolição, e 1914, a elite brasileira aceitou como fato histórico a teoria da superioridade ariana.

Os boletins de Eugenia produzidos por Renato Kehl, foram distribuídos gratuitamente e ficaram em circulação no país no período de 1929 a 1932, com 42 volumes, que contam com diversos textos sobre educação sexual, ‘cruzamento’ entre raças e esterilização de indivíduos degenerados. Um grande aporte de artigos ‘científicos’ que ainda acreditavam na diferença racial biológica entre brancos, negros e indígenas. Entre os variados artigos, é possível ler um objetivo final em comum entre os autores e as propostas apresentadas pelo movimento eugênico, eles almejam uma evolução da sociedade: a diminuição dos negros, dos indígenas, dos doentes e dos indivíduos ‘deformados’ e a construção de uma sociedade de pessoas brancas, sãs e habitualmente descritas como *fortes e belas*, determinando o branco como um padrão de cidadão a ser construído e ostentado.

Figura 1 – Boletim de Eugenia, Vol. I, N.4.

# BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

---

<p style="text-align: center;">EDITADO em propaganda do <b>Instituto Brasileiro de Eugenia</b> Caixa Postal 298 – Rio de Janeiro – Brasil</p>	<p><b>ABRIL DE 1929</b></p> <p>VOL. I – NUM. 4</p>	<p style="text-align: center;">Direcção e Propriedade <b>DR. REVITO KEHL</b> Rua Smith Vasconcellos, 63 – (Aguas Ferventes) CAIXA POSTAL 2926 – RIO DE JANEIRO – BRASIL</p>
---	--	---

---

A EUGENIA tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens physica, psychica e moralmente sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, — concorrer, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, mais moralizada, em summa, uma *humanidade* equilibrada, composta de individuos fortes e bellos, elementos de paz e de trabalho. — *R. Kehl.*

EUGENICS is the study of agencies under social control that may improve or impair the racial qualities of future generations, either physically or mentally.—The Eugenics Society—London.

\*\*\*\*\*

## Eugenia e procreação

PELO DR. SEBASTIAN RECASENS

*Decano da Faculdade de Medicina de Madrid*

(Resumo feito pelo Prof. Luis Huerta da conferencia inaugural do 1º curso eugenico hespanhol, organizado pela «Gaceta Médica Española»).

A Eugenia é sciencia muito antiga. Suas primeiras observações apparecem nos poemas homericos e nas obras gregas de Euripedes, Aristophanes, Platão e outros classicos, que a denominam *eugenia* ou *eugene*; sua constituição scientifica, porém, effectou-se no seculo XIX, tendo o inglez Galton ideado a palavra *Eugenia* para denominar a sciencia que tem por objecto a hygiene da raça, tanto sob o aspecto physico como psychico.

Os gregos preocuparam-se, com effeito, de preferencia com o aspecto physico dos recém-nascidos, especialmente Esparta, que aspirava unicamente possuir bons soldados. Assim, eram examinados e condemnados todos os que apresentavam alguma deformação physica ou um grau extremo de debilidade que os impedisse de alcançar um desenvolvimento adequado a seu genero de vida bélica, na idade adulta.

Esta selecção não é a da Eugenia moderna, que attende tanto ao vigor physico como ao desenvolvimento intellectual, procurando um equilibrio que possa expressar-se com o classico



SIR FRANCIS GALTON

(Photographia tirada de um quadro do celebre pintor Fuzze, quando Galton tinha 82 annos).

Galton era primo do celebre naturalista Ch. Darwin. Foi um typo perfeito e equilibrado de homem: physicamente robusto, psychicamente um superior moralmente, um typo exemplar. Como medico, naturalista, anthropologista e philosopho de grande destaque dedicou-se por muitos annos e com o maior desvelamento ao estudo da degeneração humana. Empreheu toda a sua magalha sciencia na fundação do Laboratorio de Eugenia, annexo a Universidade de Londres, o qual se destina ao estudo da hereditariedade e ao archivo de dados estatisticos sobre as condições physicas e mentaes de homem.

---

aphorismo de Juvenal — *mens sana in corpore sano*. Define-se hoje Eugenia como o conjunto de regras para a applicação das leis biologicas ao aperfeiçoamento da especie humana.

Não se concebe que possam existir espiritos fortes em organismos degenerados, pois a mente guarda estreita relação com a constituição corporal,

com a estrutura do cerebro. A Eugenia seria uma sciencia unilateral, se tratasse somente do aperfeiçoamento physico da humanidade. É curioso o que succede com os estudos eugenicos. Ouvimos frequentemente falar de melhoramento da raça, da especie humana, e dizemos: — Sim, são cousas muito interessantes, bellissimas concepções! E dahi não passamos.

Os eugenistas consideravam todos os indivíduos que fugiam da norma civil da sociedade, feios, ou seja, eram belos aqueles indivíduos que não eram doentes, que não possuíam deficiências físicas ou mentais e brancos. O final do século XIX e início do século XX foram anos de construção da identidade do povo brasileiro, uma intensa movimentação social, política e econômica procurava construir um país cada vez mais parecido com a Europa. E os movimentos eugenistas articulados em grupos e pela divulgação do Boletim, procurava direcionar as elites brancas e ricas para a constituição de uma sociedade embranquecida, rica e eurocêntrica.

Desde o fim da escravidão em 1888, houve políticas de incentivo de imigrações dos europeus para o Brasil, com a finalidade de embranquecer a sociedade e formar um país que se distanciasse da “mancha negra” deixada pelos quase 4 milhões de negros que viviam no país no período da pós abolição. A maioria dos imigrantes que desembarcaram no Brasil no período de 1890 a 1970, foram de italianos e alemães, que já chegaram ao país “ganhando” terras e possuindo mais direitos que a população racializada do país. Estima-se que mais de 9 milhões de europeus deixaram seu continente rumo à América com a promessa de (re)“fazer América”.

Skidmore (2012), autor do livro Preto no Branco, escreve que o período pós abolição, marca a tese brasileira do branqueamento, essa se baseava no princípio do pressuposto da superioridade branca, como uma raça mais adiantada e mais civilizada. O número de negros estava diminuindo pelo aumento da miscigenação, segundo o autor porque os genes brancos eram mais predominantes e porque as pessoas escolhiam ou eram destinadas a escolher parceiros mais claros, assim a imigração branca europeia traria, portanto, o resultado de um predomínio branco no país. Porém, como explica Lélia Gonzalez (2020), esse era um pensamento imperialista e colonialista pois pressupunha que o negro só existia na África ou nos Estados Unidos e excluía os mestiços e pardos da categoria negro, o que nos países latino-americanos e especificamente no Brasil, o pardo e o mestiço, ou as várias tonalidades de cor do negro o fazem ser negro.

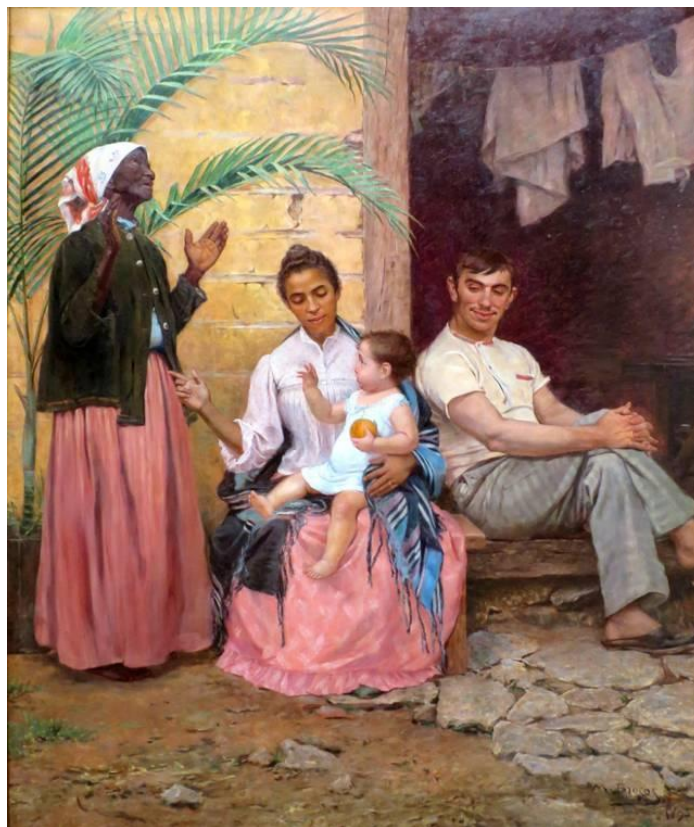
A constituição da América Latina, para Gonzalez, é caracterizada pela formação de um racismo disfarçado, um racismo “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento.” (GONZALEZ, p.131, 2020).

O processo da miscigenação e o projeto de branqueamento da população brasileira, pressupunha que as gerações seguintes das famílias poderiam ser mais claras com os casamentos entre brancos e negros, como representado na famosa pintura, “A Redenção de Cam”, do artista

Modesto Brocos, do ano de 1895. Nele é retratado uma avó negra, senhora com mais idade, com sua filha mestiça (mulata), uma mulher adulta negra de pele parda, o marido branco, homem adulto de pele branca, e o filho branco do casal, bebê branco no colo da mulher adulta. O quadro tem seu nome o título bíblico em relação a maldição de Noé lançada a seu filho Cam. Essa passagem bíblica, Genesis 9, foi utilizada para justificar a escravidão pelos europeus, pois acreditava que os descendentes de Cam eram negros (RONCOLATO, 2018). A Redenção de Cam proposta por Modesto Brocos é o branqueamento da população, e a extinção do negro.

De acordo com Murilo Roncolato (2018), a obra foi feita pouco tempo depois da abolição da escravatura e da instituição da República no Brasil e representava o desejo mais dominante das elites brasileiras de branquear a população geração por geração até que o perfil racial do país deixasse de ser negro, uma tese que também se fortaleceu com o movimento eugenista no Brasil. Nesse contexto, o embranquecimento ocorreu tanto por meio da miscigenação, muitas vezes forçada e violenta, e pela ausência de políticas públicas de reparação e de valorização das características identitárias da população negra com a pretensão de manter uma pureza do branco e reafirmar a sua superioridade.

Figura 2 – “A redenção de Cam”.



Fonte: BROCOS, Modesto, 1895. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 08/09/2022.

Lilian Schwarcz (1993), relata que essa visão do Brasil composto por uma raça miscigenada era uma visão interna e externa do país. Em algumas expedições ao Brasil era comum retratam sua população como mulata/mestiça, “trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”, foi o que escreveu um conde francês que permaneceu no Brasil por 15 meses na cidade do Rio de Janeiro sobre o povo brasileiro, (SCHWARCZ, 1993). Os europeus, diversas vezes categorizavam a população miscigenada como aberração e a população negra como uma população de indivíduos feios, descritos com adjetivos que causavam uma repugnância e que construíram na história e no imaginário social estereótipos sobre os sujeitos racializados.

Roger Bastide (1973), sociólogo francês que estudou as relações afro-brasileiras em território brasileiro no início do século XX, realizou uma interpretação dos estereótipos de negros no Brasil a partir da literatura brasileira, utilizando diversos autores, como Gregório de Matos, Castro Alves, Gilberto Freyre, Machado de Assis, José de Alencar, entre outros autores citados na obra “Estudos afro-brasileiros” (1973), Bastide relata que o mulato era mais bem apreciado que o negro por se parecer mais com o povo europeu, a mulher mulata era considerada “bela e voluptuosa”, mas isso não fazia com que se desvinculassem os estereótipos dados aos negros, de infiéis, malandros, fogosos e animalizados ao serem descritos como animais sexualizados e sensuais.

Ao negro, Bastide ressalta, era dado os bons adjetivos quando eram subservientes aos seus senhores, aos seus patrões, contudo, continuavam como seres inferiores, se tornavam apenas servos fiéis, bons trabalhadores. A cultura negra foi considerada por muito tempo, pelos brancos, como uma cultura “errada”, assim como suas religiões de matriz africana, suas músicas e por consequência sua estética, sua beleza e sua identidade. O estereótipo da mulher negra foi construído desde a colonização e é notável a figura da mulher negra como uma figura exótica, animalizada, sexual, incapaz de ser bela como as mulheres brancas.

Tem uma música chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo duro (poque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. (GONZALEZ, P.234, 1984)

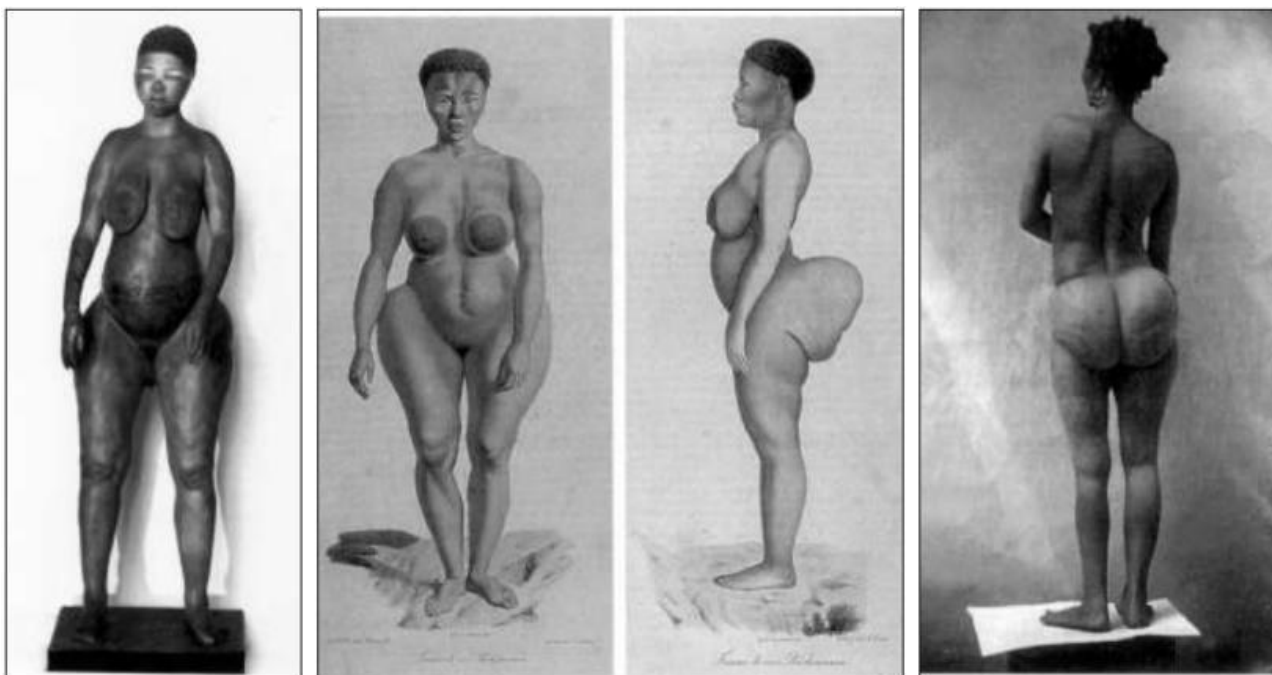
Os europeus possuíam grande *curiosidade* com o corpo negro, de acordo com Amanda Braga (2020), no período da escravidão, eram comuns a exposição dos corpos negros em circos,



museus e apresentações. Eram usados como experimento científico e comum a espetacularização do corpo negro. Saartijie Baartman foi uma conhecida mulher negra, nascida na África do Sul em 1789, com 1,35cm de altura, foi acorrentada, enjaulada e exposta em circos, teatros e feiras por causa do seu corpo. Ela possuía um quadril largo e seios grandes, era exposta nua como representação do ser exótico, foi examinada por zoólogos e fisiologistas tendo seu corpo animalizado e sexualizado.

Durante todo o século XIX, assistiu-se à exibição de africanos em feiras, teatros, circos e exposições. Ao lado de animais, ao mesmo tempo em que se expunham para deleite dos europeus, foram observados e estudados como elementos capazes de confirmar teorias médicas eugenistas, que versavam acerca da superioridade da raça branca. Dentre os grupos de raça inferior, a mulher, em particular, figurava como ainda mais inferior, uma vez que era limitada sua capacidade racional em detrimento do seu instinto. Os *zoológicos humanos* que surgem nesse período são fruto, portanto, de “um sofisticado cruzamento de espetáculos e da produção de saberes”. (BRAGA, 2020, P.42)

Ainda segundo Braga, Saartijie era pertencente ao povo Hotentote, considerada a mais antiga etnia conhecida na parte meridional da África e possuía características físicas comuns às mulheres do seu povo como a hipertrofia de seus lábios vaginais e a esteatopigia, que lhe conferia um acúmulo de gordura nas nádegas. Saartijie ficou conhecida como a Vênus de Hotentote ou Vênus Negra, e diferente das Vênus apresentadas na história e na arte enquanto uma representação dos atributos físicos, das virtudes e da fertilidade das mulheres e do corpo feminino, retratadas nas pinturas e esculturas no corpo de mulheres brancas, cobrindo suas partes íntimas, a vênus negra é exposta nua, catalogada enquanto um animal mamífero e sexualizada por suas características físicas, não há para a mulher negra, nesse período, a possibilidade de boas características e bons tributos.

Figura 3 - Vênus Hotentote<sup>10</sup>

Fonte: Modelagem em gesso 1815, Desenho duplo em 1824, Fotografia de Stinée em 1855. Disponível em: BRAGA, Amanda. Retratos em Preto e Branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil. Tese de Doutorado, UFPB, João Pessoa, 2013.

A Vênus Hotentote, Saartijie, foi catalogada no livro *História natural dos mamíferos com figuras originais, coloridas a partir de animais vivos*, pelo médico Cuvier, que chamava a atenção para o tamanho das coxas de Saartijie, a aparência brutal de seu rosto e seus movimentos que lembravam o de um macaco, de acordo com o médico. A mulher negra era então uma caricatura de um ser que se assemelhava a um animal, fugia da norma social e física dos europeus. Mesmo após morrer Saartijie, teve seu corpo aberto e dissecado, seu cérebro e partes genitais conservados em formol para pesquisa e exposição, as partes do corpo de Saartijie ficaram expostas no Museu de História Natural de Paris até o ano de 2002 (BRAGA, 2020).

<sup>10</sup> “Acerca de Saartijie, a vênus de Hotentote, foi feita a modelagem de todo o corpo, em 1815, pelo médico Cuvier. Nove anos depois, em 1824, foi divulgado um desenho duplo, de face e de perfil, no livro *História natural dos mamíferos com figuras originais, coloridas a partir de animais vivos*, publicado pelo anatomista Geoffroy de Saint-Hilaire e pelo próprio Cuvier, onde Saartijie aparecia “catalogada” como uma das 120 espécies de mamíferos. E, por fim, há, ainda, a fotografia de Stinée, também pertencente ao povo hotentote, retratada apenas de costas, em 1855, por Louis Rousseau.” (BRAGA, 2020, P.44)

Figura 4 – Impudica/ *Typo negro brasileiro*



Fonte: EVANGELISTI, Carlos, 1898. Disponível em: BRAGA, Amanda. Retratos em Preto e Branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil. Tese de Doutorado, UFPB, João Pessoa, 2013.

A *Impudica*, imagem retratada acima, para Braga (2013), demonstra que a estética hipersexualizada acusada pela ciência europeia, também era presente no Brasil, prova disso é a imagem retratada que foi intitulada de *impudica/typo negro brasileiro* que se trata de uma espécie de catalogação do corpo negro brasileiro, ou seja, a autora escreve que a imagem é além de um registro, um estudo, “um registro acerca do caráter indecente atribuído ao negro e um estudo na medida que cataloga o tipo de corpo encontrado no país.” (BRAGA, 2020).

Acompanha a mulher negra desde a escravidão as imagens e rótulos criados sobre ela, comumente associadas ao prazer fácil, a sexualização, animalizadas sendo comparadas a macacos, tendo seus traços físicos expostos e ridicularizados e consideradas mulheres exóticas, esses rótulos não desapareceram com a miscigenação. O surgimento da *mulata*, nome dado a mulher que era filha de um negro e um branco e considerada um “produto de exportação”<sup>11</sup>

<sup>11</sup> GONZALEZ, 2020, P.59.

Lélia Gonzalez (2020), relaciona a mulata a uma profissão, pois eram mulheres jovens negras, mestiças, que submetiam a exposição de seus corpos, com pouca roupa e através do rebolado para a burguesia e turistas. Elas estavam ali exercendo a profissão de mulata, não apenas como objetos sexuais, mas, de acordo com Gonzalez, como prova concreta da democracia racial divulgada internacionalmente para mascarar o racismo que sempre dominou a sociedade brasileira.

A autora Sabrina Strings (2019), elabora uma tese da origem da gordofobia<sup>12</sup> no debate racial, a partir da história de Saartijie Baartman e outras referências de mulheres negras africanas e afrodescendentes, a autora demonstra que o corpo das mulheres negras, que eram maiores que os das mulheres brancas, era visto como um corpo sujo, errado, desviante, animal. O desejo por ter corpos menores não nasce então da indústria e da mídia, mas do racismo, corpos grandes e volumosos são alvos do preconceito, da fetichização e da punição social, seja por essas pessoas não encontrarem roupas que caibam em seus corpos nas lojas, não haver cadeiras que suportem seu peso, olhares e outras situações que fazem do corpo grande, o corpo gordo, não pertencer a sociedade de forma “normal” como o corpo magro. O racismo é um dos determinantes do que é desviante da norma ou não.

Não coincidentemente o que conhecemos e que é divulgado como beleza, é uma mulher branca, a universalidade do branco é algo que alcança as singularidades da vivência das mulheres racializadas, sobretudo das mulheres negras. O estudo de Claudete Souza, evidencia a solidão da mulher negra, que são minoria no mercado de casamento, são maioria nas chefias de famílias solo, recebem menos que mulheres brancas e homens negros e são minoria em representação política. Como abordamos, a beleza não foi um conceito criado apenas pela estética, mas um estado construído para se sentir pertencente em uma sociedade, a beleza é uma virtude, e o feio é a fuga da normalidade, é o desprezível, o errado, o que “foge a curva” do normal. Ao longo da história foi produzido diferentes estereótipos do corpo racializado e da mulher negra, imaginários sociais que persistem atualmente.

---

<sup>12</sup> Gordofobia é o nome dado ao preconceito contra pessoas gordas e a falta de acesso às políticas públicas para essas pessoas.

### 2.3 A MÁSCARA DE MARQUARDT, A “NEUTRALIDADE” DA CIÊNCIA E A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS RACIALIZADAS

É comum que todo ano, portais de notícias façam uma lista com os artistas (pessoas conhecidas na mídia e nas redes sociais), homens e mulheres, mais bonito(a)s naquele ano, não diferente, os portais de notícias internacionais publicam uma lista para homens e mulheres mais bonitos *do mundo*, normalmente portais de notícias dos Estados Unidos e da Europa, com artistas, homens e mulheres, em sua grande maioria estadunidenses e europeus. Esses são eleitos *universalmente* como os mais bonitos do mundo. É interessante notar como para além das listas realizadas, os portais de notícia internacionais do norte global, especialmente dos Estados Unidos e dos países da Europa, utilizam no título das suas reportagens<sup>13</sup> os termos *on Earth* (na terra) e *in the world* (no mundo), como se o lugar do universal já os pertencesse, raramente há pessoas do Sul Global nas listas divulgadas.

Uma série de reportagens lançadas esse ano (2022), elegeram Robert Pattinson, ator e modelo britânico e a modelo norte-americana, Bella Hadid, como o homem e a mulher mais bonitos *do mundo segundo a ciência*. Ambos os modelos apresentados são brancos, com feições parecidas, nariz fino, lábios finos, olhos claros, cabelos lisos, pele branca, magros e jovens.

A lista dos homens mais bonitos do mundo *segundo a ciência*<sup>14</sup> é composta por 10 homens, sendo 8 homens brancos e 2 homens negros, não havendo, portanto, nenhum homem indígena e oriental. A lista das mulheres mais bonitas do mundo *segundo a ciência*<sup>15</sup> é composta por 10 mulheres dentre elas, 9 são mulheres brancas e 1 correspondente a uma mulher negra, não havendo também mulheres indígenas e orientais.

A frase “segundo a ciência” presente nas duas listas apresentadas é o que vamos interrogar nesse momento, de acordo com as reportagens, os rostos das celebridades presentes nas listas estão mais próximos da perfeição matemática da Razão Áurea. Segundo o entendimento do matemático George Markowsky (1992), a razão áurea, proporção áurea ou em inglês, *golden ratio*, número de

<sup>13</sup> <https://briefly.co.za/110313-who-handsome-man-world-top-15-list.html>  
<https://www.news18.com/news/buzz/robert-pattinson-is-still-the-most-attractive-man-on-earth-according-to-science-5406859.html>

<https://www.wionews.com/entertainment/lifestyle/news-robert-pattinson-is-the-most-attractive-man-in-the-world-according-to-science-490112>

<sup>14</sup> <https://www.metroworldnews.com.br/entretenimento/2022/06/22/top-10-homens-mais-bonitos-do-mundo-para-a-ciencia-robert-pattinson-e-eleito-como-mais-belo-e-henry-cavill-fica-em-2-lugar/>  
<https://brightside.me/wonder-people/robert-pattinson-is-the-most-handsome-man-in-the-world-according-to-science-795851/>

<sup>15</sup> <https://www.metroworldnews.com.br/entretenimento/2022/06/23/top-10-mulheres-mais-belas-do-mundo-segundo-a-ciencia-bella-hadid-ocupa-1-lugar-e-beyonce-o-2/>

ouro, trata-se de uma equação matemática que representa uma ideologia da simetria e da proporção perfeita, baseada no valor aproximado de 1,618. Tal valor se refere a uma constante “real” representada pela letra grega *phi*. Para justificar esta constante, o matemático se refere a tais números como resultado da soma dos dois últimos dígitos, ou seja, 1, 1 (1+1) 2, (2+1) 3, (3+2) 5, (5+3) 8, (8+5) 13, (13+8) 21... continuando em uma sequência infinita. Sequência encontrada na natureza, nas formas geométricas e muito utilizada nas esculturas e arquiteturas gregas antigamente (300 a.C.). É comumente também conhecida como a *Sequência de Fibonnati*, que representa a sequência de razão numérica encontrada na natureza, nas flores, animais e aplicada também nos humanos.

Contudo, foi o cirurgião plástico estadunidense Stephen R. Marquardt, que em 2001 criou e patenteou a máscara da beleza, baseado na proporção áurea, no número de *Phi* e na *Sequência de Fibonnati*, a *Máscara de Phi*, ou, a *Máscara de Marquardt*, segue a equação matemática da harmonia e das proporções da natureza e desenvolve, segundo o cirurgião um rosto perfeito dentro dos *padrões universais e científicos de beleza*, MARQUARDT (2002). A máscara *ajuda* um rosto a se tornar simetricamente bonito, de acordo com o cirurgião, existem pessoas que se aproximam das proporções áurea e outras que podem se aproximar por meio de intervenções cirúrgicas, utilizando a Máscara de Marquardt como referência, são os famosos procedimentos de harmonização facial, presentes hoje na vida da maioria das mulheres.

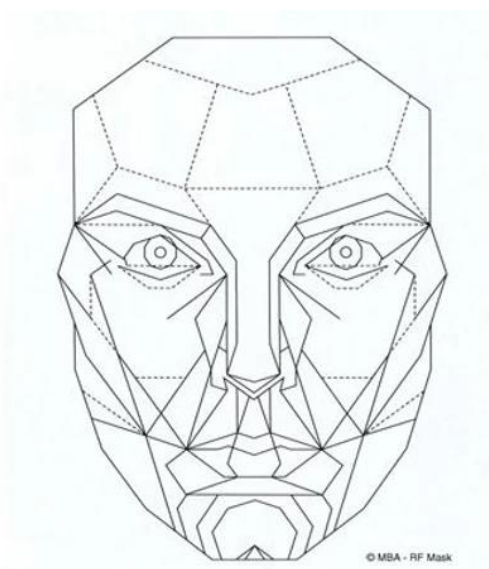
De acordo com a ISAPS o procedimento de preencher o rosto com ácidos ou toxinas, procedimentos que não precisam ser realizados em cirurgias, cresceu mais de 25% no Brasil nos anos de 2020 e 2022, a harmonização facial é realizada por diversos médicos e até mesmo esteticistas, é um procedimento simples, porém a ISAPS alerta para os riscos do procedimento, como a alergia as toxinas, mal escolha profissional, desfiguração da face, crescimento de nódulos e infecções<sup>16</sup>. O procedimento da harmonização facial visa *melhorar* a simetria da face, usando na maioria dos casos a máscara desenvolvida por Marquardt.

---

<sup>16</sup> Ver mais em:

[https://journals.lww.com/plasreconsurg/Fulltext/2022/03000/Frequency\\_of\\_Complications\\_of\\_Aesthetic\\_Facial.61.aspx](https://journals.lww.com/plasreconsurg/Fulltext/2022/03000/Frequency_of_Complications_of_Aesthetic_Facial.61.aspx)

Figura 5 - Máscara de Marquardt



Fonte: MARQUARDT, Stephen, 22/10/2014. Disponível em: <https://www.beautyanalysis.com/>. Acesso em: 08/09/2022.

A máscara de Marquardt apresenta a proporção perfeita de um rosto, acima representado pelo rosto feminino, segundo Marquardt, quanto mais próximo um rosto se adequa a máscara mais bonito ele seria. Tendo como base a máscara criada pelo cirurgião estadunidense, as listas desenvolvidas com os homens e mulheres “mais bonitos do mundo” revelam os rostos que são considerados mais harmônicos e simétricos de acordo com a razão áurea. Coincidentemente (ou não), aproximadamente 20% das pessoas listadas são negras e não há nas listas outras pessoas racializadas, o que afasta ainda mais a ideia do que é beleza, as pessoas não-brancas.

As pessoas brancas que ocupam esses lugares, o ocupam há muito tempo e ao longo dos anos foi conveniente utilizar “a ciência”, para credibilizar esse lugar a eles. Em seguidos anos, 2016<sup>17</sup>, 2017<sup>18</sup>, 2018<sup>19</sup>, 2019<sup>20</sup> essas reportagens são realizadas e divulgadas em diversos portais de notícias e mídias sociais. Essa ciência já determinada e validada é uma ciência que exclui pessoas racializadas do seu processo de construção histórico e social. O discurso científico foi usado na criação do conceito de raça para hierarquizar seres humanos e reconhecer teorias supremacistas brancas, enquanto legitimador dos discursos dominantes, esse discurso perpetua o sistema da colonialidade do poder e do saber, através de práticas de mercantilização e de

<sup>17</sup> <https://vogue.globo.com/moda/gente/noticia/2016/08/segundo-estudo-cientifico-estas-sao-10-mulheres-mais-lindas-do-mundo.html>

<sup>18</sup> <https://conhecimentocientifico.com/estudo-mulher-mais-bonita-do-mundo/>

<sup>19</sup> <http://www.sneri.blog.br/fotos-a-mulher-mais-bonita-do-mundo-segundo-a-ciencia/>

<sup>20</sup> <https://www.revistalofficiel.com.br/beleza/bella-hadid-e-beyonce-descubra-as-mulheres-mais-bonitas-do-mundo-de-acordo-com-a-ciencia>

intervenções nos corpos que são dominados pela narrativa branca de beleza, pelo padrão de beleza.

O discurso científico assume então um padrão de poder que endossa narrativas e epistemologias para construir um padrão de beleza homogêneo, branco e universal. Quijano (1999), explica que a continuidade do sistema colonial europeu se dá pela dominação e hierarquização das raças, o colonialismo, sistema que opera nos países colonizados, permite a perpetuação dos padrões de poder da Europa, podemos dizer que o conhecimento científico operado a partir da colonialidade do saber e que é conhecido como uma ciência neutra. Mas essa, representa os interesses e o poder da colonização, reforça os estereótipos criados ao longo do tempo sobre a beleza e concretiza um padrão de beleza branco, magro e jovem. Os brancos que operam a partir da colonização do poder, do saber e do ser, se sentem superiores aos demais povos, seus interesses e padrões de poder são assegurados pela estrutura, que é racista.

Con el control concentrado de los recursos de producción y de las instituciones y mecanismos de autoridad política, tales Blancos no sólo se percibían y se sentían distintos de los Indios, Negros y Mestizos. Se consideraban, por raza, naturalmente superiores y próximos a los demás Blancos, esto es, europeos. Por sus intereses de explotación, de una parte, y por la clasificación racial, asumían necesariamente que sus intereses sociales y su cultura eran directamente antagónicos de los de esa inmensa mayoría dominada, pues el control del poder lo ejercían, precisamente, sobre la base de esa colonialidad de la clasificación social de la población. (QUIJANO, 1999. P.51)<sup>21</sup>

Grada Kilomba (2019), diz que a ciência conhecida como uma ciência neutra, objetiva e universal, na verdade é uma ciência realizada por pessoas que se colocam como universais e de uma maneira dominante, é um lugar de poder que elas ocupam ao fazer ciência. Para a autora é importante descolonizar essas epistemologias que se dizem neutras e objetivas, pois é uma epistemologia construída para reforçar os privilégios daqueles que a realizam, como no caso das reportagens que reafirmam de maneira simbólica o papel de superioridade estética do sujeito branco.

Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder. Desse modo, se esses ensaios parecem preocupados em narrar as emoções e a subjetividade como parte do discurso teórico, vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. (KILOMBA, 2019, p.40)

---

<sup>21</sup> Tradução livre: Com um controle concentrado dos recursos de produção e das instituições e mecanismos de autoridade política, os Brancos não só se aperceberam e se sentiram diferentes dos índios, negros e mestiços. Consideravam-se, por raça, naturalmente superiores e próximos de outros brancos, ou seja, europeus. Devido aos seus interesses exploradores, por um lado, e devido à sua classificação racial, assumiram obrigatoriamente que os seus interesses sociais e a sua cultura eram diretamente antagônicos aos desta imensa maioria dominada, uma vez que exerciam o controle do poder precisamente com base nesta colonialidade da classificação social da população. (QUIJANO, 1999. P.51).



Como já foi abordado no capítulo primeiro deste texto, a colonialidade é um sistema que não se esgotou com o fim da colonização. De acordo com o autor Walter Mignolo (2002), desde o fim da Guerra Fria, evento que ocorreu logo após a II Guerra Mundial e que consolidou os Estados Unidos como uma grande potência tecnológica, militar, econômica e política no globo, conquistaram espaço para que as epistemologias dos Estados Unidos e sua hierarquia de forma geral, operassem junto com a Europa. A colonialidade do poder, do ser e do saber são atuadas em concomitância entre Estados Unidos e Europa que dividem essa hierarquia de poder no mundo e a continuidade do sistema da colonialidade, do poder, do ser e do saber.

A ampla divulgação desse modelo de reportagem é uma forma de reforçar no imaginário social, o branco associado ao que conhecemos por beleza e a sua proximidade com o padrão de beleza e provocar a distância que as pessoas racializadas obtêm da beleza, por serem minoria nas listas, ou nem aparecem nelas, é como se fosse dito que elas não pertencessem a esse lugar do belo. A autora Lia Vainer Schucman (2020), escreve:

Dessa forma, parece que podemos afirmar que a ideia de superioridade estética é, sim, um dos traços da branquitude em nosso país. Aqui é importante dizer que essa noção de superioridade estética aparece em relação aos negros, aos índios e aos asiáticos, não se contrapondo somente a uma única identidade racial. De fato, tanto esse traço de superioridade estética quanto o padrão de beleza de nossa cultura não é algo natural ou dado aos brancos. Mesmo assim, essa imagem de belo produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma reproduzindo-os ou contrapondo-os. (SCHUCMAN, 2020, p.127)

Querendo ou não, sujeitos brancos possuem esse privilégio, o da beleza, da superioridade estética, uma supervalorização dos traços europeus, como o nariz fino, o cabelo liso, a pele branca, o rosto fino etc., e esse lugar de “pertença” alcunhado aos brancos os fazem se ver como referências de humanidade, de beleza, de sujeitos universais, não foi *dado* a ele esse lugar, mas ele pertence a esse lugar.

A ideologia do branqueamento, além de causar a inferiorização do grupo negro, ela causa também a auto rejeição da pessoa negra, ou seja, a internalização nas pessoas negras de que são inferiores e nas pessoas brancas de que são superiores, é o que a autora Cida Bento (2022), denomina de privilégio simbólico. Desenvolver o senso de corresponsabilidade que o grupo branco tem para com a situação do grupo negro, é fundamental para que participe na promoção de mudanças dos paradigmas eurocêtricos ainda hegemônicos nos diversos âmbitos da sociedade.

### CAPÍTULO 3 – “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”

*Minha concepção de beleza foi sendo reconstruída à medida que fui tendo uma compreensão de que eu era negra.*

Arlete Almeida.

*Para mim é muito importante não ser padronizada, porque é a diversidade que faz as bonitezas.*

Célia Xakriabá.

*A nossa beleza, a negra, sempre foi negada como uma beleza.*

Leninha.

*O padrão colocado em cima das mulheres negras, hoje, não mais precisa ser seguido.*

Letícia Imperatriz.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma análise sobre as mulheres racializadas e o padrão de beleza. As mulheres racializadas, quando colonizadas e escravizadas, sequer se encaixavam no conceito de ser mulher, esse pertencia às mulheres brancas e ricas. Sojourner Truth, mulher negra escravizada, norte americana, em um histórico discurso proferido numa convenção de homens brancos que discutiam direitos das “mulheres”, percebeu que eles não estavam preocupados ou sequer a consideravam uma mulher, eles falavam de mulheres, mas quais mulheres? Sojourner então diz a frase “*E eu não sou mulher?*” em relação a essa convenção, sua frase ficou conhecida nas literaturas feministas negras, dando nome ao famoso livro de bell hooks e a outras obras, artigos e capítulos, como o desta pesquisa. Após as discussões feitas nos capítulos anteriores, questionamos se as mulheres racializadas estão inseridas no sistema da beleza, ou porque *não* estão inseridas, não são elas mulheres?

Realizamos entrevistas orais semiestruturadas com quatro mulheres racializadas do Norte de Minas Gerais que são figuras políticas importantes na região, atuam na política de forma direta ou que estão presentes em movimentos sociais e políticos. Aplicamos também um questionário construído na plataforma *Google Forms*, distribuído de forma *online* pelas redes sociais: *WhatsApp, Twitter e e-mail*. E buscamos investigar como o conceito de beleza e o padrão de beleza, discutidos neste trabalho, estão presentes na vida das mulheres racializadas. Contamos, portanto, com os resultados das entrevistas e questionários, reportagens e pesquisas públicas, dissertações e teses sobre o tema e com a literatura de aporte para construir esse último capítulo da pesquisa.

### 3.1. MULHERES RACIALIZADAS NORTEMINEIRAS: O NORTE DE MINAS GERAIS

A região do Norte de Minas Gerais é composta por 89 municípios e aproximadamente mais de um milhão e setecentos mil habitantes, de acordo com uma estimativa realizada pelo censo IBGE do ano de 2010, pois não houve recurso<sup>22</sup> do governo Jair Bolsonaro para a realização do censo em 2019/2020. As maiores cidades do norte de Minas Gerais, são: Montes Claros, com mais de 500 mil habitantes, Janaúba e Januária com aproximadamente 70 mil habitantes cada, seguidos de Pirapora e São Francisco com aproximadamente 56 mil habitantes.

A autora Andréa Maria de Paula (2006), caracteriza a região do norte de Minas Gerais como uma região que pertence ao polígono das secas, no semiárido brasileiro, no bioma cerrado, a região fica às margens do Rio São Francisco. De acordo com Paula (2006), os habitantes originais do norte de Minas Gerais, foram os indígenas, que formavam a maior parte da população da região, porém com a invasão dos bandeirantes paulistas, os indígenas começaram a perder as posses de suas terras e os bandeirantes se tornaram fazendeiros na região.

O Norte de Minas Gerais, embora pertença à região mais próspera do País, o Sudeste, é reconhecidamente uma de suas áreas mais pobres, tendo inclusive incentivo do poder público federal, como se do Nordeste fizesse parte. “O Norte de Minas Gerais constitui região de transição entre o Sudeste e o Nordeste”, (RODRIGUES,2000). Os processos de modernização da pequena produção e a transferência de grande parte da população rural para as cidades redefinem uma nova dinâmica da sociedade: campo e cidade, trabalhadores rurais nas cidades, camponeses que se tornam operários, pequenos produtores que se tornam assalariados, trabalhadores que se tornam migrantes sem ocupação, vivendo de “bicos”; todos atores sociais diferentes que encontram no Estado e em suas políticas a homogeneização de propostas, uma mesma denominação: populações marginais migrantes sem ocupação. Os modelos de industrialização e urbanização vigentes são insuficientes para as necessidades das pessoas que estão no campo e para a grande “massa” que ao longo dos anos foi inflando os centros urbanos. (PAULA, 2003, p.18).

Costa (2006), descreve a constituição da região norte de Minas Gerais da seguinte forma:

Numa ampla cartografia social regional, essas populações tradicionais encontram-se situadas em espaços sociais distintos no território norte-mineiro. Na margem direita do rio São Francisco, há os veredeiros, os chapadeiros, os campineiros e os Xakriabá. Os geraizeiros e os vazanteiros estão localizados na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os quilombolas concentram-se no vale do rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional, e os caatingueiros estão situados nos sopés da serra do Espinhaço, na região

---

22

Disponível

em:

[http://www.amams.org.br/6/Noticias\\_3/AmamsConstataQueNorteDeMinasTeveAumentoDe41562Habitantes\\_1091/#:~:text=O%20norte%20de%20Minas%20teve,pessoas%20para%201.779.701%20pessoas.](http://www.amams.org.br/6/Noticias_3/AmamsConstataQueNorteDeMinasTeveAumentoDe41562Habitantes_1091/#:~:text=O%20norte%20de%20Minas%20teve,pessoas%20para%201.779.701%20pessoas.)

da Serra Geral. Os barranqueiros vivem nas margens do rio São Francisco, notadamente nas cidades. A identificação de cada uma dessas populações tradicionais é construída através da fixação de algum aspecto de sua cultura que é afirmado como o diacrítico a partir do qual é construída a diferença frente a outras populações com quem se relacionam. (COSTA, 2006, P.87)

O Norte de Minas Gerais foi uma região marcada pela ocupação negra e indígena, segundo Felisa Anaya (2012), a região é uma construção de um grande território negro, denominado por João Costa (1999), campo negro de Jahyba. De acordo com o autor, a região norte de Minas Gerais corresponde a um território negro constituído por um conjunto de localidades que abrigavam uma sociedade multicultural e pluriétnica. Formada por povos originários e comunidades tradicionais, o norte de Minas Gerais se constitui por diversas etnias indígenas e quilombos, povos que resistiram e resistem à colonização e estão na luta pela demarcação de terras na região.

Com a ocupação de fazendeiros e da urbanização da região, as histórias dos povos originários e dos grupos aquilombados foi invisibilizada pelo discurso do desenvolvimento, a industrialização e a ocupação da região deram espaço a uma nova configuração do norte de Minas Gerais, mas ainda constituída majoritariamente pelos povos racializados.

Célia Corrêa (2018), escreve que o povo indígena da etnia Xakriabá tem registros de sua *existência* na região norte de Minas Gerais desde o início do século XVII, início da colonização de forma mais sistemática na região, a população Xakriabá é estimada em torno de 11 mil indígenas distribuídos em mais de 35 aldeias, a autora destaca que os indígenas Xakriabás tinham como referência a localização as margens do Rio São Francisco, mas com a colonização, com a tomada das terras e com a escravização do povo Xakriabá, no atual território que vive, não tem acesso ao rio, que é um importante *integrante* na cultura dos Xakriabá, “A ausência do rio em nosso território tem um impacto direto em nossa cultura, território, alimentação e em nossa própria relação com o rio.” (CORRÊA, 2018).

Embora vivamos nessa região do norte de Minas enfrentando o desafio da seca, temos uma forte relação com o território. Certamente se perguntasse a várias pessoas se queriam ir morar em outra região, em um território mais bonito e com água em abundância, decerto diriam que não, porque não estamos à procura de um território mais bonito, preferimos continuar em luta para ter acesso àquilo que é nosso. A relação que temos com o território não é uma relação da terra como matéria, é uma relação ancestral do território como corpo e espírito. (CORRÊA, 2018. P.26).

Segundo Anete Pereira (2007), a região do norte de Minas Gerais, iniciou seu processo de ocupação histórico no século XVII, a partir do movimento de expansão da pecuária ao longo do Rio São Francisco, já que na época da coroa portuguesa as terras do sertão dos gerais não se

prestavam para o cultivo da cana de açúcar e estava distante do litoral, portanto, com a criação extensiva de gado a região começou a ter um povoamento esparso, com o surgimento de fazendas e povoados ao longo do Rio São Francisco (PEREIRA, 2007).

A desigualdade social é um problema e um marcador intenso da região Norte de Minas, Pereira (2007), ressalta que a partir da industrialização do país e conseqüentemente da região, a desigualdade social se intensificou, com uma economia diversificada em diferentes municípios e com uma riqueza produzida e não distribuída de forma igualitária, a renda continuava nas mãos de uma minoria.

“Sintetizando, o Norte de Minas é uma região com graves problemas de natureza socioeconômica, que, mesmo sendo foco de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, não conseguiu superar sua condição de periferia no contexto estadual.” (PEREIRA, 2007).

No processo de consolidação da região Norte de Minas, o município de Montes Claros, de acordo com Pereira (2007), desempenha a função de centralizar os serviços de saúde, educação, suporte administrativo e serviços financeiros de toda região.

O norte de Minas Gerais compõe uma mistura de grupos indígenas, negros, mestiços, europeus, que formaram uma cultura multifacetada com uma diversidade de hábitos e costumes, uma pluralidade de valores e crenças o que é fator de aproximação de todos os habitantes do cerrado, a cultura. (PAULA, 2006).

A região se caracteriza pela forte presença de uma pluralidade de identidades, marcada pelas desigualdades sociais e econômicas e pelos biomas onde predominam a seca, o sertão norte de Minas Gerais acolhe uma diversidade de povos racializados, como as mulheres que entrevistamos, mulheres que estão *na luta* através dos movimentos políticos e sociais pelos direitos, educação e melhores condições de vida para a população.

### **3.2. A (RE)CONSTRUÇÃO DA BELEZA POR MULHERES RACIALIZADAS NORTEMINEIRAS**

O ano de 2020, que marca o início dos meus estudos no curso de pós-graduação em Desenvolvimento Social na Unimontes, foi também marcado pela pandemia de Covid-19, um vírus que atingiu o mundo e causou mais de 6 milhões de mortes ao redor do Globo. E distintivamente de outros países e cidades do mundo, o governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), não adotou políticas públicas eficientes contra a manifestação do vírus, fazendo com

que mais de 650 mil brasileiros<sup>23</sup> morressem durante a pandemia<sup>24</sup>. A responsabilidade pelo isolamento social, medida eficaz contra a propagação do vírus, ficou a cargo dos Estados e municípios, além do atraso na negociação e compra das vacinas por meio do Governo Federal. Em Montes Claros, na gestão do prefeito Humberto Souto (2017-2025), foram adotadas medidas de isolamento e distanciamento social, além do uso obrigatório de máscara nos anos de 2020 e 2021. É importante realizar a descrição do momento da pesquisa, pois a pandemia influenciou não só as universidades e as pesquisas de seus estudantes, mas alterou de maneira significativa a vida de todos os brasileiros, não só o vírus da covid-19, mas um governo omissivo que intensificou a carestia, a pobreza, a fome, o racismo, o homicídio de pessoas negras, a devastação das terras e do meio ambiente, a erradicação da população indígena e o sucateamento da educação no país, todos esses e demais fatores influenciam não só esta pesquisa, mas a vida das mulheres racializadas envolvidas com ela.<sup>25</sup>

Os questionários *online* realizados através da plataforma Google Forms foram respondidos por quarenta e três mulheres, elas foram contatadas de forma online pelo *Whatsapp* e por *e-mail*, os formulários foram respondidos anonimamente. Cerca de 58% das mulheres que responderam aos questionários se autodeclararam pretas ou pardas, 30% brancas, 4% amarelas, 2% indígenas e 4% não souberam responder, a média de idade ficou entre 18 a 30 anos.

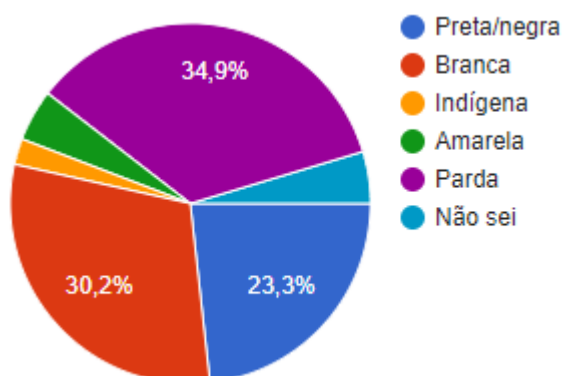
---

<sup>23</sup> Até a finalização dessa pesquisa o número de mortos da Covid-19 no Brasil, totalizava em mais de 650 mil pessoas. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/09/13/total-de-vitimas-de-covid-no-brasil-supera-685-mil-media-movel-de-mortes-aponta-queda.ghtml>

<sup>24</sup> O governo Bolsonaro, foi contra as recomendações de isolamento, uso de máscaras e distribuição de vacinas propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo especialistas, mais de 200 mil mortes poderiam ter sido evitadas se algumas medidas e recursos fossem destinados ao combate da Covid-19. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/metade-das-mortes-por-covid-19-no-brasil-poderiam-ter-sido-evitadas-diz-estudo/>  
<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>

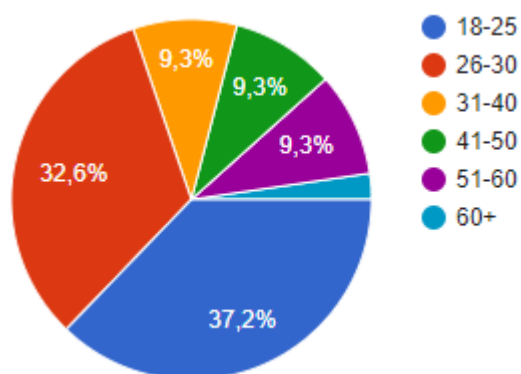
<sup>25</sup> Ver mais em: PAES, Carolina Nascimento. Pandemia e fome: desdobramentos da crise sanitária para a segurança alimentar e nutricional. In: Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes, p. 134.

Gráfico 1 - Autodeclaração de Identificação Étnico-Racial



Fonte: Elaborado pela autora, 20/09/2022.

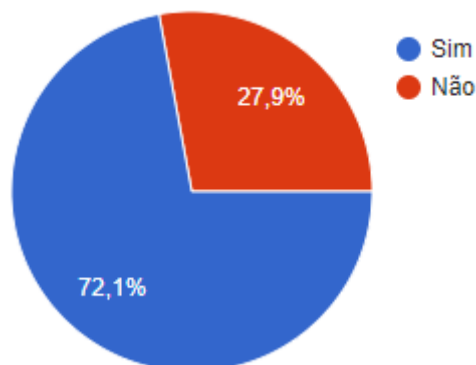
Gráfico 2 - Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela autora, 20/09/2022.

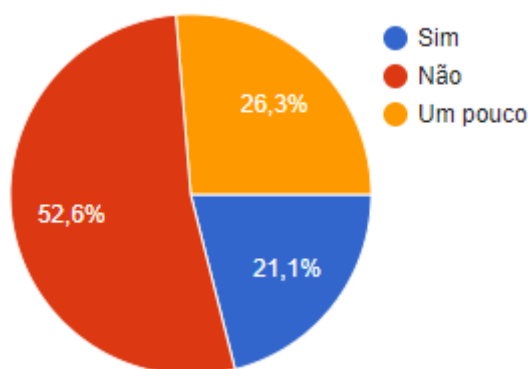
O padrão de beleza é imposto a todas as mulheres, apresentando corpos irreais e inatingíveis, o racismo e a gordofobia ampliam as consequências do que os padrões de beleza impostos podem acarretar as mulheres, especialmente mulheres racializadas. Nos questionários, perguntamos se as mulheres acreditam na existência de um padrão de beleza, 72,1% acreditam que o padrão de beleza existe e dessas mais de 50% acreditam que não estão dentro do padrão de beleza, 21,5% das mulheres acreditam que estão dentro do padrão de beleza, todas as mulheres que responderam que o padrão de beleza existente as contempla, são brancas.

Gráfico 3 - “Você acredita que existe um padrão de beleza?”



Fonte: Elaborado pela autora, 20/09/2022.

Gráfico 4 – “Você considera ser uma mulher que está dentro do Padrão de Beleza?”



Fonte: Elaborado pela autora, 20/09/2022.

Dentre as perguntas realizadas no questionário, aproximadamente 70% das entrevistadas responderam que estavam insatisfeitas com seus corpos, 86% das mulheres responderam que mudariam alguma coisa em seus corpos e 76% disseram que se submeteriam a algum procedimento estético para alterar algo em seu corpo. Perguntadas se já fizeram algum procedimento estético, 67% afirmaram que sim e dessas, mais de 80% já fizeram a progressiva capilar, que é um procedimento que alisa o cabelo crespo e cacheado, o alisamento do cabelo é feito com produtos químicos, muitas vezes um dos produtos utilizados é o formol, substância cancerígena e que pode causar outros danos ao couro cabeludo, a progressiva é um procedimento agressivo e muito presente na vida das mulheres negras que desde muito novas são submetidas a realizá-lo por muitos anos a fim de possuir um cabelo liso.



Queiroz (2019), argumenta que a estética eurocêntrica de beleza se tornou uma opressão às mulheres negras que consideram o cabelo crespo, objeto de sua pesquisa, como um cabelo duro, sujo e feio. O cabelo começou a representar para as mulheres negras um símbolo de resistência às dominações e ao racismo, o cabelo representa uma forma de resistência da identidade negra e demonstra como o encorajamento ao ‘assumir’ as formas originais de seus cabelos ajudaram as mulheres negras a resgatarem uma identidade fragilizada pelo racismo, vendo o cabelo crespo como uma forma de resistência a estética branca dominante.

Wolf (2019), define o padrão de beleza como imagens utilizadas para o controle feminino, de todas as mulheres, um sistema monetário que controla desejos, mulheres que não se sentem bem em seus próprios corpos e involuntariamente instigam a competição entre si. O sistema da beleza foi produzido ao longo de muitos anos com uma indústria bilionária para comercializar o desejo feminino. Como visto, mais de 70% das mulheres acreditam na existência de um padrão de beleza e quase 90% das mulheres estão insatisfeitas com seus corpos, o padrão de beleza, as noções de beleza afetam de alguma forma todas as mulheres, e como investigamos nesta pesquisa, afetam principalmente mulheres negras, o padrão de beleza hegemônico branco tem como consequência a exclusão de mulheres negras e indígenas do sistema da beleza.

É importante aqui contextualizar ainda, que o ano de 2022, foi um ano de eleições políticas no Brasil, nesse ano se decidiu presidente, deputados federais e estaduais e senadores em todo país e estados da federação. As mulheres aqui entrevistadas estavam envolvidas diretamente com as eleições de 2022 no Brasil. Leninha foi candidata a deputada estadual e Célia Xakriabá candidata a deputada federal, ambas concorreram pelo estado de Minas Gerais. As duas estavam em campanha política na cidade de Montes Claros quando as entrevistei, o que influenciou no tempo da entrevista e em suas profundidades. Leninha e Célia foram eleitas no dia 2 de outubro de 2022, Célia se tornou a primeira mulher indígena eleita deputada federal por Minas Gerais e Leninha garantiu sua reeleição no estado, elas são referências e representatividades indígena e negra no Estado e na cidade de Montes Claros.

A primeira entrevista realizada nesta pesquisa foi com Arlete Alves de Almeida, 63 anos, a entrevista foi feita no dia 6 de outubro de 2021, no ambiente online por razão das medidas de proteção contra a Covid-19. As outras três entrevistas foram concretizadas presencialmente, no mês de julho do ano de 2022<sup>26</sup>, com o uso de máscara, as entrevistas foram feitas com Marilene Alves de Souza (Leninha), 58 anos, Célia Nunes Correa (Célia Xakriabá), 32 anos e Letícia

---

<sup>26</sup> Em 2022 com a vacinação da população desde 2021, foi proporcionada uma flexibilização das medidas protetivas contra a Covid-19.

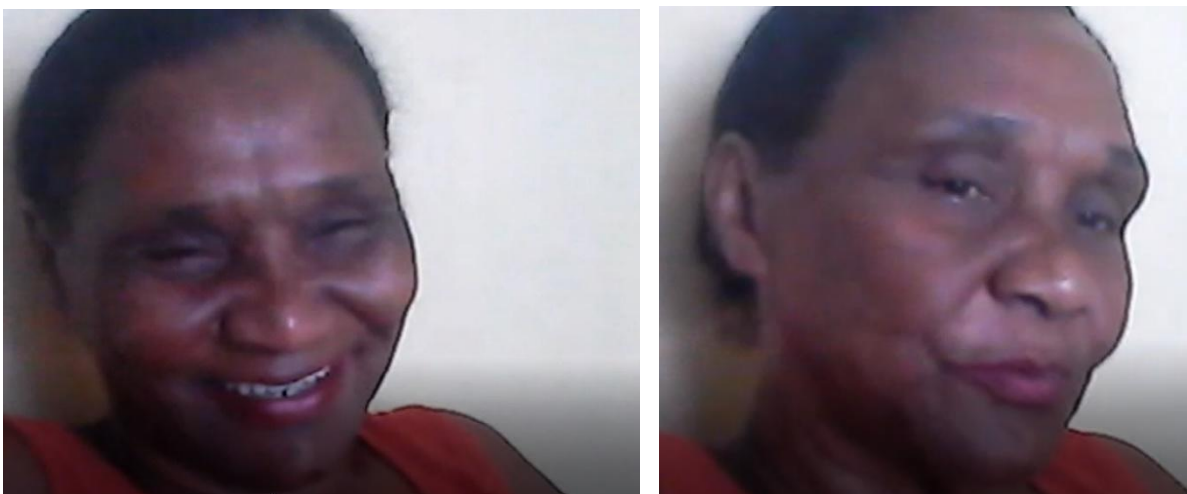
Ferreira de Souza (Letícia Imperatriz), 32 anos.

Todas as quatro entrevistas orais foram realizadas com o apoio de um roteiro semiestruturado formulado previamente e disponível no anexo 1 desta pesquisa. As perguntas foram direcionadas a mulheres pertencentes ao Norte de Minas de Gerais, autodeclaradas negras, pardas ou indígenas, seguindo a classificação de raça e identificação étnico-racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É sabido a existência de um padrão de beleza, de acordo com autoras Braga (2020), Schucman (2020), Xavier (2021) e outros autores já mencionados nessa pesquisa, a beleza é universalmente compreendida a partir do corpo branco, ao longo dos anos, com a indústria, o mercado, as mídias televisivas e sociais, e com a perpetuação da colonialidade do ser, do saber e do poder, foi assegurado que as características do indivíduo branco representassem uma beleza universal, criando um padrão de beleza a ser seguido e admirado, excluindo diferente corpos, rostos e cores desse processo.

A primeira entrevista foi feita com Arlete Alves de Almeida de 63 anos, conversamos online, no Google Meet. Autodeclarada negra, Arlete é formada em geografia e pedagogia, professora e educadora popular, é também coordenadora e uma das representantes do Movimento de Mulheres Graal no Brasil, uma organização internacional de mulheres comprometidas com a transformação do mundo em uma comunidade de justiça e paz, o movimento está presente em mais de 20 países.

Figuras 6 e 7 – Arlete Alves de Almeida, 62 anos.



Fonte: Conversa pelo Google Meet, elaborado pela autora, 6/10/2021.

Arlete conta que nasceu por mãos de parteiras, em casa, na cidade de Buritizeiro, município que faz limite com Pirapora no norte de Minas Gerais, cidade ribeirinha às margens do Rio São Francisco, onde mora atualmente. Narrando sua trajetória, fruto da primeira pergunta realizada “Qual sua relação com o norte de Minas Gerais”, ela fala de sua infância, “*de muita pobreza*” e seu entendimento sobre “*o território de Buritizeiro e Pirapora*” o qual estudou em sua graduação em Geografia pela Unimontes no campus de Pirapora, Arlete foi a primeira de sua família a ter um diploma de universidade.

Por toda entrevista Arlete, pontua sua ancestralidade nas suas falas, ela conta da primeira vez que visitou a comunidade quilombola da família de seu pai, disse que chegou de surpresa e compreendeu ali suas heranças, *nessa época que eu descobri meu quilombo paterno fui visitar e fiquei muito encantada com o que vi*, conta que *se viu* naquela comunidade. A ancestralidade, as heranças que as mulheres e os homens negros carregam na história de suas famílias, do próprio ser, dos cantos, das danças, da religião, do Axé, das tranças, do cabelo, da culinária, das comunidades, das imagens, do cotidiano de ser negro e reverenciar a negritude, é essencial para o entendimento da própria identidade.

Os quilombos fazem parte da constituição da região norte de Minas Gerais, os quilombos eram de acordo com a definição do rei de Portugal em 1740, uma habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte despovoada, ou seja, os quilombos eram o ajuntamento de negros em sinal de protesto ao sistema da escravidão, fruto da resiliência e da resistência dos negros, os quilombos fazem parte de todo território no Brasil, uma resistência ao escravismo (MOURA, 2020).

De acordo com o artigo 68 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>27</sup>, preservando ainda por meio dos artigos 215 e 216, a garantia dos direitos culturais e do acesso a essas culturas, “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, leis que afirmam a importância dos quilombos e dos indígenas no curso de construção do Brasil, não só para a preservação da cultura nacional, mas também como símbolo das identidades nacionais que devem e são preservadas nas heranças, nos territórios e na história.

O ser colonizado é construído a partir do olhar branco, Fanon diz que o colonizador produz

---

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), Acesso em: 31/10/2022

o colonizado, ou seja, ele cria uma identidade ao sujeito colonizado, a resistência do colonizado se dá então por sua origem e pela manutenção da sua própria cultura, a sua identidade e sua ancestralidade é fruto da construção de uma combinação da luta e da resiliência do seu povo em manter vivas suas heranças. Heranças que são passadas e preservadas pelos povos racializados, aqui especialmente pelos indígenas e pelo povo negro, que mantendo as diferenças culturais que carregam, ainda possuem semelhanças nos processos de preservação da sua própria história.

Arlete relata que ela e sua família sempre souberam que eram pobres, mesmo que não tivessem conhecido riqueza alguma, lhes foi imposto a pobreza, e foi o conceito de pobreza que a instigou a estudar. *“Esse conceito de pobreza, ele foi construído ao longo do tempo, nos foi dado, e eu e minha família, nós estávamos dentro desse conceito, isso começou a instigar minha curiosidade, o porquê de tanta pobreza, esse conceito de pobreza.”*

De acordo com Anete Pereira (2007), a pobreza é um problema comum a todos os municípios da região Norte de Minas Gerais, com pequenas variações de índices entre eles, a desigualdade social presente na região é mais expressiva nos municípios de base agrária, com grande parte da população vivendo no campo e mesmo em cidades de economia diversa, o marcador da desigualdade social é intenso na região norte de Minas Gerais, sendo a pobreza um conceito conhecido na região, como compreendido por Arlete. O norte de Minas Gerais se caracteriza por ser uma região em desenvolvimento, mas marcada pelas desigualdades<sup>28</sup>, como já visto, a feiura assume alguns sobrenomes como o da pobreza, tudo aquilo que se desvia da norma social, como as desigualdades econômicas e sociais que são escondidas nas periferias urbanas, é considerado desviante da beleza, a feiura assume a forma do povo pobre e majoritariamente racializado em um contexto da hegemonia branca e do colonialismo.

Arlete relata que começou a rever o que conhecia como história, *aquela dada na escola*, ela diz que quando começou a identificar o opressor, não só na história, mas na sua região, ela compreendeu seu papel no mundo. O pensamento decolonial, tem como um dos seus objetivos, de acordo com Ballestrin (2013), a revisão ou o entendimento da história pelo outro lado, isto é, a história foi escrita, elaborada, pelos colonizadores, a América foi *criada* pelo olhar do colonizador, os estudos do pensamento decolonial buscam apresentar o outro olhar de uma nova história, contada a partir dos grupos colonizados.

A partir do momento que Arlete conhece uma história que não é contada nos livros, mas *dita pelos quilombos sobre seu povo*, ela diz que *se encontra no mundo*, ela conta sobre as

---

<sup>28</sup> Ver mais em PAULA, 2009.

violências que o povo negro sofre e como a luta que exerce nos movimentos sociais, no graal e como educadora popular, a ajuda na busca por direitos e em melhorias educacionais para seu povo.

Nós precisamos rever a nossa história, e compreender nosso papel, mas compreender também o papel do opressor, de gente que bate em gente, de gente que tem de tudo na casa dele que até sobra, mas falta na casa do outro, como que se fala da questão humanitária? Numa sociedade onde se determina quem vive e quem morre, por falta de atendimento de saúde, uma alimentação adequada, por falta de educação, porque é tão negado o direito à educação nesse país, que começemos a abrir os olhos, eu estava tão dentro de tudo isso aqui na região e como eu não enxerguei isso? Por que me foi dado sempre a sobra? Dado não, conquistei até a sobra. A nossa luta não é por privilégios, ela é por direitos e isso incomoda muita gente e é por isso que me pergunto onde foi que nos perdemos e quando que vamos nos encontrar? Onde? Quando? (Arlete Alves de Almeida, 63 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2021)

As disparidades sociais que atingem todo país e a região Norte de Minas fizeram com que Arlete refletisse sobre o Estado que determina quem morre e quem vive, quais corpos são dignos de viver. É o que discute Mbembe (2018), compreendendo o que se entende por biopoder no pensamento de Michael Foucault, Mbembe através do conceito da *necropolítica*, aponta que o Estado, ferramenta reguladora da sociedade, determina por meio do racismo quem vive e quem morre, *não é só deixar morrer, é fazer morrer também*. Nessa perspectiva o Estado legitima as políticas de morte, produzindo por exemplo a fome e a pobreza, que atingem em maior parte a população preta e parda no Brasil. Assim como, o sistema carcerário que, também, abrange de forma majoritária esse grupo racial. Produtos do racismo estrutural e da necropolítica, que são, portanto, políticas de morte, legitimadas pela estrutura do Estado.

De acordo com Arlete, *quando chega o preto todo mundo vê, mas continuamos invisíveis*, são reconhecidos a todo momento, mas não ocupam as estruturas. A entrevistada se refere aos seus trânsitos por ambientes brancos, como escolas particulares. Quando perguntada sobre a identificação de um momento em que se entende enquanto mulher negra, Arlete diz que sempre soube que não era branca; e foi a partir do momento que se enxergou, *de fato como uma mulher negra e poder dizer que era negra*, sua concepção de beleza foi alterada.

Minha concepção de beleza foi sendo reconstruída à medida que eu fui tendo uma compreensão de que era negra, a minha visão de beleza, ela não passa apenas pela estética, principalmente essa que é produzida, essa que mascara quem a gente é, porque a gente precisa apresentar um rosto que não é nosso, apresentar um corpo que não é nosso, um cabelo que não é nosso. Eu fui compreendendo e passando a ver a beleza nas pessoas, homens e mulheres, em uma outra concepção, conhecendo os quilombos, minha família do quilombo, eu vi beleza no cotidiano deles, nas mulheres e homens pretos, mulheres carregando baldes d'água na cabeça, homens andando a cavalo, crianças brincando e aprendendo uma herança que é minha também. (Arlete Alves de Almeida, 63 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2021)

A fala de Arlete nos demonstra como o padrão de beleza é imposto de forma universal, “*apresentando um rosto que não é nosso, um corpo que não é nosso e um cabelo não é nosso*”, mesmo com mais de 60%<sup>29</sup> da população de Buritizeiro sendo preta e parda, como no Brasil, o padrão de beleza imposto é um padrão branco. O sujeito universal, criado na colonização é disseminado de forma orgânica na sociedade, com mais de 50% da população preta e parda, o corpo branco ainda é a disseminação de beleza e cidadania.

Marilene Alves de Souza, mais conhecida como Leninha, é mestre em Desenvolvimento Social e graduada em Ciências Biológicas, é Deputada Estadual, professora e sindicalista. Nossa entrevista ocorreu no dia 3 de junho de 2022, na casa do mandato de Leninha, em Montes Claros. Quando cheguei, Leninha muito educada me recebeu e fomos gravar a entrevista, em meio a uma agenda cheia de compromissos de uma deputada em exercício e de uma reeleição a candidatura no período eleitoral, a deputada não se importou de compartilhar e narrar sua trajetória para a pesquisa.

Figura 8 – Marilene Alves de Souza, Leninha, 58 anos.



Fonte: Rede Social da entrevistada. Disponível em: [www.instagram.com/leninhamoc13/](https://www.instagram.com/leninhamoc13/) Acesso em:

<sup>29</sup> Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/buritizeiro-mg/> Acesso em: 22/09/2022.

22/09/2022.

Leninha narra que seus pais vieram de Salinas, cidade que faz fronteira com o estado da Bahia, extremo norte de Minas Gerais, ela nasceu em Montes Claros, no bairro onde mora até hoje, ela explica que a relação com o norte de Minas, não se dá apenas pela cidade de Montes Claros, mas “*é uma relação de toda uma vida*”. Leninha conta que foi a primeira mulher presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) regional e que participou também da arquidiocese e de grupos de jovens da igreja, recorda que sempre esteve rodeada de mulheres e homens negros em sua caminhada. Leninha diz que sempre compreendeu ser uma mulher negra e embora nunca tenha realizado o procedimento da progressiva capilar ou usar substâncias químicas em seu cabelo, ela o alisava com a escova e chapinha, para ter o cabelo liso igual de suas colegas, mesmo que em casa, sua mãe, não estimulasse o alisamento.

A nossa beleza, a negra, sempre foi negada como uma beleza, eu nunca alisei o cabelo com a progressiva, nunca passei uma coisa para alisar, mas passava escova para alisar momentaneamente, foi um período que de fato, eu, particularmente, demorei muito tempo para compreender nossa beleza e que os cabelos cacheados também eram bonitos. Eu chegava em uma festa e estavam todas as minhas amigas com escova, com cabelo igual, liso, essa coisa do cabelo é a coisa mais marcante, na minha casa minha mãe nunca estimulou a gente a tirar os cachos e tal, mas eu penso que é na minha roda, nas relações da juventude da adolescência, era isso, foi nessa fase que eu fazia escova que a gente queria ficar igual as outras meninas de cabelo liso nas festas ia sempre de chapinha e naquela época as pessoas que não tinham condição financeira, passavam ferro de passar roupa para alisar o cabelo, eu sabia de pessoas que faziam isso. Hoje uso meu cabelo natural, meus cachos e vejo minha identidade também nele. (Marilene Alves de Souza, 58 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2022).

É na escola<sup>30</sup> que a criança racializada tem o primeiro contato com o racismo e as discriminações, como relata Leninha.

É engraçado porque desde as séries iniciais, naquela época eu estudei na escola pública do meu bairro, eu tenho na memória muitas coisas que retratam o racismo, que é antigo, eu tenho mais de 50 anos, e nas séries iniciais eu me lembro perfeitamente, apesar de eu ser uma aluna exemplar, eu me considerava até brilhante pela condição de vida que a gente tinha, lá em casa a gente não tinha energia elétrica, eu me lembro que a gente usava querosene. Me lembro que a gente sempre foi estimulado a leitura, mas não podíamos ler até mais tarde pra não gastar a querosene que tinha que comprar no outro dia pra comprar a lâmparina, a gente lia livros usados, na época tinha banco de livros, eu me lembro que tinha um banco de livros na avenida Cula Mangabeira, e a gente trocava os livros de leitura e mesmo com todas as dificuldades e todo esforço na escola, eu nunca fui escolhida pra representar minha sala, eu nunca sentei do meio pra frente, era do meio para trás porque as primeiras cadeiras eram destinadas às meninas brancas com melhor posição social para representar minha turma, para

---

<sup>30</sup> Ler mais em: <https://www.geledes.org.br/tem-racismo-na-escola-sim-e-perguntar-criancas-negras/> Acesso em: 22/09/2022.

fazer um evento na escola, para falar uma poesia, participar de qualquer evento escolar sempre eram escolhidas as meninas brancas de cabelo liso e de classe social melhor que a minha, e eu trago isso porque de fato é isso, hoje eu entendo perfeitamente o que era aquilo, naquela época eu não entendia o que era. (Marilene Alves de Souza, 58 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2022).

Desde muito cedo, as crianças racializadas têm contato com o racismo e as discriminações decorrentes desse processo, marcas e raízes de um país desigual e construído pelo racismo. A violência do racismo faz com que crianças negras sejam discriminadas e muitas vezes tratadas como adultas já na fase da infância e da adolescência, diferente de crianças brancas, é o que demonstra a reportagem de Hanna Oliveira para o TABUol<sup>31</sup>, Oliveira relata o caso da morte de Miguel Otávio Santana da Silva, um menino negro de 5 anos de idade que caiu do nono andar do prédio que sua mãe trabalhava como empregada doméstica, a criança estava sob os cuidados da patroa de sua mãe, uma mulher branca de classe média alta, que achou responsável deixar uma criança de 5 anos pegar o elevador do prédio sozinho, ocasionando sua morte. Oliveira reforça que 75% das crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos vítimas de homicídio têm o marcador da cor negra em comum.

A escola, para a autora Cida Bento (2022), não foi um ambiente acolhedor quando a mesma era uma criança, ela relata em seu livro “O Pacto da Branquitude”, que se sentia invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar, e eram os professores que faziam surgir o sentimento de não pertencimento àquele espaço, quando enalteciam crianças brancas de forma afetuosa e faziam da presença da autora ser notada quando era um exemplo negativo, Bento relata que esse comportamento não se cessa na escola, mas a acompanha no ambiente corporativo. Quando começou a acessar o mercado de trabalho, Leninha relembra uma passagem em que sofreu racismo no tempo que era mais jovem e descreve o que era, e ainda pode ser compreendido por padrão de beleza.

Naquela época a beleza negra não era valorizada, naquela época a beleza capitalista era a beleza branca, cabelo liso, rosto afilado, nariz afinado, e eu me lembro também muito jovem da questão do trabalho, na época os anúncios de emprego em Montes Claros estavam escritos: boa aparência entre aspas, boa aparência significava pele branca, cabelo liso e ter uma beleza que era a beleza branca. Então assim, eu nunca conseguia arrumar um local de trabalho por conta da cor da minha pele, eu já tinha feito graduação, pós-graduação e tinha uma oferta de uma vaga no cargo de professora em uma escola particular lembro perfeitamente que eu organizei uma excelente aula, mas quem foi selecionada para a vaga foi uma menina branca loira que ainda estava nas séries iniciais do curso superior, então assim claramente percebia o quanto no campo do mercado de trabalho isso era importante também, a boa aparência considerada não era a

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/02/violencia-racismo-e-desigualdade-adultizam-criancas-negras-no-brasil.htm> Acesso em: 22/09/2022.



negra. (Marilene Alves de Souza, 58 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2022).

Assim como relatado por Arlete, Leninha retrata o que é imposto como beleza as mulheres, sobretudo mulheres racializadas, o padrão de beleza apresentado atrás de rótulos como o de “boa aparência”, marcam uma imposição da hegemonia branca. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), não importa o quão arrumadas e bem-vestidas estejam as mulheres negras, a “boa aparência” é uma categoria branca, criada pelos brancos para beneficiar brancos, o que fundamenta os privilégios simbólicos e estruturais que a branquitude obtém na sociedade, como dito por Leninha, “*a boa aparência considerada não era a negra*”.

No mercado de trabalho<sup>32</sup> brasileiro, mulheres brancas e negras recebem menos que homens brancos, no entanto mulheres negras recebem quase 70% menos que mulheres brancas e sofrem mais com o desemprego que mulheres e homens brancos. A reportagem de Heloísa Mendonça para o site UOL, 2021, indica que apenas 29% dos cargos de gerência em empresas são exercidos por pessoas pretas e pardas, ainda segundo a pesquisa, quanto mais alto o salário, menor o número de pessoas pretas e pardas que ocupam aquela função. A maior parte da população brasileira é composta de pessoas racializadas e mesmo sendo maioria, pessoas racializadas sofrem com a desigualdade social e racial construída historicamente no Brasil.

Para as mulheres transsexuais<sup>33</sup>, o mercado de trabalho é ainda mais cruel, especialmente para mulheres transsexuais e negras, são elas que mais recorrem ao emprego informal pela falta acessibilidade social, apenas 4% da população trans feminina possui um emprego formal. Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia no Brasil, no entanto, por mais de treze anos consecutivos, o Brasil, continua a ser o país que mais mata pessoas transsexuais e travestis no mundo, fazendo com que a realidade de pessoas trans seja marcada pelos índices de violência e falta de acessos.

A identidade de gênero se refere a como uma pessoa identifica seu gênero (masculino,

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/08/17/desemprego-mulheres-negras-homens-brancos.htm>  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512\\_623918.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html)  
<https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-mulheres-brancas/>  
<https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>

<sup>33</sup> Ser trans, transgênero, transsexual, é quando não há conformidade de gênero. Isto é: quando o gênero designado não condiz com a maneira como a pessoa se identifica socialmente. Mulheres trans são mulheres que não se identificaram com o gênero masculino imposto quando nasceram. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/autoconhecimento/transsexual/>  
<https://gente.globo.com/texto-especial-mulheres-o-complexo-mercado-de-trabalho-para-mulheres-trans-e-travestis/>

feminino ou uma gama de gêneros disponíveis) para além do que é exigido socialmente, isto é, ser mulher ou homem, de acordo com Ayouch (2015), é uma performance, consiste em “imitar” gestos, performar masculinidade ou feminilidade, o que a autora diz é que o gênero é construído socialmente, junto ao que designam o sexo biológico quando nasce o indivíduo, as pessoas transsexuais são indivíduos que não se identificam com o sexo biológico e com o gênero imposto.

Letícia Imperatriz, pontua sobre ser uma mulher negra e trans no mercado de trabalho.

A todo instante me percebi enquanto uma pessoa não branca, principalmente quando estive em locais que sabia que eram locais de privilégio, então às vezes os lugares e momentos, fazem a gente refletir muito sobre essas questões de quais são os nossos espaços, e se a gente pertence ou não aquele lugar, e eu diversas vezes me peguei em lugares como esse, onde parecia que eu não pertencia àquele lugar. Quando eu trabalhava na prefeitura de Montes Claros, por exemplo, onde as pessoas que mais falavam e tinham espaço lá dentro, eram as pessoas brancas, as pessoas negras não tinham seu espaço de fala. (Letícia Imperatriz, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula).

Pontuando essa dura e triste realidade de um país racista e transfóbico que apresento Letícia Ferreira de Souza, conhecida como Letícia Imperatriz, ela é mulher transsexual e preta, com 32 anos, é cientista social, ativista social e coordenadora adjunta estadual da Aliança Nacional LGBTQIA+ em Minas Gerais, nascida em Montes Claros, Letícia Imperatriz foge às estatísticas destinadas a ela.

Figura 9 – Letícia Imperatriz



Fonte: Rede social da entrevistada, 24/09/2022.

Nosso encontro ocorreu no escritório de Letícia na noite do dia 4 de maio de 2022, ela relatou sobre seu percurso como ativista social e seu contato com a população LGBTQIA+ do norte de Minas Gerais, *“lutando em prol da proteção e da garantia de direitos para uma*

*população que é marginalizada, objetificada e invisibilizada*". Letícia conta que a forma como enxergava a beleza teve que ser reconstruída a partir do momento que compreendeu sua identidade de gênero.

Já enxerguei a beleza como algo muito diferente e dolorido, como eu sou uma mulher trans, antes da transição eu não via beleza em mim, porque eu me enxergava no espelho enquanto um homem, e a partir da transição eu comecei a ver beleza em mim, mas não só uma beleza física como também uma beleza interna, de bem estar, eu acho que o amor próprio quando ele se expande no sentido de você se sentir bem, você acaba trazendo à tona tudo pra fora porque é aquilo que você precisa enxergar que você é, então eu só consegui enxergar uma beleza estética mesmo, a partir do momento que a Letícia nasceu. (Letícia Imperatriz, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula).

Para Célia Nunes Corrêa, é a *diferença* que faz o conceito da beleza ter significado e os padrões de beleza não a pertencem. Célia pertence ao povo indígena Xakriabá, as terras indígenas dos Xakriabás se localizam no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. Mulher indígena com 32 anos de idade, Célia é professora, ativista indígena, mestre e estuda doutorado em antropologia na Universidade de Brasília (UNB), ingressou na carreira política *“pela reestruturação do sistema educacional, pelo direito das mulheres e na luta pela manutenção do território.”*

Figura 10 – Célia Xakriabá, 32 anos.



Fonte: Foto de Juliano Arruda para o evento “Quarta na Pós do PPGDS”, 01/06/2022.

Eu sempre entendi desde cedo a diferença entre as pessoas, e a diferença não tem problema nenhum, o problema é a indiferença, porque ela mata. Porque a indiferença nega a sua presença, toda monocultura mata, ela mata a terra, o pensamento e ela cria os padrões. Para mim é muito importante não ser padronizada porque é a diversidade que traz as bonitezas. Inclusive quando nós indígenas falamos de descolonizar, queremos que nossa imagem não seja mais vista como a imagem de Iracema de José de Alencar, existe uma diversidade de mulheres, de povos indígenas, nós não somos uma igual a outra. Nós somos iguais aos biomas, ao cerrado, a caatinga, muitos enxergam a caatinga como feio, para nós não é feio, porque a relação que a gente tem com o território e com o outro é de outras bonitezas, a relação que a gente tem com nosso corpo-território é de enxergar outras bonitezas. Então desde muito cedo eu consigo enxergar as bonitezas, as diferenças e é importante a gente descolonizar esse olhar que para ser bonita a gente não precisa ser uma igual a outra. (Célia Xakriabá, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula).

Me encontrei com Célia durante a manhã do dia 3 de junho do ano de 2022, mesmo dia e lugar em que me encontrei com Leninha. Célia compartilhou relatos sobre *as bonitezas da terra, dos seres, de ser e de estar no mundo*. Ela explica que *pertencer a identidade de um povo originário compreende conhecer a história do seu povo e ter a autonomia de ser quem se é*.

Observamos que a partir do momento que a identidade e a origem que essas mulheres carregam é reconhecida por elas mesmas, a própria percepção sobre beleza e sobre ser mulher se altera, Célia Xakriabá por pertencer ao povo indígena Xakriabá já carrega no seu corpo e nas suas falas a sua herança, desde que nasce é ensinada que o corpo é um instrumento de luta e ela faz do seu corpo representatividade para o seu povo e para outras mulheres atuando na política como uma mulher indígena, ocupando espaços onde os brancos são maioria, alterando as estruturas que não são construídas para ela. O corpo para Célia corresponde como ela chama a um *corpo-território*, onde é com seu corpo, longe dos padrões impostos, que ela faz a sua luta e carrega suas heranças.

Uso maquiagem, uso batom, nós indígenas usamos maquiagem também e o que é pensar a estética sem pensar que foram as mulheres indígenas com as pinturas corporais, com a força do urucum que também a fizeram. Faço da maquiagem um uso de construção de outras bonitezias, de outras formas de me enxergar e ser no mundo, mas uma maquiagem que não esconda a nossa história. Para mim a pintura é o que carrego como mais forte de ser uma mulher indígena, a primeira letra que aprendi não foi para escrever no papel, foi para escrever no corpo, meu primeiro caderno foi meu corpo. (Célia Xakriabá, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula).

Como já discutido anteriormente, o conceito da beleza é mutável, definido de tempos em tempos e por diferentes sociedades, apesar de haver um padrão de beleza estético, definido por uma hegemonia branca presente no mundo, a beleza assume díspares papéis, possui diferentes significados e está presente em diversas situações. Por esta razão buscamos por último, compreender o que é a beleza para cada uma das mulheres entrevistadas.

Minha concepção de beleza foi mudando muito, porque, como eu disse, naquela fase da adolescência, a beleza era essa beleza branca, e a sociedade reforçava isso na televisão, a gente assistia filmes, nós negros, não ocupávamos o protagonismo, as propagandas sobre produtos de beleza eram sempre mulheres brancas, loiras de cabelo liso, então há fatos ao nosso redor que negam essa beleza a gente, demorou muito pra eu descobrir que a beleza não era só essa, a branca, que a sociedade, que a televisão que a mídia mostrava, que havia outras belezas também, eu penso que isso foi uma conquista da luta do movimento negro pra reafirmar nossa beleza. Eu acho inclusive que isso também fez com que o mercado descobrisse essa beleza, por exemplo na minha época não tinha um produto específico para meu cabelo, uma maquiagem específica para meu tom de pele, o padrão da beleza e o mercado era branco, hoje tem. Eu penso que estamos numa crescente para afirmar e reafirmar que nós somos belas, que nossos cabelos e nosso formato de rosto e corpo também são bonitos, há uma crescente de valorização e de reconhecimento da sociedade enxergar essa nossa beleza. (Marilene Alves de Souza, 58 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2022).

Na verdade, beleza é um conceito bem amplo, é bem difícil falar, do que eu enxergo como beleza, eu acho que o fato de eu ser mesma, de não seguir um

padrão, faz não só a mim, mas a outras mulheres se empoderarem. As pessoas querem que as mulheres negras sigam um padrão, seja no cabelo, na maquiagem, no vestuário, o padrão colocado em cima das mulheres negras, hoje não mais precisa ser seguido, hoje a gente não precisa esconder as vontades que a gente tem, de ter um cabelo liso ou crespo, ou usar um turbante, ou qualquer tipo de acessório escolhido, a gente usa e faz o que a gente quer, o corpo é nosso, então a gente tem que usar e seguir aquilo que a gente se sente à vontade, por alguns anos da minha vida eu segui um padrão que me foi imposto quando nasci, eu me desvinculei desse padrão, me libertei, não quero mais seguir padrões. A beleza é ser quem você é, enxergar beleza para além do que nos é imposto como beleza. (Letícia Imperatriz, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula).

Eu vou vendo essas contradições da beleza, a beleza não está só na pessoa física, está nas florestas, nas matas, está em tudo aí, a gente precisa reeducar nosso olhar, essa é uma coisa que eu tenho tentado ajudar a construir e sei que é difícil porque temos uma história que nos amarra, nos prende, a beleza está no povo do rio, no povo do cerrado de ter dado conta de sobreviver a todo um massacre histórico, ao descaso do próprio Estado, nos quilombos, nos detalhes, a beleza pra mim é tudo isso aí. A beleza estava fortalecida pelo ato, pelo afeto, pelo encontro. No mais o que a gente descobre é na luta, é na caminhada, e eu aprendi nessa caminhada a andar nas trilhas, porque as estradas são muito largas, e nas trilhas a gente descobre os detalhes, nas trilhas a gente foca mais a visão, onde piso, com quem falo, onde falo, onde a gente encontra maior acolhimento, acho que a beleza passa por tudo isso. (Arlete Alves de Almeida, 63 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2021).

O nosso jeito de enxergar a beleza é muito caracterizado pelo bioma cerrado, a gente quebra esses estereótipos, demonstrando que existem outras bonitezas e o nosso jeito é de enxergar outras bonitezas em nosso corpo, outras bonitezas no jeito de olhar o território, no jeito de olhar a presença de outras mulheres e aqui (Montes Claros/norte de Minas), eu sou muito comparada com a beleza do pequi, o povo me olha e me chama de pequi ou me chama de ipê, porque realmente nosso lugar vai se configurando nesse lugar da identidade e para mim é muito importante entender nosso lugar, nós que somos indígenas, que somos comparados todas as vezes que nos enxergam reivindicamos por uma identidade e por enxergar outras e diversas bonitezas. (Célia Xakriabá, 32 anos, em entrevista para Natália de Paula, 2022).

As identidades que carregam as mulheres aqui entrevistadas evidenciam a importância do reconhecimento em serem mulheres racializadas na ressignificação do que é conhecido como beleza. A dificuldade encontrada pela população racializada para se definir como negros ou indígenas, como já visto, se dá pelo processo de miscigenação que procurou construir uma nova identidade nacional fundamentada na criação do mulato, do pardo, essa foi uma tentativa do apagamento do negro, da cultura negra na história do Brasil.

Munanga (1999), argumenta que a mestiçagem como identidade nacional não obteve êxito no Brasil porque o preconceito presente aqui no país é um preconceito de cor e não de origem, a raça é definida pelo fenótipo. Por esta razão é de conhecimento quem é o branco no Brasil, carregando consigo privilégios e a estrutura de um Estado e uma sociedade que beneficiam

sujeitos brancos desde a sua chegada, eles são identificáveis na sociedade e pertencem a um grupo com estruturas de poder, a branquitude.

Consideradas como sujeitos universais, as mulheres brancas tomam posse da palavra e de ser mulher no mundo, deixando mulheres racializadas, por muito tempo, fora dos movimentos sociais e políticos de mulheres. O sujeito universal, o homem branco, *cria a sua imagem e semelhança*, um mundo que o serve e que o agrada, a beleza é uma das virtudes que foi construída para agradar e pertencer aos sujeitos brancos e ricos. Modificada ao longo da história, a beleza se tornou sinônimo de um corpo branco, magro e loiro, excluindo milhões de pessoas racializadas, negros, indígenas e amarelos.

É a partir do momento que se reconhecem enquanto mulheres racializadas, detentoras de uma história de heranças únicas que é iniciado um processo de ressignificação com o que é conhecido por beleza, Arlete relata sua visita ao quilombo e com a identificação enxergada em sua família e sua herança, se reconheceu como uma pessoa negra, a partir do momento que se identifica como uma mulher negra, ela compreende sua própria identidade e altera seu olhar sobre a beleza, adotando essa virtude também a ela, a sua herança e ao seu quilombo.

Leninha conta que sempre esteve envolvida com as questões da causa negra, pertencente ao Movimento Negro do estado de Minas Gerais, ela relata que sempre compreendeu sua identidade. São nos movimentos sociais e políticos que Leninha produz um reconhecimento de si, para Munanga (1999), os movimentos sociais são a construção de uma nova consciência de um grupo, mas a partir de uma consciência de quem são aqueles sujeitos. Uma identificação entre os sujeitos fazendo perguntas como: de onde viemos? quem somos? Aonde vamos? Qual nossa posição na sociedade? Quem são eles? Para onde vão? Qual a posição deles na sociedade? Essas perguntas, de acordo com a autora, desencadeiam um processo de construção de uma identidade coletiva e individual dos indivíduos que serve como uma plataforma mobilizadora das estruturas.

Essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. Estes elementos não precisam estar em concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios. (MUNANGA, 1999, P,14)

Os movimentos sociais e políticos são então movimentos que constroem a identidade de um grupo que se identificam entre seus membros. Para Letícia Imperatriz a identidade foi um processo de construção durante toda sua vida, vivendo em um corpo em que não se reconhecia pela maior parte do tempo, Letícia teve que reconstruir sua identidade de gênero. Mulher negra e

transexual, ela coordena a Aliança Nacional LGBTIA+ na região norte de Minas Gerais, movimento social que visa construir uma sociedade mais justa, atuando na promoção e na defesa de direitos para a população LGBTIA+<sup>34</sup>. Após a transição de gênero, Letícia relata que começou a enxergar uma beleza que não via antes, a identidade e o reconhecimento de si enquanto uma mulher negra modificou os significados da beleza para ela.

No que diz respeito aos movimentos negros contemporâneos, eles tentam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizado, racializado e excluído das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membro de grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e a cultura inferiorizada. Essa identidade passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e culturalmente. (MUNANGA, 1999, P.14)

As mulheres racializadas buscam, portanto, a partir delas mesmas, das suas histórias e da recuperação das próprias origens, suas identidades, reconstruir o que é conhecido por beleza, enxergando que as bonitezas são muitas, são diversas e que elas participam dela. As mulheres racializadas têm no seu passado histórico uma constituição subalterna. Escravizadas, animalizadas e sexualizadas ao longo da história, ressignificaram os estereótipos destinados a elas, resistindo a partir das próprias identidades e culturas, reconstruindo a noção da beleza, apresentando um contra narrativa aos padrões impostos.

A beleza pode assumir diferentes formas e significados e para as mulheres racializadas, a beleza é um processo, uma (re)construção. Desde crianças, pessoas racializadas convivem com a violência do racismo e com a *imposição de uma beleza branca, um rosto dado, um padrão imposto, um lugar negado*. O racismo presente nas estruturas, instituições e relações sociais no Brasil sinalizam a continuidade do sistema do colonialismo nas subjetividades dos povos racializados, como já visto, a beleza não configura apenas uma bela estética, mas a construção de um conceito de quem era e é aceito socialmente.

É possível compreender com os discursos aqui apresentados que as mulheres racializadas buscam nas suas histórias, nas suas ancestralidades e na sua identidade a (re)construção do que é a beleza e de como enxergar a beleza. Elas confrontam e reescrevem uma história de que um dia as definiram como inadequadas, o reconhecimento de si mesmas representa uma retomada da identidade e da herança que carregam, elas compreendem e assumem a autonomia de ser quem são.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/sobre/>, Acesso em: 31/10/2022.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A Europa é indefensável.*

*Aimé Césaire*

A colonização foi um período que marcou historicamente a “criação” das identidades geopolíticas e sociais no Mundo, baseados na ideia de raça construídos por um pensamento ultrapassado biológico, o europeu colonizou, exterminou e escravizou incontáveis povos americanos e africanos. A hierarquização desses povos foi viável porque a categoria raça foi criada e instituída para diferenciar a população humana em inferiores e superiores. A classificação desses povos foi articulada, de acordo com Aníbal Quijano (2021), com o controle do trabalho, da autoridade e da subjetividade.

Nesse contexto, a Europa se torna o centro da intelectualidade, da cultura e do poder econômico, conquistando, enfim, a hegemonia mundial. A colonialidade do poder, categoria criada por Quijano é a perpetuação das relações de poder conquistadas pela Europa nos dias de hoje, eles possuem a racionalidade, eles constroem nossas subjetividades, eles detêm os saberes, e são o centro da produção do universal no mundo.

A colonialidade do poder é também uma colonialidade do ser e do saber, “queremos ser como eles são, desejamos o que eles querem que nós desejemos”. O pensamento decolonial propõe, portanto, uma Outra narrativa, esse outro que estava obscurecido pelas relações de poder. É a proposta de uma nova epistemologia que procura compreender o Outro que o eurocentrismo apagou ou criou na história, a teoria decolonial é um movimento de resistência epistemológica e de autonomia dos povos do Sul Global.

O colonialismo pode ser compreendido como a perpetuação dos sistemas e das relações de poder estabelecidas na colonização até os dias atuais, entendemos que o colonialismo do ser, do poder e do saber, é também um colonialismo de gênero, como explica Lugones. Buscamos nessa pesquisa, perceber que foi também na colonização e na perpetuação com o colonialismo, que o conceito de beleza, foi apropriado pelo sujeito branco e produziu uma forma específica de enxergar a beleza e as mulheres racializadas.

Nos estudos sobre raça é comum que os povos racializados sejam o objeto de estudo dos pesquisadores, mas como nos lembra Lia Schucman (2008), é necessário colocar o branco em foco. A branquitude se torna sinônimo de humanidade, seus sujeitos são universais, sua beleza é a padrão, sua cultura é aceita, eles estão ocupando as estruturas de poder. Schucman escreve que

mesmo que um branco “abra mão” dos seus privilégios é impossível que esses privilégios não o acompanhem, por isso, a discussão sobre o racismo no Brasil não se faz por sujeitos individuais, mas por estruturas, estruturas essas que se consolidam pelo racismo e que permanecem como forma de garantir as disparidades sociais, os privilégios do branco, do homem e identificar o lugar do negro, geralmente de subalternidade.

Compreendemos, que o sujeito branco, desde a colonização, se consolida como um sujeito universal, longe de ser racializado, esse sujeito pertence a norma e determina o desviante, os povos racializados. Todo trajeto histórico aqui apresentado, demonstra a construção não apenas do sujeito universal branco e da hegemonia branca no globo, mas também a construção dos povos subalternos pelos brancos, a construção do belo e dos padrões de beleza disseminados.

É possível perceber que o sistema colonial provocou a produção de uma série de universalizações, desde as epistemologias, políticas de desenvolvimento, econômicas, históricas e sociais. Estudamos aqui a universalização do belo, por meio do padrão de beleza, o colonialismo, a supremacia branca e o sujeito branco provocaram o produto da beleza baseado na constituição do racismo, do mercado e do controle dos corpos de mulheres e pessoas racializadas.

A escravidão foi a estrutura que produziu diversos estereótipos criados aos povos racializados, homens e mulheres negros escravizados, não eram considerados sequer indivíduos humanos, tratados e tipificados como animais, suas características, cultura e heranças sofreram tentativas de erradicação. Um sistema cruel, violento e lucrativo que determinou os processos históricos, sociais e econômicos de diversos países.

A beleza pode ser compreendida em diferentes sentidos, o belo pode ser um sistema monetário, pode servir para o controle dos corpos femininos, como pode também significar a diferença entre os corpos que estão na norma social e os que se divergem da norma social. Em contato com povos diferentes, o homem branco europeu, usou da ciência para estabelecer uma relação de dominação com os povos racializados.

A pergunta realizada no início desta pesquisa foi como o padrão de beleza branco hegemônico se relaciona com a vida das mulheres racializadas. Com o arcabouço histórico realizado, percebemos que a beleza foi uma categoria que assume diferentes significados ao longo da história, usada também para segregar e discriminar populações racializadas, a beleza representou um processo de universalização do sujeito branco. A partir do padrão de beleza consolidado em corpos brancos, as mulheres racializadas precisaram e precisam, ressignificar e reconstruir a partir delas mesmas o significado e a percepção que elas conhecem sobre a beleza.

Os padrões de beleza estimulam a rivalidade entre mulheres, o consumo em cirurgias e

procedimentos estéticos para a mudança na aparência, a comparação entre corpos e rostos inalcançáveis, a baixa autoestima, o racismo, a falta de representatividade de corpos diversos, entre outros fatores que contribuem para o fortalecimento de uma universalidade da beleza que afastam as mulheres não-brancas.

Com as entrevistas realizadas e com os resultados obtidos, foi possível perceber a existência de um padrão de beleza e homogeneidade desse rosto e corpo entendido como belo. Divulgados na mídia, nas propagandas, redes sociais e no imaginário social, o branco e suas características (cabelo liso, pele clara, nariz fino, corpo magro), representam o que é considerado belo, excluindo milhões de indivíduos racializados que não se enquadram nesse padrão. A noção do belo é moldada pelo padrão europeu, fazendo com que mulheres, modifiquem seus corpos, sofram com sua aparência e queiram cada vez 'parecer' mais com o sujeito branco universal. Essa lógica só é possível porque há racismo e porque as relações de poder da colonialidade, de poder e de gênero não foram quebradas.

Esse rosto que é apresentado, essa beleza que é imposta, é percebido pelas mulheres, e compreendemos que: o que elas entendem por beleza foi preciso ser reconstruído, com discursos díspares, mas com algumas semelhanças, elas recorrem a ancestralidade, a identidade, a história e a luta do próprio povo para enxergar a beleza, não apenas no que é exigido esteticamente, mas para criar seu próprio conceito de beleza.

Mulheres que vivem num sistema colonial branco e que resistem com a sua própria existência, adubando raízes das suas próprias identidades para a resistência de um sistema histórico-social que deixou marcas permanentes na história das pessoas racializadas. Sistema que ainda permanece excluindo e explorando povos e culturas do povo preto e indígena neste país, lembro de Conceição Evaristo quando escreve que *“Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”*, sintetizando toda a estrutura racista e aniquiladora que se vive aqui sendo uma pessoa racializada e que luta contra o sistema racista que os exclui, combinaram de não morrer.

Por fim, relembramos que na introdução dessa pesquisa, reivindicamos uma pluralidade de belezas, pois compreendemos que a beleza é um sistema de diversidade, uma pluralidade de pessoas, traços, raízes, culturas, rostos e corpos que nunca vão corresponder a apenas um padrão. O padrão de beleza não contempla todas as mulheres, sobretudo mulheres racializadas, o sofrimento que as universalizações causam, precisam ser distinguidos na pluralidade das existências dos sujeitos.

Junto ao pensamento decolonial pensamos na possibilidade de ser construído e

reconstruído novos saberes, novas formas de ser e estar no mundo e uma diversidade na forma como entendemos e enxergamos a beleza com a possibilidade da constituição plurais e diversas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOUCHE, Thamy. **Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais**. Percurso, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, 54, pp.23-32.

ANAYA, Felisa. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRANDÃO, Carlos. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, vol. 10, num. 1, janeiro-junho, 2007, p.11-27.

BRANDÃO, Junito. **O mito de Narciso**. In: Mitologia Grega – Volume II. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1986.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Caroline e Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 08/06/2021

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, Florianópolis, v.2, n.1, p.68-80, jan.2005. ISSN1806-5023.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 22/10/2021.

BORGES, Helena. **Brasil lidera o ranking de cirurgias plásticas entre adolescentes**. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-adolescentes-23651891>> Acesso em: 02/10/2021.

**BRASIL se torna uma superpotência da cirurgia plástica**. Terra, 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/brasil-se-torna-uma-superpotencia-da-cirurgia-plastica,ed149fbe695826a6ac5e5d62a6e99d2b09xsch43.html>> Acesso em: 12/10/2021.

BRAGA, Amanda Batista. **História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. – São Carlos: EdUFSCar, 2020.

BRAGA, Amanda. **Retratos em Preto e Branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CALEIRO, João Pedro. **Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil**. 2018 Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/> Acesso em: 12/10/2021.

CARNEIRO, Sueli. **A miscigenação racial no Brasil**. In: CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 15/08/2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. – São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Miscigenação**. In: Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 19/11/2020.

CASTRO, Susana de. **Condescendência: estratégia pater-colonial de poder**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Saete. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, J. B. de A. **Populações tradicionais do sertão Norte Mineiro e as interfaces socioambientais vividas**. Revista Cerrados, [S. l.], v. 4, n. 01, p. 81–108, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2920>. Acesso em: 7 nov. 2022.

DAVIS, Ângela, 1944 - **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. – 1ª. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ECO, Umberto. **História da beleza**. Tradução de Eliana Aguiar. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

ECO, Umberto. **História da feiúra**. Tradução de Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Apresentação de Lilia Mortiz Schwarcz. 1ª edição digital. – São Paulo: Global Editora, 2013.

FIGUEIREDO, Ângela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 15/08/2021.

FOUCUALT, Michael. **Genealogia del racismo**. Traducción de Alfredo Tzveibel. La Plata, Argentina. Coleccion Caronte Ensayos, Editorial Altarima, 1993.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América (que ainda não houve)**. – 3.ed. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava - Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p.223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatino americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização de Flavia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecologia, economia y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Bolívia: CEDIB, 2015.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>> Acesso em 10/10/2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Introdução**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvi Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LINO, T. R., LIMA, A. M., & ALVES, T. F. **Sobre a enunciação de mulheres não brancas na ciência: uma análise da produção intelectual de Gloria Anzaldúa e bell hooks**. In: Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020. e-3531.



MACHADO, Andressa. **Padrões de beleza restritivos causam sofrimento a mulheres.** 24/05/2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/05/24/padroes-de-beleza-restritivos-causam-sofrimento-a-mulheres/>> Acesso em: 02/10/2021.

MARCONI, E.; LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARKOWSKY, George. **Misconceptions about the golden ratio.** College Mathematics Journal, v. 23, n. 1, p. 2-19, 1992. Disponível em: < <http://goo.gl/ICLgRN> >. Acesso em: 24/06/2022.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra.** Tradução de Sebastião Nascimento. – São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, Charles W. **The racial contract.** Cornell University. First printing, Cornell Paperbacks, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** – 2. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** – 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **O crepúsculo dos ídolos ou a filosofia a golpes de martelos.** Tradução de Edson Bini e Márcio Pugliesi da Universidade de São Paulo. *Do Original Alemão: GÖTZEN-DÄMMERUNG.* Editora Hemus, Curitiba, 2001.

OYĚWÙMÍ, Oyeronké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de género.** Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Tradução de Marta Avancini. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias... movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais.** 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de minasgerais: “A esperança de melhoria de vida”.** 2003. 151 f. Dissertação (Dissertação em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PAES, Carolina Nascimento. **Pandemia e fome: desdobramentos da crise sanitária para a segurança alimentar e nutricional.** In: Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes / Ádila Cibele França ... [et al.]; editado por Clovis Roberto Zimmermann; Danilo Uzêda da Cruz; prefácio de Eduardo Matarazzo Suplicy. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Salvador: Pinaúna, 2022. Libro digital, PDF. Disponível em: [https://pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/V1\\_Zimmermann\\_Politicassociais.pdf](https://pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/V1_Zimmermann_Politicassociais.pdf). Acesso em: 20/09/2022.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRADO, Júnior Leal do. **Investigação biométrica em imagens digitais para detecção de faces humanas através da proporção divina.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas

latinoamericanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> >. Acesso em: 08/11/2020.

QUIJANO, Aníbal. **El fantasma del desarrollo en América Latina**. Revista Del Cesla. Disponível em: < <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369/365> > Acesso em: 15/11/2020.

QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. **Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra**. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9475>. Acesso em: 19/09/2022.

RONCOLATO, Murilo. **A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil**. Edusp. 14/06/2018. Disponível em: < <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/> > Acesso em: 05/08/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª Edição. São Paulo: Veneta. 2020.

SOVIK. Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/Aqui\\_ninguem\\_e\\_branco.\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_Ae.pdf](https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/Aqui_ninguem_e_branco._Rio_de_Janeiro_Ae.pdf). Acesso em: 09/06/2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal : das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo, Editora Cortez, 2014.

SEKAYI, Dia. **Aesthetic Resistance to Commercial Influences: The Impact of the Eurocentric Beauty Standard on Black College Women**. In: The Journal of Negro Education Vol. 72, No. 4, Commercialism in the Lives of Children and Youth of Color: Education and Other Socialization Contexts (Autumn, 2003), pp. 467-477. Disponível em:

[https://www.jstor.org/stable/3211197?seq=5#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3211197?seq=5#metadata_info_tab_contents) Acesso em: 14/09/2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Donaldson M. Garschagen; prefácio de Lilia Moritz Schwarcz. – 1ºed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. – 4ºed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 15/08/2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WEBER, Regina. **Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais**. Dados. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/reginaweber/files/1996-relatos2.pdf> Acesso em: 15/08/2021.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução Waldéa Barcellos. – 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

XAVIER, Giovanna. **História social da beleza negra**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1**

#### **ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA ORAL**

- . Qual seu nome, idade, de onde veio, onde nasceu, como é a relação da entrevistada com o norte de minas... Como foi a infância e a adolescência sendo uma mulher racializada.
- . Existiu um momento em que você se entendeu como uma mulher não branca? Como e quando foi esse momento?
- . O que você entende por beleza e padrão de beleza, houve algum momento que essa percepção foi diferente?
- . De acordo com o texto da autora Rafaele de Queiroz, o cabelo representa um símbolo de resistência aos padrões impostos e uma forma de empoderamento da identidade de mulheres negras.
- . Resgatar quando possível na entrevista, a influência do cabelo e/ou de outro empoderamento na história dessas mulheres.
- . O que é beleza para você?

**Anexo 2****Questionário de perguntas**

Qual sua idade?

- . 18 – 25
- . 26 – 30
- . 31 – 40
- . 41 – 50
- . 51 – 60
- . 60 +

Qual sua raça/cor/etnia?

- . Preta/Negra
- . Parda
- . Amarela
- . Indígena
- . Branca
- . Não sei

Você está satisfeita com seu corpo?

- . Sim
- . Não

Você mudaria alguma coisa no seu corpo?

- . Sim
- . Não

Você já realizou alguma cirurgia plástica estética?

- . Sim
- . Não

Você realizaria alguma cirurgia plástica estética?

- . Sim
- . Não

Você acredita que existe um padrão de beleza?

- . Sim
- . Não

Se sim a pergunta anterior, você considera ser uma mulher que está dentro do padrão de beleza?

. Sim

. Não

Considera que seu tom de pele (raça) te afasta do que conhecemos como beleza, do padrão de beleza?

. Sim

. Não

. Um pouco

### **Anexo 3**

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

##### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “RAÍZES, MARCAS E COLONIALIDADE: AS MULHERES RACIALIZADAS E O PADRÃO DE BELEZA”, a pesquisa é realizada como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Pós de Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes de Claros.

Nesta pesquisa pretendemos compreender como o padrão de beleza afeta as mulheres racializadas no Norte de Minas Gerais. Compreender historicamente a existência dos padrões de beleza, como ele se relaciona com o racismo e suas interferências nas vidas das mulheres não-brancas.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é discutir como o padrão de beleza influencia a identidade das mulheres racializadas. A pesquisa busca analisar a correlação entre o padrão de beleza estético no século XXI e a mulher racializada, discutir o que é padrão de beleza, o que ele representa e como esse padrão de beleza representa a mulher não branca, se ele influencia no modo como a mulher não branca se enxerga e como isso pode afetar na construção das identidades dessas mulheres.

Na pesquisa será feito um levantamento bibliográfico e utilizaremos a entrevista semiestruturada, com método da história oral. Por razão da pandemia de Covid-19 disseminada em todo o mundo, as entrevistas acontecerão em ambiente virtual. Essa entrevista pode “tocar” em pontos sensíveis para você, a qualquer momento de desconforto você é livre para não responder à pergunta e/ou parar a entrevista.

Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a).

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento será impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será entregue a você.

Por meio deste, afirmo que estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa realizado pela acadêmica Natália de Paula Narciso Rocha, portadora do RG MG-17.646.812, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), tendo como orientadora a Professora Dra. Felisa Cançado



Anaya. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista. E concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, textos, artigos, dissertações, entre outros. Autorizo ainda a divulgação de minha imagem e/ou informações por mim prestadas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e poderei modificar a minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Assinatura

DADOS DO VOLUNTÁRIO DA PESQUISA:

Nome Completo:

Fone: ( XX ) XXXX-XXXX Email: xxxxxx@xxxxxx